

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**Entre a evasão e permanência: Percepções do Assentamento Francisco  
Julião**

Gabriel Souza Bastos



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

**Entre a evasão e permanência: Percepções do Assentamento Francisco  
Julião**

GABRIEL SOUZA BASTOS

*Sob a Orientação da Prof.Dra.*

***Débora Franco Lerrer***

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

Maio de 2015

333.310981 Bastos, Gabriel Souza.  
B237e Entre evasão e permanência: percepções do  
T Assentamento Francisco Julião / Gabriel Souza Bastos,  
2015.  
111 f.

Orientador: Débora Franco Lerrer.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e  
Sociais.  
Bibliografia: f. 107-111.

1. Assentamento Francisco Julião - Teses. 2. Reforma  
agrária – Teses. 3. Agricultura familiar – Teses. I. Lerrer,  
Débora Franco. II. Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III.  
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

**GABRIEL SOUZA BASTOS**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em Ciências, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 08/05/2015

---

Débora Franco Lerrer, Dra. UFRRJ/CPDA  
(Orientadora)

---

Leonilde Servolo de Medeiros, Dra UFRRJ/CPDA

---

André Dumans Guedes, Dr UFRJ/IPPUR

Dedico essa dissertação a todos lutadores e lutadoras pela reforma agrária. Em especial, à Cleonice, Caboclo, Gleison, Gleisa e Tonho, família que sempre me recebeu de braços abertos no Assentamento Francisco Julião

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha orientadora Débora Lerrer por sua atenção e dedicação nesses dois anos de trabalho de orientação, cujas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço aos funcionários, terceirizados e professores do CPDA pelo agradável ambiente de trabalho que tivemos durante esses dois anos. Também, pelo crescimento intelectual que as disciplinas cursadas me proporcionaram, muito importantes para a elaboração deste trabalho.

Agradeço ao meu pai e minha mãe e meu irmão, Rogério, Lizete e Tiago, pelo apoio emocional e intelectual ao longo de toda essa fase.

Agradeço pelo apoio e amizade de longa data dos meus amigos André, Bruno e Hugo que, inclusive, me “emprestou” seu apartamento em Juiz de Fora para que pudesse escrever longe de qualquer distração.

Agradeço à todas e todos militantes envolvidos com o EIV, evento que trouxe à minha cabeça as reflexões embrionárias dessa dissertação. Em especial à Isabel, Leandro e Afonso. Amigos esses que despertaram meu interesse em pensar a respeito do mundo rural.

Agradeço aos meus amigos Gustavo e Vicente, sempre dispostos a ouvirem minhas inquietações com o mestrado e ao meu amigo Daniel, cujas conversas e indicações bibliográficas foram essenciais para a elaboração deste estudo.

## RESUMO

BASTOS, Gabriel Souza. **Entre Evasão e Permanência: Percepções do Assentamento Francisco Julião**. 2015. 110p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2015.

O presente estudo de caso, tem como objetivo analisar por quais motivos os assentados do assentamento rural norte - fluminense Francisco Julião permanecem ou abandonam seus lotes, desistindo de serem beneficiados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. Para o tal, damos uma especial atenção para a dinâmica interna deste assentamento, no que diz respeito a desdobramentos diretos de políticas públicas na vida dos assentados, nas relações de grupos familiares, indivíduos e atores presentes dentro do assentamento, analisando sua coesão social e a formação do assentamento em uma comunidade. O cotidiano social deste assentamento nos chama atenção, pois através de uma metodologia de observação participante, tivemos a oportunidade de constatar a existência de uma série de dificuldades ocasionadas por falta ou atraso de políticas públicas, abrindo margens para casos de evasão. Por outro lado, observamos a existência de relações de reciprocidade que operam como estratégias de permanência, afim de contornar os problemas ocasionados pela falta do apoio do Estado em diversos aspectos da vida.

### **Palavras chave:**

Assentamento, reforma agrária, agricultura familiar.

## **ABSTRACT**

**BASTOS, Gabriel Souza. Between evasion and permanence: Perceptions of the Francisco Julião Settlement.** 2015. 110p. Dissertation (Master in Development, Agriculture and Society). Institute of Humanities and Social Sciences Post Graduation Program in Agriculture, Development and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2015.

The following case study, aims to analyze the reasons for which the settlers of the Francisco Julião settlement, in the north of the Rio de Janeiro Brazilian State, remain or leave their settlements, giving up the benefits offered to them by the National Agrarian Reform Program. For this, we pay special attention to the internal dynamics of this settlement, as regards to the direct consequences of public policies in the life of the settlers, in their relations with family groups, individuals and actors present within the settlement, analyzing its social cohesion and the formation of the settlement as a community. The everyday social life of this settlement attracts our attention because, through participant observation methodology, we were able to find the existence of several difficulties caused by failure or delay of public policies, creating circumstances which push people to abandon the settlement. On the other hand, we observe the existence of reciprocal relationships that operate as permanence strategies in order to overcome the problems caused by the lack of state support in several aspects of life.

### **Key words:**

Settlement, land reform, family agriculture.



## INDICE DE SIGLAS

CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EIV	Estágio Interdisciplinar de Vivência
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAG	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RB	Relação de Beneficiados
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
UENF	Universidade Federal do Norte Fluminense
UFV	Universidade Federal de Viçosa

## Sumário

INTRODUÇÃO-----	11
CAPÍTULO I: Metodologia da Pesquisa-----	21
CAPÍTULO II: O Pano de Fundo Teórico-----	36
2.1 Categorias de Análise-----	36
2.2 – Comunidades rurais, camponeses e assentamentos-----	45
CAPÍTULO III: O Assentamento Francisco Julião-----	53
3.1 – Histórico do Assentamento-----	53
3.2 – Trajetórias de vida dos assentados-----	62
CAPÍTULO IV: Evasão e Permanência no Assentamento Francisco Julião-----	79
4.1 – Evasão no Assentamento Francisco Julião-----	79
4.2 – Estratégias de permanência e reciprocidade no Assentamento Francisco Julião--	87
Considerações Finais-----	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	107

## INTRODUÇÃO

Não é difícil encontrarmos, através dos grandes meios de comunicação, a constatação de que muitos assentados beneficiados pela reforma agrária estão constantemente abandonando seus lotes, levando-nos muitas vezes a concebermos a ideia de que a reforma agrária é inevitavelmente um projeto fadado ao fracasso e incompatível com a nossa realidade. Entre os muitos argumentos levantados, a propósito, os pontos centrais focam-se em demonstrar que os projetos de assentamentos já implantados possuem baixa qualidade, gerando um processo de favelização rural e que, além disso, a maioria das famílias beneficiadas não estão vocacionadas para agricultura, comprometendo assim o sucesso da reforma agrária. Ambos os discursos frequentemente furtam-se de aprofundar a questão. Tais perspectivas, fundamentadas nesses discursos, muitas vezes não só impedem uma discussão mais aprofundada, como desqualificam as demandas e iniciativas nesse setor (LEITE, 2007). Um exemplo disso é o editorial do jornal O Globo, do dia 3 de fevereiro de 2013, com o título de “A cada vez mais desnecessária reforma agrária”,

A modernização do campo, ao lado da inexorável tendência de urbanização da população, começou a reduzir a massa de manobra à disposição do MST. A ponto de a organização ter de recrutar “militantes” entre os desempregados em pequenas e médias cidades — sem vocação para a agricultura, é certo. O momento de pleno emprego na economia e a expansão dos programas sociais (Bolsa Família) puxaram de vez o tapete do MST. E nos assentamentos existentes, mostrou O GLOBO, a nova geração já busca ampliar a perspectiva de vida nas cidades — com razão.<sup>1</sup>

Em outra matéria do mesmo jornal, intitulada de “Do antigo império da soja à maior favela rural do Brasil”, publicada em 5 de maio de 2013, a voz da família Marinho expõe, a partir do caso de um lote arrendado em um assentamento no Mato Grosso do Sul, “um exemplo acabado de que a reforma agrária fracassou no local”. De acordo com a reportagem, a antiga fazenda, que existia na área antes de se tornar um assentamento, “foi praticamente destruída”. Para o jornal, a vocação deste assentamento seria imobiliária, pois muitos dos assentados estariam vendendo seus lotes.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniaio/a-cada-vez-mais-desnecessaria-reforma-agraria-7470663> (acessado em 18-12-2013)

Estima-se que 1.200 famílias, ou 40% do total assentadas, já comercializaram lotes, mas o Incra só admite que 550 negociaram as terras. No fim do ano passado, o MPF denunciou integrantes do que chamou de uma “imobiliária” que comercializava lotes.<sup>2</sup>

Enquanto a mesma reportagem, por um lado, alega que o principal problema do assentamento é a falta de apoio do INCRA, por outro, denuncia que quase todos os que por lá vivem são “invasores”. Além disso, a matéria alega que “sem financiamentos ou assistência técnica, os pequenos agricultores não conseguem sobreviver da vida no campo. Até traficantes de drogas arrendam terras por lá. Tem fazendeiro que arrenda até 15 lotes”.

A falta de apoio do INCRA não só é exposta pelas reportagens com tons de naturalidade, como se o comportamento de políticas públicas voltadas para assentamentos fosse naturalmente fracassado, como também criminalizam os próprios assentados diante das consequências dessas políticas públicas mal sucedidas. Entretanto, não se questiona em momento algum o porquê de assentados abandonarem ou arrendarem os lotes. Tal narrativa causa um descrédito a esses órgãos de comunicação pelo fato de apresentarem, no que diz respeito à reforma agrária, apenas uma face depreciativa desta. Talvez não por estar problematizando tal política pública, mas por estar marcando uma posição política genuinamente contrária à realização desta.

É necessário buscar compreender outras facetas dos assentamentos. Entre aspectos não relatados pela imprensa, Heredia (et al 2002), nos demonstra em um estudo realizado de assentamentos em seis grandes *manchas*<sup>3</sup> no Sul da Bahia, entorno do Distrito Federal, Sertão do Ceará, Sudeste do Pará, Oeste catarinense e Zona Canavieira do Nordeste que:

A criação de projetos possibilitou, para uma população de baixa escolaridade, no momento anterior vivendo uma vida instável e

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/de-antigo-imperio-da-soja-maior-favela-rural-no-interior-do-brasil-8294519> (acessado em 18-12-2013)

<sup>3</sup> Tratam-se de “regiões do país com elevada concentração de projetos de assentamento e alta densidade de famílias assentadas por unidade territorial. (...) Tais regiões passaram a ser denominadas *manchas* e sua delimitação geográfica não necessariamente coincide com outros recortes regionais existentes (como, por exemplo, o do IBGE, governos estaduais, INCRA, movimentos sociais). O critério para sua definição foi a existência de um conjunto de municípios vizinhos com concentração relativamente elevada de assentamentos”. (HEREDIA et al. 2002, p.74 e 75)

precária inserção no mundo do trabalho, a centralização de suas estratégias de reprodução familiar no próprio lote, embora recorrendo a outras fontes complementares de renda e trabalho fora dele. A presença de assentamentos também acaba gerando postos de trabalho não agrícolas (construção de casas, estradas, escolas, contratação de professores, surgimento de transporte alternativos etc.). Além de criar empregos, os projetos acabam servindo como amparo social a parentes, operando, em alguns casos, como mecanismos de recomposição de famílias. Quanto à atividade produtiva, uma das principais mudanças trazidas pelos assentamentos refere-se à oferta no mercado local de uma maior diversidade de bens, especialmente em áreas antes monocultoras ou de pecuária extensiva. Alguns assentados introduzem inovações no beneficiamento de produtos e nas formas de comercialização. A condição de assentado possibilitou a essa população, pela primeira vez, o acesso ao crédito para produção, ainda que essa integração ao mercado financeiro esteja marcada por um conjunto significativo de dificuldades. O volume de crédito mobilizado em função dos assentamentos repercute também no comércio local e regional e dinamiza outras atividades, como construção civil. (HEREDIA et al, 2002, p. 108 e 109)

O quadro de parcialidade, portanto, encontrado na mídia brasileira, nos leva a questionar essa “naturalidade” de fracasso da reforma agrária exposta por grandes órgãos de comunicação, onde o debate sobre a evasão nos assentamentos é reduzido a afirmativas como “a nova geração já busca ampliar a perspectiva de vida nas cidades — com razão”<sup>4</sup>.

Essa perspectiva midiática de inexorável evasão do campo não é original do jornal da família Marinho. Existem teóricos que seguem essa linha de raciocínio onde a vida no campo estaria necessariamente em uma etapa anterior de qualidade de vida em relação à vida nas cidades. Nelson do Valle Silva (1979) faz um estudo sobre a mobilidade social no Brasil, constatando a efetiva existência do fenômeno no país. Esta se dá, na maioria dos casos, de forma ascendente do que descendente. No entanto, o autor aponta que isso ocorre por uma lógica meramente matemática: uma vez que os representantes dos grupos de ocupação mais baixos são muito mais numerosos que os dos grupos ocupacionais mais altos, ocasiona-se maior incidência de mobilidade social destes primeiros.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/de-antigo-imperio-da-soja-maior-favela-rural-no-interior-do-brasil-8294519> (acessado em 18-12-2013)

O que nos chama atenção para nossa discussão é a maneira na qual Valle da Silva divide os estratos da sociedade brasileira. Tratam-se de seis grupos ocupacionais divididos não só pela propriedade, mas também pela forma de trabalho; os grupos nas posições hierárquicas mais baixas são representantes do trabalho manual, enquanto as categorias mais altas são representantes do trabalho intelectual. Estes seis grupos são organizados hierarquicamente onde o primeiro seria o mais baixo - com as piores condições de vida - e o sexto, por sua vez, com as melhores condições de vida, representaria o grupo ocupacional no maior patamar desse esquema: 1 – Trabalhadores rurais do campo, 2 – trabalhadores urbanos não qualificados, 3 – trabalhadores qualificados e semiquilificados, 4 – trabalhadores não manuais, profissionais de nível baixo e pequenos proprietários, 5 – profissionais de nível médio e médios proprietários, 6 – profissionais de nível superior e grandes proprietários.

Esta hierarquização nos chama atenção: Os trabalhadores rurais são colocados como necessariamente um grupo ocupacional com condições de vida inferiores aos trabalhadores urbanos não qualificados. Levando esta caracterização até suas últimas consequências, portanto, o trabalhador rural supostamente teria melhores condições de vida por simplesmente migrar para a cidade.

Palmeira e Almeida (1977), ao analisarem textos sobre migração e êxodo, constatam que “as ocorrências empíricas de êxodo (...), são comumente classificadas de êxodo rural” (ibidem, p.37), carregando, muitas vezes, a segunda expressão o mesmo significado da primeira, não sendo muito difícil de se encontrar nos textos por eles analisados uma sinonímia entre esses dois termos. A representação do êxodo rural, portanto, no senso comum erudito, adquire um caráter de naturalidade, “sem que seja apagada ou modificada sua aceção enquanto ‘processo natural’, êxodo desempenha uma função de forma abreviada de êxodo rural” (ibidem, p.37). Os autores afirmam diante dos textos por eles analisados, o caráter de normalidade do fenômeno, sendo um promissor indicador de progresso:

Numa compensação evidente de sua negatividade, a categoria seria apresentada nas interpretações como um “mal necessário”. A citação de Netto reforça essa característica, pois, afirma que o êxodo contribui para o “progresso” apesar de “em massa e desordenadamente”. Assim, o êxodo rural seria considerado como um “meio trágico” que um fim promissor exigiria. Está deste modo, disposto em consonância com o próprio significado bíblico de êxodo, um sacrifício a ser cumprido para chegar à

“terra de promessa”, um pesado tributo a ser pago para se usufruir das vantagens paradisíacas da “terra prometida” (ibidem, p. 52)

Entretanto, essas caracterizações – tanto por parte do jornal O Globo quanto pelo trabalho de Nelson Valle da Silva e dos textos analisados por Palmeira e Almeida – a respeito de necessariamente existirem melhores condições de vida e trabalho na cidade do que no campo não correspondem à narrativa construída pelos assentados do nosso estudo de caso. Diferentemente disso, conforme veremos ao longo deste trabalho, a narrativa de vida de muitas famílias é de mobilizarem o máximo de esforços para permanecerem em seu lote de reforma agrária por diversas razões. Como veremos mais adiante, muitos dos trabalhadores rurais do assentamento objeto desta pesquisa, o Francisco Julião, já tiveram experiências de vida e trabalho na cidade e preferem viver em seu lote rural do que voltar a ter um emprego na cidade.

Já tive um bocado de trabalho. Desde motorista até na Usina. Às vezes com carteira assinada e às vezes não. Mas te falar que eu prefiro ficar trabalhando aqui no meu sítio mesmo. Mesmo com as dificuldades que a gente passa, o meu trabalho pelo menos tá sempre garantido. Quando eu morava na cidade, eu sempre tinha que pular de um serviço pro outro, ficando desempregado às vezes. Aqui não. Tem muito problema aqui, mas sempre dá pra trabalhar na minha terrinha. (Entrevista com Seu Zeca<sup>5</sup>)

Além disso, foram encontrados dois casos de assentados mais jovens que já foram envolvidos com tráfico de drogas quando outrora viviam na cidade. Tanto as suas quanto as narrativas de seus familiares revelam a preferência de se viver no assentamento do que na cidade, como uma opção de fugir da violência urbana.

Não dá pra criar minhas crianças em Campos não. Você vai soltando os filhos logo um pouquinho na rua lá, e ele já chega em casa assim “aeee! POW POW! Vou matar, vou matar!” Coisa que aqui eles não sabiam disso. (Entrevista com Tânia)

Reconhecemos, portanto, um discurso midiático que não é capaz de responder pela efetiva realidade da vida de beneficiados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, com tons pretenciosos de dar conta de uma complexa realidade a partir de afirmativas um tanto quanto precipitadas. Diante de informações imprecisas, manchetes chocantes e, ocasionalmente, vagas acusações que visam criminalizar os beneficiados pela reforma agrária, me interessei pelo tema desta pesquisa. A reflexão inicial era:

---

<sup>5</sup> Todos os nomes dos assentados apresentados neste estudo são fictícios.

“Ora, se os grandes órgãos de comunicação marcam uma posição claramente contrária à viabilidade da reforma agrária, estariam eles de fato expondo o verdadeiro problema dos assentamentos ou estariam boicotando a reforma agrária em si?”

Nesse sentido, é importante frisar o quanto as camadas mais poderosas da sociedade brasileira sempre mobilizaram esforços para a manutenção da concentração de terra nas mãos de poucos. A atual grande mídia, apesar de ser um forte vetor conservador contrário à reforma agrária, é apenas o resultado de um processo histórico enorme de forças conservadoras que abominam a ideia de distribuição fundiária.

A compreensão histórica e as implicações que mediam a regularização do território nacional são imprescindíveis para compreender a conjuntura atual. Silva (2008) contribui para termos uma boa dimensão histórica da questão de terras no Brasil, desde o século XVI até meados do século XIX.

Como nos demonstra a autora, no século XVI, quando o Brasil estava em condição de colônia, sua metrópole estava preocupada com a ocupação das terras recém-conquistadas e com a exploração econômica destas. Assim, a primeira ocupação do solo brasileiro deu-se através das normas reguladoras de Portugal. As sesmarias possuíam por objetivo acabar com a ociosidade da terra, o cultivo era obrigatório e caso não fosse realizado, implicaria na perda da concessão da terra. Vale ressaltar que não se trata de doação de terras, as quais poderiam ser requeridas pela metrópole caso não cumprissem as exigências de produtividade. A regulação do tamanho das sesmarias era uma enorme confusão, conforme os relatos apresentados por Silva: “O medidor enchia o cachimbo, acendia-o e montava o cavalo, deixando que o animal marchasse a passo, quando o cachimbo se apagava, acabando o fumo, marcava uma légua.” (Ibidem, p.51). Não era possível para a metrópole verificar se os senhorios estavam ou não produzindo, ao passo que além dessa questão, os senhorios continuaram expandindo seus territórios sem se importarem se aquelas terras estavam ou não sendo concedidas para ele. Compreende-se, portanto, que, desde os primórdios, havia uma enorme imprecisão no que diz respeito às grandes propriedades rurais:

Costa Porto registra casos como o de uma sesmaria concedida a dona Beatriz, em 1556, em que um dos limites era o “passo onde mataram o Varela”. Em outra carta, de fins do século XVI, os limites são “onde esteve a roça do Padre Salsa aonde acabar Antônio Sião e Antônio Fernandes”. A sesmaria doada ao



almoxarife Vasco Lucena, no Jaguaribe, “partia da feitiçaria dos índios até onde se mete o rio [...] Aymá e daí até a riba da casa velha que foi de Christovão Índio e outra casa que foi de um índio que se chama Aberrama, onde estão uns cajus muito grandes” (Ibdem, p 49 e 50)

Já no século XVIII a estrutura da colônia já apresentava outras características, devido ao crescimento populacional e econômico. Nesse século ainda se firmou o que seria uma nova maneira de se adquirir terras, a posse pura e simples, como apresenta a autora. Vale ressaltar que o que diz respeito à medição e delimitação das propriedades nunca aconteceu de fato, porque não existiam pessoas capacitadas para tal função. Para tentar resolver esse problema de expansão das propriedades a metrópole criou algumas medidas, mas que no geral não deram certo, pois, na prática, a coroa portuguesa não era capaz de ter um controle efetivo de suas terras na colônia brasileira.

Foi só em 1841, já no Brasil Império, que foi realizada uma proposta de dez artigos sobre a situação das sesmarias. Abarcava nesse sentido, entre outras, a demarcação das terras, a qual deveria ser feita pelo proprietário dentro do prazo de seis meses, a criação de um imposto territorial anual, a ilegalidade da posse, e a venda daquelas terras não demarcadas (devolutas), sendo que o lucro seria utilizado para bancar a vinda de imigrantes para o Brasil. A proposta não surtiu efeitos, os proprietários alegaram que não havia pessoal qualificado para fazer as demarcações e, claro, não aceitaram o fim da aquisição de terras pela posse.

Com o fim do tráfico de escravos a situação se modificou. O dinheiro antes aplicado nesse comércio começa a ser aplicado em outras atividades, dando um impulso modernizante no país. Mesmo assim, os proprietários acreditavam então que o governo deveria de alguma forma recompensá-los para que a lavoura não ficasse prejudicada pela troca da mão de obra. Assim, permanecia nos planos do governo a venda de terras devolutas para abarcar o custo da vinda de trabalhadores estrangeiros para a lavoura.

O projeto de lei de 1850, que ficaria conhecido como Lei de Terras de 1850, novamente abordou como o império trataria da questão dos posseiros e dos sesmeiros em situação irregular. Na lei de 1850 fica proibida a aquisição de terras devolutas se não pela compra, foram reavaliadas as sesmarias ou outras concessões (os atributos seriam que a terra deveria estar cultivada), seriam legitimadas as posses mansas e pacíficas que se achassem cultivadas, o governo marcaria os prazos para a demarcação e quem não

cumprisse perderia o benefício da lei e teria conservado apenas o direito de se manterem nas posses de morada habitual. Ao governo caberia a tarefa de demarcação das terras devolutas (vale ressaltar que estas só seriam demarcadas depois que os senhores já tivessem definido suas propriedades). A lei, entretanto, não conseguiu alterar o quadro desanimador da organização fundiária. Além disso, as classes dominantes do campo disseminaram que era legalmente impossível e socialmente indesejável o fim da posse como forma de aquisição de terras devolutas.

O trabalho de Silva (2008), em geral, nos revela um aspecto marcante no que diz respeito à história fundiária brasileira: a incapacidade do Estado de se lidar com os interesses de grandes proprietários de terra. Nesse sentido, o ex-deputado relator da reforma agrária no governo João Goulart e posteriormente deputado constituinte, Plínio de Arruda Sampaio dá seu testemunho:

Qualquer proposta que pudesse molestar os grandes proprietários de terra, cuja bancada de deputados federais é essencial para garantir a maioria do governo no Congresso, era imediatamente rejeitada. No final de uma grande disputa, em que a equipe encarregada de formular o plano se enfrentou mais com o Ministério da Reforma Agrária e com os burocratas da administração pública do que com os próprios latifundiários, o projeto foi engavetado. (...) O método usado atualmente para burlar a norma constitucional que estabelece o compromisso do Estado brasileiro com a reforma agrária é o mesmo (...) em relação à Lei de Terras de 1850: “a lei acata-se, mas não se cumpre”. (Sampaio, 2008)

Diante, portanto, de um debate que reconhecemos estar historicamente marcado por firmes posições políticas de setores hegemônicos da sociedade brasileira, pretendemos nos afastar do olhar “oficialmente” imposto da grande mídia. Para tal, este trabalho pretende analisar quais são, por um lado, as causas de evasão, e por outro, as estratégias de permanência através de um estudo de caso no assentamento Francisco Julião, localizado no município de Cardoso Moreira, norte fluminense. Trata-se de um assentamento oriundo de uma ocupação, organizada pelo MST, no ano de 2006 na fazenda São José.

Embora a desapropriação da fazenda tenha se dado em oito meses, um tempo curto em comparação a outras ocupações, a implementação do assentamento Francisco Julião encontrou dificuldades políticas locais. Com três assentamentos em seus limites territoriais, o município de Cardoso Moreira passou por um processo de desapropriação

de fazendas em um curto espaço de tempo (entre 2005 e 2007), e os assentados dos então novos assentamentos tiveram suas imagens desgastadas pela mídia local. Diante desse quadro, os assentados do Francisco Julião viveram o desafio de superar estigmas no município acerca de sua condição de assentado e “sem terra”. A própria feira onde eles vendem sua produção no município chama-se “feira do agricultor familiar” e, em momento algum, no portal da prefeitura é dito que se trata de assentados. Segundo Ferreira, essa estratégia de valorização de sua própria imagem é um elemento importante para o estabelecimento destes em uma rede de mercados no município. (FERREIRA, 2013).

Quanto às atividades exercidas antes de viverem no Projeto de Assentamento (PA), o quadro é diverso: trabalhadores rurais e urbanos, assalariados no campo ou na cidade e também filhos de assentados de outras regiões do país. Entretanto, em uma amostra combinado entre meus dados e os de Belo (2012), de 26 núcleos familiares, 19 já passaram e trabalharam em áreas urbanas, enquanto apenas 7 não.

Hoje, composto por 42 famílias<sup>6</sup>, identificamos seis casos de evasão desde outubro de 2006, quando a fazenda foi desapropriada e o assentamento criado. Entretanto, de acordo com os entrevistados, há aqueles que “nem ficam nem saem”, os chamados “andorinhas”: tratam-se de assentados que não moram nos lotes e ocasionalmente apresentam-se no assentamento.

Entretanto, lado a lado da possibilidade de se evadir, existe também a penosa opção de ficar, analisada também nesse trabalho. Diante das enormes dificuldades de ser um pequeno agricultor de reforma agrária – atrasos de políticas públicas, conflitos internos e adversidades climáticas – identificamos uma série de relações de reciprocidade vicinal entre os assentados, geralmente entre grupos que muitas vezes têm pontos de interseção (os capixabas, os locais, os baianos e o pessoal da associação). Estas relações de reciprocidade, que discutiremos com mais detalhes nos próximos capítulos, não só otimizam a capacidade produtiva de lotes no assentamento como

---

<sup>6</sup> Quando nos referimos ao termo “famílias”, articulando-nos com os casos de evasão, estamos nos referindo à famílias ocupantes de lotes. Importante ressaltar esse detalhe pelo fato de que em alguns lotes encontram-se mais de um núcleo familiar. Para ilustrar, usemos o exemplo de Leila. Trata-se de uma mãe de duas filhas. Uma delas mudou-se para Curitiba e a outra, Tânia, continuou no assentamento e se casou com Marcos. Apesar da titularidade do lote continuar com Leila, esta compartilha em seu lote com a casa da família nuclear de sua filha, onde mora junto de seu marido e filhos. Neste contexto, por exemplo, consideraríamos mais um caso de evasão apenas se tanto Leila quanto Tânia evadissem do lote.

também criam uma economia informal entre os assentados através de trocas de trabalho. Independentemente de como essas formas de reciprocidade se manifestam, compreendemos que, em muitos casos, estas acabam se tornando uma poderosa ferramenta que evita a desistência de muitos assentados para continuarem vivendo em um assentamento de reforma agrária.

## CAPÍTULO I: METODOLOGIA DE PESQUISA

Certa vez, em uma prosa com Zé Carlos, acompanhado de cachaça e fumo, o velho assentado disse-me: “Tava esses dias conversando com Nei e falei pra ele: ‘Esse rapaz que tá por aqui, que traz tanta luz pra cá, fica rodando dum lado pro outro, perguntando isso e aquilo... Será que ele realmente entende o que se passa por aqui?’” Talvez ele não saiba, mas ao fazer esse questionamento sobre mim, Zé Carlos, com apenas uma pergunta, abriu um leque de questões antropológicas em minha cabeça.

Tive que mobilizar um imenso esforço para não perder o foco na prosa e, ao mesmo tempo, pensar em Roy Wagner. Imediatamente pensei: “talvez não. Ou, quem sabe, talvez tenha demorado um pouco para começar a compreender.” Creio que no trabalho de campo ocorre o que Wagner (2009) categoriza como “choque cultural”, onde “a relação que o antropólogo constrói entre duas culturas (...) emerge precisamente desse seu ato de ‘invenção’, do uso que faz de significados por ele conhecidos ao construir uma representação compreensível do seu objeto de estudo” (Ibidem, p.36).

Equacionando a cultura à criatividade, Wagner acredita que a cultura é inventada “como o processo pelo qual antropólogos e nativos tornam visíveis os seus modos de agir e pensar.” (GONÇALVES, 2010, p.77). “Inventar” significa pensar o grupo estudado como se eles fossem categorias dentro de uma representação compreensível. E essa representação compreensível só foi possível de se realizar uma vez inserido como um agente presente na comunidade, pois

Ao experienciar uma nova cultura, o pesquisador identifica novas potencialidades e possibilidades de se viver a vida, e pode efetivamente passar ele próprio por uma mudança de personalidade. A cultura estudada se torna “visível” e subsequentemente “plausível” para ele; de início ele a apreende como uma entidade distinta, uma maneira de fazer as coisas, e depois como uma maneira segundo a qual ele poderia fazer as coisas. Desse modo, ele pela primeira vez compreende (...) o que os antropólogos querem dizer quando usam a palavra “cultura”. Antes disso, poder-se-ia dizer, ele não tinha nenhuma cultura, já que a cultura em que crescemos nunca é realmente “visível” (...) é apenas por meio do contraste experienciado que sua própria cultura se torna “visível” (Wagner, 2009, p.43)

Talvez, o que Zé Carlos tenha se questionado, fora possibilitado apenas pela vivência com os assentados para além de uma ocasião formal de entrevistas. A coleta de dados desta pesquisa foi feita através da chamada observação participante e com entrevistas semiestruturadas. O empenho aqui buscado foi de se aproximar o máximo possível – dentro de nossas limitações – do método descrito por Whyte (2005) como observação participante. No contexto do trabalho de campo, inicialmente, os esforços foram mobilizados para se adaptar uma ocasião formal de entrevista para uma visita informal, tentando nos aproximar ao máximo de relações informais com as pessoas. Afinal de contas, como sugere o próprio Foote Whyte, “A vida no lugar não se desenrolava segundo encontros formalmente agendados. Para encontrar as pessoas, passar a conhecê-las, encaixar-me em suas atividades, tinha que gastar tempo com elas” (Whyte, 2005, p.295). Não se tratam de entrevistas de caráter fechado, com perguntas repetidas entre todos os entrevistados. Diferentemente disso, as entrevistas são feitas da maneira mais informal possível, a fim de se estabelecer o que Oliveira (1996) chama de “diálogo entre iguais”.

Essas dimensões de interpretação só foram possíveis no trabalho de campo através de uma intensa construção de laços com essas pessoas. Meu primeiro contato com o assentamento Francisco Julião se deu antes desta pesquisa sequer começar a ser pensada, quando era estudante de graduação através da experiência do Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) em 2012. Trata-se de um curso de formação política, organizado por diversos coletivos do movimento estudantil em parceria com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), seguido de uma vivência, onde cada estudante que participa deste estágio é encaminhado para a casa de uma família assentada em diferentes assentamentos do estado do Rio de Janeiro.

Encaminhado para o assentamento Francisco Julião, durante o EIV, começaram a borbulhar em minha cabeça de estudante de graduação um dos primeiros esboços da problemática desse trabalho. “Assim que eu puder, eu saio daqui, porque esse lugar é uma bosta.”, dizia Alex, um dos filhos da família onde fiquei hospedado. Questionando sua afirmação, sobre o porquê daquele lugar ser considerado “uma bosta” a ponto de despertar o interesse de partir de lá, ele simplesmente apontou seu dedo ao redor de onde estávamos. No caso, vendendo aipim numa barraquinha na beira da estrada, na frente de seu lote.

Conversando mais com esse jovem, ele contava-me (ao problematizar o motivo de não gostar daquele lugar simplesmente me sugerindo olhar ao redor) alguns problemas do assentamento, tal como dificuldades que sua família enfrentava como beneficiados da reforma agrária e completava tudo isso com o fato de que “Gilmar já saiu”. Questionei porque esse Gilmar havia desistido da reforma agrária, obtendo uma simples resposta de “sei lá! Um dia não tava mais lá. Ele mandou bem! (risos)”.

Nos dias seguintes da minha experiência de vivência no assentamento, era comum ouvir relatos de assentados que conheci falando sobre as suas insatisfações com órgãos públicos responsáveis pela reforma agrária e como isso dificultava suas vidas.

“Como a reforma agrária pode funcionar frente essas dificuldades, se vira e mexe as pessoas veem a desistência como um horizonte, frente seus problemas?” questionei na etapa posterior à vivência – a etapa de avaliação – do EIV. Claro, não obtive respostas definitivas para esse questionamento nesta ocasião, mas a problemática ocasionada por meus questionamentos neste espaço foram responsáveis pelas primeiras reflexões deste trabalho.

Essa primeira aproximação possibilitou um fácil acesso, posteriormente, ao trabalho de campo, em 2013, quando foi feita uma ida preliminar ao campo, para a construção do objeto de pesquisa. No ano seguinte, em 2014, três visitas a campo foram realizadas a fim de se coletar dados. Em todas essas experiências, fiquei hospedado com a mesma família.

Trata-se de uma família onde vivem juntos o pai (Caiçara), mãe (Sandra), um casal de filhos gêmeos mais novos (Alex e Janete, ambos de 19 anos) e um filho mais velho (Luís, 24 anos). Além desses, a família dispõe de um filho ainda mais velho, mas que mora no assentamento Josué de Castro, em Campos dos Goytacazes. Oriunda do Espírito Santo, esta família possui não só raízes rurais, mas também raízes de assentados. Tanto o pai de Sandra, quanto a mãe de Caiçara vivem em um assentamento em Conceição da Barra, no Espírito Santo, onde se conheceram. Em 1995 o casal, junto de seus filhos, mudou-se para Vitória até o ano 2000. Após viverem em mais dois acampamentos, a família finalmente mudou-se para o então acampamento Francisco Julião em 2006.

Além de produzirem aipim, abóbora, maxixe, amendoim, melancia, banana e feijão, que é vendida em banquinhas na beira da pista, para atravessadores e, ocasionalmente, para o Projeto de Aquisição de Alimentos (PAA) através da CONAB, a família conta também com outras atividades econômicas para seu sustento. Luís, Alex e Caiçara sempre executam outros trabalhos como diaristas em fazendas próximas ao assentamento ou em serviços em Campos dos Goytacazes. Além disso, até 2013, a família dispunha também de um bar na varanda de sua casa, frequentado por outros assentados. Por conta de brigas e outras inconveniências relacionadas ao consumo excessivo de álcool por parte dos frequentadores, a família optou por fechar o bar, vendendo agora somente refrigerante e tabaco. Entretanto, a família pretende abrir uma borracharia na entrada de seu lote, que encontra-se à beira da estrada.

A aproximação com os demais moradores do assentamento foi relativamente fácil, desde minha primeira ida, no EIV, por conta do bar. Neste espaço, pude ter a oportunidade de rapidamente conhecer muitos moradores do assentamento e conversar, desde essa época, sobre suas realidades, trazendo as reflexões mais embrionárias deste trabalho.

Essas relações com os moradores do assentamento cresceram com o tempo. Laços foram tecidos e a convivência para além da formalidade de uma entrevista – o espaço “formal” e “legítimo” de minha pesquisa em suas vidas – fora estabelecida. Ao longo desta “aventura antropológica” tive a oportunidade de conviver com os assentados sob diversos prismas. Uma vez que este trabalho discute, de certa forma, em que lugar o assentamento está na vida dessas pessoas, estar presente em seus cotidianos é uma importante ferramenta metodológica.

Durante meu trabalho de campo, é inegável que tenha me aproximado em graus e níveis diferentes com diversas pessoas. Isso, e apenas isso, é capaz de revelar aspectos da vida em uma representação compreensível (Wagner, 2009) conforme havíamos discutido no início desse capítulo.

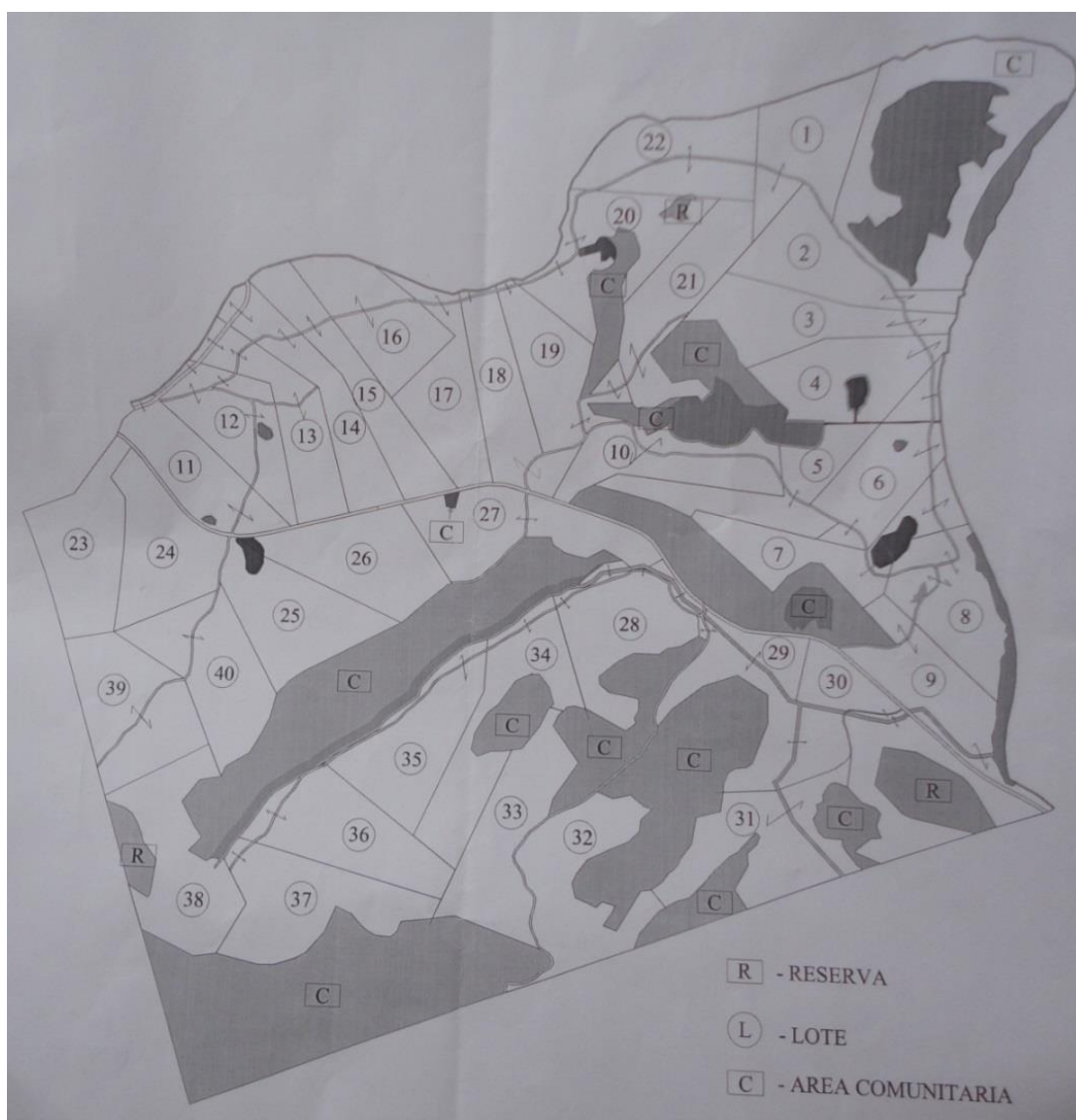
Retomando a conversa com Zé Carlos, o velho assentado continuou sua fala me dando um relato de uma complicada relação com seu vizinho, envolvendo conflitos de terra, me alertando que “é isso que realmente acontece por aqui”, relato bem diferente do dado outrora em uma entrevista. Como veremos de forma mais detalhada mais adiante, no histórico do assentamento Francisco Julião, o INCRA demorou sete anos



para realizar a divisão dos lotes, que ocorreu só no ano de 2013. Entretanto, sob iniciativa dos próprios assentados, em 2008 os lotes foram divididos “por conta própria”, afim de evitar o crescimento de conflitos que ocorriam em função da produção coletiva do então acampamento. Um topógrafo fora contratado e os lotes sorteados. Se outrora existiam conflitos nos tempos do acampamento por conta de tudo se produzir coletivamente, daí em diante outros tipos de conflitos se manifestam com a nova configuração espacial – dividido em lotes para cada unidade familiar –, desdobrando-se em outra natureza de conflitos após o INCRA fazer sua própria divisão em 2013.

Como nos demonstra Turner (2008), o conflito em um drama social nos revela vários aspectos não visíveis a priori. De acordo com esse autor, o exame de um drama social deve ser analisado em um espaço onde são claramente visíveis a ação antagonista. Estes espaços são denominados por Turner como “arenas”. Trata-se de “um arcabouço - seja ele institucionalizado ou não – que funciona como um cenário para interação antagonística cujo intuito é chegar a uma decisão publicamente reconhecida” (Turner, 2008, p.123). Se, portanto, a conversa com Zé Carlos, a princípio, simplesmente me revela a existência de problemas relativos à divisão de lotes, em um espaço mais próximo do que Turner caracteriza como “arena”, outros aspectos da vida são revelados com mais facilidade, como o que legitima ou não alguém poder ter um lote.

Tive a oportunidade de testemunhar uma importante reunião da associação dos moradores durante o trabalho de campo. Em meados de 2013, a associação espalhou pelos quatro cantos do assentamento a notícia de que funcionários do INCRA apresentariam para os assentados seu projeto final – e oficial – de loteamento, após sete anos de atraso. Por conta de tamanha importância, diferente das demais reuniões da associação, esta esteve bem cheia, com representação da maioria das famílias do assentamento. De acordo com os funcionários do INCRA por lá presentes, esta demarcação teria atrasado devido à sobrecarga de trabalho para um reduzido quadro de funcionários responsáveis pela tarefa. Diante do quadro de reduzidas desapropriações no governo Dilma, essa sobrecarga de trabalho teria mudado, tornando-se possível se demarcar os lotes de todos os assentamentos na região do Norte-Fluminense. A demarcação proposta pelo INCRA aos assentados está demonstrada na figura 1:



*Figura 1: Mapa do loteamento feito pelo INCRA*

Com uma média de 13ha, oscilando entre 12,5ha e 15ha, os critérios estabelecidos para o tamanho dos lotes (um pouco a mais e um pouco a menos), foram de quantidade de área de reserva florestal, assim como vantagens e desvantagens (proximidade da estrada e área de alagamento). Entretanto, essa não foi a questão que mais inquietou a reunião da associação nesse dia. A questão principal era de que, de acordo com o órgão, o assentamento podia comportar 40 famílias. Mas, até aquele momento, ele dispunha de 42 titulares. Restavam, portanto, duas opções aos assentados: escolher duas famílias a serem expulsas ou reduzirem o tamanho de todos os lotes, mantendo todas as 42.

Diante do medo de se demorar “mais sete anos” para o INCRA demarcar novamente para 42 famílias, a reunião da associação de moradores do assentamento Francisco Julião deliberou pela primeira opção. Uma vez estabelecida a “arena política”, a disputa simbólica é colocada às claras em cima da mesa, e conflitos – como o apresentado por Zé Carlos – antes deixados de lado, passam a se manifestar com mais clareza. Nesse momento fica claro o quanto os andorinhas são mal vistos no assentamento e como o discurso de “bom produtor” ou “mal produtor”, a condição de morador irregular ou legítimo e respeitador dos limites de sua terra possuem um peso enorme entre os assentados para legitimar sua própria condição de pequeno produtor rural beneficiado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

Com a disputa colocada na reunião da associação, o fato de não mais comparecer no assentamento sem dar notícias, nem deixar nenhum familiar ou amigo cuidando do lote – deixando-o conseqüentemente a sua própria sorte – e ocupação irregular foram os fatores decisivos para se expulsar os dois assentados na reunião: um irmão de um assentado regular, que ocupou um lote abandonado de um falecido e o outro, um senhor de 60 anos, que estaria se tratando, mas que não dava notícias, nas palavras de uns, há mais de um ano, tendo seu lote praticamente abandonado na visão dos moradores do Francisco Julião.

Ora, nas palavras de Turner,

Os oponentes podem buscar poder sobre as mentes uns dos outros pelo uso de símbolos, ou sobre seus corpos pelo uso da força – ou podem recorrer a ambos os métodos, em série ou paralelamente. Mas, em qualquer caso, uma arena não é um mercado ou um fórum, embora cada um destes possa se converter numa arena de condições adequadas. Numa arena, mesmo quando é cooperação, coalizão e aliança, estes aspectos estão subordinados à forma dominante do conflito. O segundo ponto importante a ser notado é que a arena é um quadro explícito; nada permanece meramente subentendido. A ação é definida, as pessoas falam com franqueza; as cartas estão sobre a mesa. Pode haver intriga nos bastidores, mas o palco é a arena aberta. (TURNER, 2008, p.124)

Nada mais pertinente do que essa passagem do antropólogo estadunidense para expressar a importância dessas ocasiões em nosso trabalho de campo. Como veremos mais adiante, existe no assentamento Francisco Julião uma visão negativa acerca daqueles que são beneficiados pela reforma agrária com um lote, mas não

necessariamente moram por lá – os “andorinhas” – tal como são mal vistos também aqueles que pouco produzem. Ora, se em meu dia a dia eu ouvia pra lá e pra cá caracterizações degenerativas dos andorinhas ou dos que pouco produzem (assim como a reclamação de Zé Carlos sobre o conflito de terras com o vizinho), apenas na “arena”, expressada pela reunião, que pude constatar o quanto essa disputa simbólica do dia a dia tem peso em um momento de uma importante decisão.

Outros aspectos importantes dessa pesquisa foram percebidos por conta da convivência através do “choque cultural” (WAGNER, 2009) com os assentados. Certa vez saí para a “farrá” com Luís, o filho do meio da família onde estava hospedado, numa tarde de domingo. Fomos conversar, beber e comer na casa de Nei, acompanhados de Sérgio, outro assentado. Como não havia ninguém por lá quando chegamos, já começamos a beber e escutar música em sua varanda. Nei mora na baixada do assentamento, em frente ao lago, o que proporciona uma bela vista da porta de sua casa (figura 2). Por conta disso, ele construiu uma pequena varanda com teto, ao lado de sua casa afim de proteger de chuvas os aparelhos sonoros e a mesa, onde a comida é servida e os copos enchidos. “Não sei como que o Nei não faz um bar aqui, de frente pra essa vista!” Disse-me em uma dessas ocasiões um dos frequentadores (não morador do assentamento) de sua casa.



*Figura 2: Vista da casa de Nei.*

Poucos momentos depois, Nei chega com sua família e mais um casal de amigos. Eles não são do assentamento, tampouco da região. Por lá eles já estavam há um dia e ficariam ainda mais um. Tratava-se de uma visita, de amigos, que têm mais amigos no assentamento.

Como Nei estava me transportando desde as mais próximas até as mais remotas regiões do assentamento, como meu assistente de pesquisa, ocasionalmente terminávamos um dia de trabalho em sua casa em ocasiões como essa. Mais uma vez haviam pessoas “de fora”, dessa vez de São Joaquim, bairro de Cardoso Moreira. Em pouco tempo, já me via como parte desse espaço, como mais um forasteiro (embora em relação distinta com que os locais estabelecem com os forasteiros mais comuns do que eu) frequentador daquele espaço.

“De onde você é?”, “Já conheceu BH?” “Já conheceu Brasília?”, “Conhece o sul de Minas?”, perguntavam-me em um dos frequentes assuntos que por lá conversávamos, principalmente os mais velhos que já pegaram o “trecho”.

A primeira vista, essas ocasiões poderiam soar como triviais. Mas, à luz de Wagner,

Uma vez que a nova situação tenha sido objetificada como “cultura”, é possível dizer que o pesquisador está “aprendendo” aquela cultura, assim como uma pessoa aprende a jogar cartas. Por outro lado, visto que a objetificação ocorre ao mesmo tempo que o aprendizado, poder-se-ia igualmente dizer que o pesquisador de campo está “inventando” a cultura.

(...)

A relação que o antropólogo constrói entre duas culturas – a qual, por sua vez, objetifica essas culturas e em consequência as “cria” para ele – emerge precisamente desse seu ato de “invenção”, do uso que faz de significados por ele conhecidos ao construir uma representação compreensível de seu objeto estudado. (WAGNER, 2009.p.51 e 53)

Essa ocasião, somada a outras – que trataremos com detalhes nos próximos capítulos –, passando pelo processo de invenção da cultura e uma representação compreensível para este estudo, se deu de forma bem clara na experiência acima relatada. Esta, nos leva a refletir acerca de que lugar o assentamento tem na vida das pessoas.

Ora, vimos aqui uma convivência bem estabelecida entre um grupo do assentamento e pessoas de outras regiões. Não se trata de uma comunidade restrita a um espaço delimitado como “assentamento”. Mas de várias comunidades e grupos de sociabilidade que, vez ou outra, extrapolam esse território. Inclusive, todos os entrevistados alegam necessidade de trabalhar fora para poderem manter e investir no lote. Em outras palavras, para se conseguir a permanência, é necessário estar sempre trabalhando fora. Isso leva-nos a perguntar: Como podemos falar em evasão uma vez que todos que investem no lote acham que atividades de trabalho fora do assentamento é inerente ao investimento e funcionamento deste?

Mais uma vez, o choque cultural de Roy Wagner, através da convivência diária com os assentados, nos leva até as reflexões de Guedes (2013) acerca de “comunidade moral” e “área cultural”. Queremos dizer que a partir dessa experiência de campo, compreendemos que “há de se destacar os recortes e fronteiras promovidos pelas próprias pessoas de que trato, explicando a existência do que vou chamar (...) de ‘comunidade moral’” (GUEDES, 2013, p.39). Assim como Guedes, nos interessa

A ideia de que, se por um lado essa “comunidade moral” se amplia para além dos limites territoriais de um bairro ou cidade, por outro é possível delimitar, de forma aproximada, os contornos da região mais ampla na qual eles circulam – naturalmente, a partir dos dados e informações coligidos no campo. Assim, são meus próprios interlocutores e seus relatos sobre suas *andanças* e percursos que me permitiram a delimitação do que chamo aqui de “área cultural” (...). Naturalmente, esses limites e contornos nada têm de rígidos, esta área cultural sendo vazada e aberta em várias direções (Ibdem, p.40).

Essas reflexões – que discutiremos mais adiante – se deram através do método de observação participante. O trabalho feito através desse método, por um lado, nos traz a vantagem de – através da convivência com os assentados, dia após dia, empenhando-se ao máximo de, nesse meio tempo, viver como eles – compreendermos de uma maneira holística a dinâmica social do local que nós pretendemos estudar. Por outro lado, a desvantagem desse método responde o fato de dificultar a obtenção de dados e informações mais precisas (e também necessárias). Aliamos, portanto, as duas coisas neste trabalho: a observação participante e entrevistas diretas. A coleta de dados se refere às essas duas experiências.

Ao conviver com os assentados em seu dia a dia, e, ao mesmo tempo, fazendo entrevistas com eles, observo que é possível de se fazer uma positiva troca metodológica entre essas duas maneiras de coletar dados: Ao estar diariamente fazendo entrevistas, os assentados claramente compreendem que por lá estou a trabalho, portanto, com ações limitadas diante da minha condição. Por outro lado, ao estar oficialmente trabalhando enquanto faço entrevistas, tenho momentos “livres”. Esses momentos, embora em minha cabeça não sejam tão livres assim, são responsáveis por esboçar uma relação de proximidade com a população em questão:

Cria um espaço semântico partilhado por ambos interlocutores, graças ao qual pode ocorrer aquela “fusão de horizontes” – como os hermeneutas chamariam esse espaço –, desde que o pesquisador tenha a habilidade de ouvir o nativo e por ele ser igualmente ouvido, encetando formalmente um diálogo entre “iguais”, sem receio de estar, assim, contaminando o discurso do nativo com elementos de seu próprio discurso. (Oliveira, 1996, p. 24)

Esses momentos informais de convivência, não só se revelam importantes por criar um espaço de “diálogo entre iguais”, como também, em muitas ocasiões, são importantes para se obter informações que não se revelariam com tanta facilidade em um espaço formal de entrevista. Novamente, à luz de Foote Whyte, o antropólogo estadunidense nos revela como seu espaço de recreação favorito foi importante para sua pesquisa:

Eu descobrira que gostava tanto de jogar boliche que de vez em quando sentia um pouco de culpa por negligenciar minha pesquisa. Jogava com os homens para estabelecer uma posição social que me permitisse entrevista-los e observar coisas importantes. Mas quais eram essas coisas importantes? Só depois de deixar passar essa mina de ouro estatística foi que percebi subitamente que o comportamento dos homens nos jogos regulares de boliche era o exemplo perfeito do que eu deveria estar observando (WHYTE, 2005, p. 317).

Para se ilustrar melhor a importância desses momentos de convivência informal como uma ferramenta metodológica, ao escutar comentários de assentados sobre outros, que ainda não havia entrevistado, fui capaz de conduzir melhor as entrevistas, diante de informações sobre estes que já ouvira previamente. A reflexão sobre os casos de reciprocidade dentro da esfera produtiva (que veremos mais adiante) começou, por exemplo, através de uma conversa informal. Após isso, outras formas de reciprocidade

começaram a aparecer diante de meus olhos quando modifiquei a maneira de chegar até estas relações, não apenas por perguntas formais sobre “se você e o seu vizinho se ajudam ou trabalham juntos”, mas através de conversas e mais conversas. Isso porque a maioria destas relações não se dão de forma explícita.

Nas contribuições de Florence Weber, “seria absurdo pensar que, ao despertar, cada um de nós efetua um cálculo explícito para o conjunto das microdecisões que tomaremos ao longo de todo o dia” (WEBER, 2002, p.151). A importância de se vislumbrar isso dentro de termos metodológicos se faz presente no sentido de buscarmos compreender a distinção entre

Racionalidade epistêmica (a modelização “científica”, efetuada pelos economistas, dos comportamentos nativos) e racionalidades práticas, quer dizer, raciocínios nativos ou “modos de pensar”, sejam elas implícitas ou inscritas materialmente. Do lado da racionalidade epistêmica, a formalização econômica padrão dos comportamentos individuais está fora de questão (...). Para o interacionismo metodológico, (...) o indivíduo não é um dado *ex ante*, (...) mas uma lenta e instável consequência de múltiplos processos de socialização, que podem ser contraditórios nas diferentes cenas sociais por vezes estanques, por vezes imbricadas. (Ibidem, p.172).

São esses processos de socialização em diferentes cenas sociais que buscamos compreender em nossa observação participante. Daí, mais uma vez, a importância de se coletar dados nessa pesquisa para além de espaços formais de entrevistas.

No que diz respeito às entrevistas, foram ao todo 21 famílias entrevistadas em um universo de 42. Uma entrevista de “uma família” consistiu (com exceção de uma das entrevistas, que envolveu também o neto do casal titular do lote) na entrevista com os titulares do lote. Ou seja: o pai, a mãe ou ambos. Alguns foram previamente selecionados, por serem lideranças essencialmente importantes para as questões que aqui levantamos. As outras foram selecionadas aleatoriamente.

Entretanto, o trabalho de campo não se limitou a apenas entrevistas e visitas formais em casas de assentados. Como diz Brandão, “Onde se está, quando não é ‘a sós’, ‘a dois’, ou ‘em família’? Ora, em muitos lugares e às vezes parece que a boa Sociologia começa aí. Na classe social, na equipe de trabalho, na comunidade, na instituição...” (BRANDÃO, 1995, p. 109). O olhar etnográfico esteve atento a todos os



aspectos da vida durante o trabalho de campo. Digo, conversas informais e diálogos cotidianos, ao final do dia, foram anotados no bom e velho diário de campo para, após isso, passarem por uma reflexão mais adequada.

Durante minhas visitas a campo, me inseri em diversas atividades. A primeira – e principal aos olhos de todos – foi de realizar entrevistas com os assentados. Passei boa parte de meus dias andando pelo assentamento, de casa em casa, em busca de pessoas chave para as questões que buscava elaborar. Essa atividade, entretanto, não se tratava de simplesmente encontrar um núcleo familiar e entrevistar seus membros. Diferentemente disso, a relação entre pesquisador/entrevistado nessas situações, que tentei ao máximo construir, foi de alguém que estava visitando os moradores, não apenas apresentando um questionário com perguntas a serem respondidas (experiência essa, que eles relatam ser frequentes por agentes de órgãos públicos e pelo MST).

Para tal, a primeira aproximação para uma conversa, ao chegar na casa de alguém, não era de uma imediata apresentação como pesquisador, mas de dizer que “eu sou amigo de Caiçara, estou ficando esses dias na casa dele, meu nome é Gabriel, tudo bom?”. Creio que essa primeira apresentação, como um amigo de um dos assentados, que está de visita, já abre portas não só para o início de um “diálogo entre iguais” (Oliveira, 1996), mas também para a oportunidade de se situar socialmente com mais facilidade no meio. Foote Whyte relata a importância de se estar próximo de “indivíduos chave”:

Durante meu período em Cornerville, aprendi bem rapidamente a importância crucial de ter o apoio dos indivíduos-chave de qualquer grupo ou organização que eu estudasse. Em vez de tentar me explicar a todos, descobri que as informações sobre mim e meu estudo que eu dava a líderes como Doc eram muito mais detalhadas que as que oferecia ao rapaz comum da esquina. (WHYTE, 2005, p.301)

A referência de Caiçara era de suma importância. Além do fato de que alguns dos indivíduos entrevistados já haviam previamente me conhecido durante minha experiência no EIV, Caiçara é um indivíduo muito bem visto no assentamento. Esse capital simbólico, creio eu, era reforçado quando Luís, um dos filhos da família, me ajudava, transportando-me de moto até as residências dos entrevistados.

Entretanto, após essa primeira apresentação, me identificava como um pesquisador da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e pedia um momento para

conversar, pois precisava saber de aspectos da vida do assentamento, para descobrir os motivos de “porque tem gente que sai e porque tem gente que fica”.

Os entrevistados ficavam muito entusiasmados ao ouvir que a ideia da minha pesquisa era de elaborar minhas conclusões a partir da visão deles, o que, creio eu, colaborava ainda mais para romper alguns tijolos da barreira erguida entre pesquisador e pesquisado. Seu interesse em “mostrar pro mundo” sua voz acerca das dificuldades de se viver em um assentamento de reforma agrária era tanto, que em uma das entrevistas, ao dizer que suas identidades estavam garantidas e que poderiam falar o que quisessem, pois eu usaria apenas nomes fictícios, um dos entrevistados me disse: “Não! Acho que você tem que colocar o nome da gente mesmo. Pra gente poder peitar mesmo aquelas coisas que atrapalha a gente!” disse Mário, um dos entrevistados.

Em meio dessas andanças, ocasionalmente, um ou outro assentado me convidava para almoçar ou caminhava junto comigo para me mostrar onde ficava a casa do próximo vizinho que eu entrevistaria. Ao final do dia, quando retornava à casa da família que me hospedava, simplesmente vivia como eles viviam depois de um dia de trabalho, fazendo as mesmas coisas que eles faziam: assistia televisão, jogava videogame com os mais jovens ou ficava conversando na varanda, ocasionalmente, tomando uma pinga junto de meus anfitriões. Essas situações se demonstram importantes também para nosso trabalho, pois, embora conversássemos sobre os mais variados assuntos, esses momentos onde o gravador estava desligado se mostrou muito importante para ouvir aspectos da vida do observado que não se revelam facilmente em uma entrevista. Seguimos, portanto, concepção de Lévi-Strauss sobre a antropologia como uma ciência capaz de construir concepções em conjunto entre observador e observado:

A antropologia, procura (...) elaborar a ciência social do observado (...) tentando então extrair um sistema de referência fundado na experiência etnográfica, e que seja independente, ao mesmo tempo, do observador e de seu objeto. (LÉVI-STRAUSS, 2003, p.404)

Quando não estava andando pelo assentamento, em busca de entrevistas, ajudava a família em seus afazeres de pequenos agricultores: ajudava a colher maxixe e aipim, ajudava a arar a terra e também ficava às vezes na banquinha da pista, onde sua produção era vendida. Não apenas para ter a experiência daqueles que estudo, mas

também porque considerava uma importante retribuição de ajudar o trabalho da família. Afinal de contas, eles abriram as portas de sua casa para mim diversas vezes, de braços abertos, me ajudando, inclusive, na alimentação. Entretanto, essa experiência de reciprocidade também foi um instrumento didático para mim, no sentido de experienciar a vida de um assentado no Francisco Julião mais de perto. Ora, se colher aipins não me traz respostas imediatas para minhas questões, me ajudou, por outro lado, ao viver suas experiências diárias, a compreender a construção do “ser” camponês assentado, compreender seu *ethos*. Essa experiência, contribuiu também para me sentir mais à vontade naquele meio.

## CAPÍTULO II: O PANO DE FUNDO TEÓRICO

### 2.1 – Categorias de análise

De acordo com a literatura produzida sobre o tema, o termo “evasão” refere-se ao abandono, expulsão e venda do lote (BRUNO e MEDEIROS, 2001; MELLO 2006) “assim como também a venda ou troca de lotes, desde que o responsável pelo lote não resida no projeto” (RIBEIRO et al 2011, p110).

Bruno e Medeiros (2001) em uma pesquisa abrangendo 59 assentamentos em 22 estados criados entre 1985 e 1995, constatam a porcentagem média de evasão de 27,9%, enquanto os princípios e diretrizes do Programa do Crédito Fundiário (Brasil, 1997) levantam diferentes índices de evasão de acordo com seu período de criação: os assentamentos mais antigos com 35% e os recém criados de 0 a 20%. Em outro estudo, realizado por Mello (2006) em dois assentamentos do Rio Grande do Sul, foi encontrada uma média de 22%. Em outra pesquisa sobre dois assentamentos no estado de Tocantins (RIBEIRO et al 2011, p110), encontra-se um índice de 71,4% em um e 80% em outro.

Utilizando-se do mesmo método de cálculo que estes trabalhos<sup>7</sup>, calculamos o índice de evasão do assentamento Francisco Julião, resultando em 6,1%. Entretanto, trata-se de um cálculo que não expressa a realidade vivida pelos assentados, pois além dos casos de evasão encontrados nos documentos, há a incidência de mais três casos, cujos titulares ainda constam como “assentados” no RB<sup>8</sup>, não como desistentes.

Estes estudos chegam a variadas conclusões a respeito dos motivos que levam um beneficiado a evadir. Em *Percentuais e causas de evasão em assentamentos rurais*,

---

<sup>7</sup> O cálculo foi feito da mesma forma descrita por Ribeiro et al: “baseada pelo cálculo da diferença entre os números de beneficiários inicial (R<sub>Bi</sub>) e o número destes beneficiários remanescentes (R<sub>Br</sub>), resultando no total de beneficiários que evadiram do projeto (RTBe). Em seguida, pela aplicação da propriedade matemática da proporção obteve-se o percentual de famílias que evadiram (%E), conforme descrito nas equações:  $R_{Bi} - R_{Br} = RTB$  e  $\%E = \frac{RTBE * 100}{R_{Bi}}$ ” (Ribeiro et al, 2011, p.110)

<sup>8</sup> Relação de Beneficiados. Trata-se de um documento do INCRA onde se encontra uma lista com os nomes de todos os titulares de determinado assentamento, tal como sua situação atual na reforma agrária.

de Regina Bruno e Leonilde Medeiros (2001), foi realizada uma pesquisa em 22 estados, abrangendo 59 assentamentos rurais criados entre 1985 e 1995. Trata-se de um estudo que busca relacionar possíveis fatores de evasão com diferentes índices de evasão dos assentamentos que compuseram a amostra, agrupados em faixas progressivas de índices de evasão (inferiores a 12,5%; entre 12,5% e 24,9%; entre 25% e 49,9% e superiores a 50%). Para calcular esse índice, foram realizadas visitas às unidades do INCRA,

Visando obter listagens, sucessivas no tempo, dos assentados existentes nas unidades sorteadas. A intenção era obter a listagem original dos selecionados, os que receberem os créditos de implantação do PROCERA, somando-se as atualizações de cadastro, o cadastro do SIPRA, a consulta de fichas individuais dos assentados e outros dados pertinentes indicados pelas Superintendências. Por meio de comparação dos dados, visava-se obter os índices de evasão em diferentes momentos da história do assentamento (BRUNO e MEDEIROS, 2001, p.12)

Diante desses dados, tal trabalho não considera como evasão situações de morte, onde a administração do lote continuou nas mãos do núcleo familiar.

Isso significa que consideramos o lote não estritamente a partir de seu beneficiário legal (um indivíduo), mas sim como unidade familiar de produção. O mesmo procedimento observamos em situações em que o titular saiu do assentamento por razões as mais diversas (...), mas a família permaneceu na terra, como assentada. (BRUNO e MEDEIROS, 2001, p.13)

Ora, este trabalho não só nos dá uma excelente contribuição metodológica (como esses dois critérios acima citados, que conservamos em nossas análises), mas um panorama geral para a discussão de evasão e permanência em assentamentos rurais, sendo um campo fértil para se iniciar o debate sobre o assunto. Entre eles, ele demonstra que, em termos gerais, o quadro de infraestrutura nas áreas reformadas é de enorme precariedade, mesmo em casos de baixo índice de evasão: “chama atenção a precariedade das condições de infraestrutura (...), em particular a falta de escolas, a irregularidade do atendimento médico básico, a má conservação das estradas, a inexistência de transportes e de energia elétrica” (ibidem, p.17). Essas precárias condições são as mais recorrentemente apontadas nas entrevistas desta pesquisa como as principais causas de evasão, entretanto, não como o maior motivo verbalizado para as saídas, mas

As situações diretamente relacionadas ao abandono do assentamento, a falta de incentivo do governo com a produção e comercialização dos produtos, a precariedade do acompanhamento técnico e, em alguns casos, a permanência de situações conflituosas derivadas de disputas com fazendeiros (Ibdem, p.32).

Além disso, sugere-se a hipótese de que essas carências se convertem em possibilidades reais de evasão, quando oportunidades de vida fora dos assentamentos se colocam diante da vida do assentado, “conforme o momento de seu ciclo de vida, condições econômicas, fidelidades, laços de parentesco e etc”. (Ibdem, p.36.).

Em outro estudo realizado por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa (UFV) no estado de Tocantins (RIBEIRO et al 2011), mobilizam-se esforços para compreender as causas de evasão a partir de duas concepções diferentes de reforma agrária expressas em dois assentamentos. Um criado pelo INCRA via desapropriação de terras improdutivas e outro pelo programa de Crédito Fundiário, através de compra de terras pelo Banco da Terra. Ambos no município de Pium, 120Km de Palmas. As principais causas de evasão no primeiro foram relacionadas à precárias condições de infraestrutura, enquanto no segundo foram atribuídas à origem não rural, ocasionadas por problemas na seleção, tal como o modelo imposto de organização produtiva coletiva.

Por conta de evasões ocasionadas por estes fatores, os autores criticam os órgãos responsáveis por

Suas ações, para a ocorrência de evasão e, conseqüentemente, no desenvolvimento do projeto: O INCRA por não ter desempenhado suas funções conforme previsto nas fases do assentamento, resultando na precariedade da infraestrutura. E o Banco da Terra por apoiar a criação de assentamentos com sistemas coletivos, sem avaliar previamente a experiência e afinidade das famílias envolvidas. (Ibdem, p.129)

Além disso, é importante compreendermos que mesmo com o advento da evasão, o evadido é substituído por alguém da mesma categoria social: um trabalhador rural demandante por terra em busca de melhores condições de vida no lugar de outro que, mesmo evadindo, passou por uma experiência que melhorou suas condições de vida. Diante disso, o mesmo estudo aponta as seguintes reflexões:

A evasão vista a partir de ações pessoais dos beneficiários da reforma agrária não deveria ser analisada de forma negativa, na medida que um assentamento não é criado com o objetivo de se tornar a última moradia de uma família. Por outro lado, o ser humano tem uma cultura migratória com forte tendência de estar em constante busca de melhores possibilidades de vida. (RIBEIRO et al 2011, p130)

Ora, a mobilidade de membros de família, de acordo com Heredia (et al 2002) em um estudo sobre assentamentos espalhados em diferentes regiões do país é algo recorrente. 28% das famílias pesquisadas já tiveram pelo menos um membro que se mudou do lote. Destas, 42% se deram por necessidade de buscar trabalho e/ou outra terra.

Também foram levantados fatores relacionados à infraestrutura e baixa coesão social como responsáveis por evasão em dois assentamentos no Rio Grande do Sul. Estes, com políticas públicas semelhantes. (MELLO, 2006).

O trabalho de Paulo Freire de Mello (2006) apresenta um amplo quadro estatístico relacionando 16 variáveis (crédito de instalação-modalidade apoio, crédito instalação-modalidade materiais de construção, PRONAF A, percentual de lotes sem água, sem luz, sem casa, qualidade das estradas internas, estradas externas, qualidade dos solos, tipo de prestadora de assistência técnica, executor do assentamento, ano de implantação, tipo de público, região de implementação, religião do evadido e seu estado civil) com o percentual de evasão em assentamentos rurais espalhados pelo estado do Rio Grande do Sul. Excetuando-se duas dessas variáveis (estado civil e religião), analisadas apenas em dois estudos de caso, Mello comenta as 14 demais, correlacionando com o percentual de evasão em assentamentos espalhados por diversas regiões do estado, através de dados do INCRA.

Além da correlação com dados secundários e estatísticos (que é capaz de nos fornecer hipóteses preliminares a um estudo mais aprofundado), o aspecto mais interessante apresentado nesse trabalho encontra-se nas suas reflexões com base no campo simbólico, analisados apenas em dois assentamentos escolhidos para uma etnografia.

Apesar das ponderações relativas aos limites de avaliação da dimensão material neste estudo, entendemos que a baixa correlação dos fatores relacionados a esta dimensão aponta para a confirmação da hipótese central, haja vista a constatação da

centralidade da dimensão simbólica, em especial, nos processos de desenvolvimento da sociabilidade por meio da construção e da ampliação de relações de reciprocidade entre os agentes, com vistas a um crescente fortalecimento de valores humanos e dos laços sociais. Estes estão bastante relacionados ao parentesco, incluindo compadrio, e redundam no desenvolvimento de um sentimento de pertencimento e na conformação de uma identidade “nós”, viabilizadores da formação de uma corporação (MELLO, 2006, pág 189).

O autor nos expõe um quadro altamente conflituoso nos dois assentamentos visitados (em especial, o assentamento Apolo, onde ocorreram inclusive assassinatos, fruto de conflitos entre grupos, gerando um grande movimento de saída nesse contexto), explorando uma série de fatores como religião, estado civil, disputa de poder simbólico entre grupos, rivalidades, estigmas e etc, relacionando-as com possibilidades de evasão ou rotatividade.

Em síntese o ponto central da relação entre a dimensão simbólica e a reforma agrária, para o autor, refere-se ao fato de que,

Mais do que uma questão econômica, a busca de um equilíbrio na sociabilidade parece ser crucial em locais conflituosos, como costumam ser os assentamentos. Em outras palavras, nos assentamentos, à medida que a balança identitária pende para o ‘nós’, a perspectiva é o alcance de maior estabilidade e, com isso, uma menor evasão” (MELLO, 2008, p.596).

Trata-se, portanto, de uma reflexão não muito distante de Bruno e Medeiros (2001), onde, ao constatar que na região Nordeste, onde os índices de evasão são mais baixos, são mais recorrentes assentamentos cujos beneficiários são antigos posseiros ou moradores das áreas desapropriadas. Diante desse quadro,

São situações em que os trabalhadores já tinham algum tipo de acesso à terra, conhecendo-a no que se refere a condições de cultivo, bem como, possivelmente, redes de comercialização relativamente estruturadas. Além disso, formas de sociabilidade muitas vezes já estavam construídas, o que pode se constituir num fator de segurança ante condições adversas (porém familiares): ter a quem recorrer em casos de dificuldades foi lembrado em algumas entrevistas como fator importante de permanência (Ibdem, p.34)

Percebemos, portanto, que os termos “evasão” e “permanência” são categorias que se referem à política pública de reforma agrária. Pensemos agora nessas categorias a partir da prática de vida cotidiana dos assentados, nos recordando de uma das reflexões



relatadas no capítulo anterior: Constatamos que a “comunidade moral” e a “área cultural” (GUEDES, 2013) do assentamento Francisco Julião está para muito além de seu espaço físico propriamente dito. Esta extrapola até mesmo os limites do estado do Rio de Janeiro onde assentados ocasionalmente visitam outros municípios para pequenos trabalhos e encontros com familiares. Ora, Bailey (1971) categoriza “*moral community*” como comunidades que não estão necessariamente no mesmo espaço geográfico. Diferentemente disso, estas respondem mais por uma densidade de relações do que por um espaço físico:

The Brahmin and the Sweeper do not have the same moral community even within the one village. Nevertheless, for both of them, there are some common – and large – discontinuities, so that *vis-à-vis* for instant outsiders, it is possible to regard both Brahmin and Sweeper as members of the one moral community (BAILEY, 1971, p.302 e 303)

Trata-se de um cenário passível de se estabelecer uma analogia com o assentamento Francisco Julião. Lá, encontramos grupos de diferentes origens e interesses: Os baianos, os capixabas, os “locais”, os metodistas, e o pessoal da associação. Não estamos falando aqui de categorias rígidas a ponto de termos que classificar esse ou aquele assentado como membro desse ou daquele grupo. Mas estamos apontando para o fato de que há uma série de grupos sociais no assentamento em vários níveis: familiar, regional, religioso e de interesse. Esses grupos (muitas vezes com pontos de interseção uns nos outros) têm relações firmes com espaços para dentro e para fora do assentamento. O caso do grupo de Nei relatado no capítulo anterior é um bom exemplo: Trata-se de um assentado cuja origem é local, tendo relações muitas vezes mais firmes com pessoas de bairros de Cardoso Moreira ou até mesmo com frequentadores do assentamento que moram em outro estado do que com outros assentados.

Esses grupos sociais estão em constante mobilidade e exercendo contato e relações para dentro e fora do assentamento. Os indivíduos, por sua vez, carregam também relações firmes e constantes para fora do assentamento. Um bom exemplo disso pode ser retratado a partir da casa de Renato. Ex-presidente da associação, Renato mora com a filha e esposa, todos originários do Valão dos Pires, região também do município de Cardoso Moreira onde por lá moram parentes. Sua filha, professora, trabalha em Campos dos Goytacazes e sua esposa, Joseane, é dona de casa. Ambas mal se

relacionam com os outros assentados, tendo o assentamento em suas vidas apenas como local de moradia, entretanto, com um membro da família fortemente inserido em um dos grupos sociais do Francisco Julião. “Aquelas duas são muito metidas, nem falam com ninguém do assentamento aqui”, dizia um jovem assentado referindo-se a elas. Tal percepção responde à falta de inserção que essas duas pessoas têm dentro do espaço físico, uma vez que suas comunidades morais estão mais associadas ao núcleo familiar, aos familiares do Valão dos Pires e amigos em Campos, não aos outros moradores do assentamento.

Além disso, é importante ressaltar outro caráter de constantes entradas e saídas no assentamento: o “trabalhar fora pra investir dentro”. Diante das entrevistas do trabalho de campo e das mais variadas interações na observação participante, vimos que o “trabalhar fora” é inerente ao “trabalhar dentro” do assentamento, uma vez que o segundo depende do primeiro. Praticamente todas as famílias entrevistadas têm pelo menos um membro da família trabalhando fora do assentamento e alegam que ou necessitam desse trabalho extra para viabilizar investimentos em seu lote, ou que esse membro que trabalha fora (geralmente filhos jovens) se utilizam dessa renda para “ajudar” o orçamento familiar<sup>9</sup>.

Importante frisarmos – para assim nos permitir um olhar um pouco mais amplo sobre assentamentos – que não se trata de uma situação exclusiva do assentamento Francisco Julião. Leite (2003), ao realizar um estudo sobre quatro assentamentos fluminenses, também constata uma realidade próxima a esta, onde “boa parte das famílias (lotes) pesquisadas possui, ao menos, um membro (...) envolvido nessas atividades externas, que parecem ser cruciais ao balanço estratégico da reprodução familiar” (Leite, 2003, p.139). Isso se torna um dado importante somado às estratégias de geração de renda levantadas por este autor. O mesmo conclui o seguinte:

Podemos concluir que, diante de uma estrutura de gasto dada, as estratégias de geração de rendimentos (monetários ou não, no lote ou fora dele etc.) combinarão equações as mais variadas,

---

<sup>9</sup> Heredia (et al, 2002), nos demonstra em um quadro mais amplo de assentamentos ao longo do país, números a respeito disso: “do total da população maior de 14 anos nos projetos pesquisados, 79% trabalhavam somente no lote, 11% no lote e também fora dele, 1% somente fora do lote e 9% declararam não trabalhar. Ou seja, 90% dos assentados maiores de 14 anos trabalhavam ou ajudavam no lote, numa média de três pessoas por lote. Dos que faziam algum trabalho fora do lote (12% no total), 44% o faziam em caráter eventual, 24% em caráter temporário e 31% de modo permanente.” (ibidem, p.93)

garantindo a permanência dos membros da família na área.  
(ibidem, p.146)

Apesar de estarem constantemente circulando por questões de trabalho fora do assentamento, os assentados veem de forma muito pejorativa os “andorinhas” – titulares que mal frequentam seu lote, morando e trabalhando em espaços urbanos. Apesar de duramente criticados, os andorinhas não seriam uma forma mais radicalizada da relação entre cidade e campo dos demais assentados, uma vez que sua relação de trabalho fora do assentamento é simplesmente maior que dos demais? E os evadidos, por sua vez, não seriam uma forma mais radicalizada dos “andorinhas”, uma vez que eles simplesmente, ao invés de não mais estarem lá fisicamente também não mais estão burocraticamente? Diante dessas problemáticas, como podemos discutir o termo “evasão”? Mello (2006) contribui para essa problemática nos seguintes termos:

A mobilidade dos assentados não se restringe apenas à evasão. Nos estudos de caso, observamos que outras situações tem ocorrência relevante, tais como mortes por conflito, as trocas de lote entre e intra-assentamentos; as trocas de titularidade ou mesmo o abandono de lotes ocupados irregularmente, o que nos levou a alargar a análise, buscando compreender um fenômeno maior, por nós denominado *rotatividade*, o qual abarca todas essas situações descritas, incluindo a evasão propriamente. Nesse caso, o termo evasão caracteriza, de forma precisa, a fuga ou saída da política de reforma agrária, enquanto os demais demonstram a mobilidade dos assentados *dentro* da reforma agrária. (MELLO, 2006, p.13)

Mello, portanto, compreende evasão como uma categoria inerente à compreensão de uma política pública, referindo-se à desistência de ser beneficiado desta. Rotatividade seria uma categoria conceitual operante também dentro do paradigma de uma política pública (com exceção das mortes por conflito), pois se refere ou à saída definitiva desta (a evasão propriamente dita) ou à fenômenos relacionados à mobilidade dentro dos termos dessa política pública.

Comprendemos e utilizamo-nos dessas categorias de análise. Entretanto, pretendemos analisar a mobilidade para além destes termos entendendo que a evasão é, de fato, uma categoria que propriamente caracteriza a saída da política de reforma agrária. Propomo-nos neste momento a discutir algo para além disso, visando compreender o lugar do assentamento na vida dos assentados.

Diante da problemática destacada acerca do constante “trabalhar fora” estar intimamente ligado à permanência na política de reforma agrária, gostaríamos de chamar atenção para a perspectiva de Woortmann (1990b) onde “Camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores também de migrantes” (Ibdem, p.35). Semelhante ao nosso estudo de caso – no que diz respeito ao fato já apontado do trabalhar fora e, conseqüentemente, da constante mobilidade fora do assentamento ser algo inerente à permanência – o autor completa: “A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução.” (Ibdem, p.35).

Nossa visão, portanto, vai um pouco além da perspectiva de uma política pública diante dessa problemática, afim de demonstrarmos que lugar o assentamento, a evasão, permanência, rotatividade e mobilidade têm na vida dessas pessoas:

De acordo com o pressuposto de que o deslocamento é fruto de acontecimentos excepcionais, a sedentariedade apareceria aí como regra, o esperado, o ‘normal’; e o movimento como exceção, o intersticial ou acidental, algo secundário ou derivado em relação à estabilidade de quem fica no mesmo lugar. Do ponto de vista analítico, neste caso seria o movimento – e não a ‘permanência’ – o que haveria de ser explicado. Subordinado à ‘partida’ e/ou ao ‘destino’, o movimento não teria um valor em si mesmo, constituindo-se basicamente como passagem entre dois pontos (de... para), onde reside o interesse do pesquisador (por que sair? O que acontece quando se chega lá?). Veremos que (...) o que está entre esses pontos também é ‘habitável’.  
(GUEDES, 2013, p.31 e 32)

Diante desse prisma, compreendemos que entre o tipo ideal do assentado nos termos das políticas públicas<sup>10</sup> e o evadido, existem outras categorias. Não apenas o “andorinha”, mas o assentado tal como ele realmente é: um trabalhador rural que não trabalha somente em seu lote. Diferentemente disso, necessita realizar uma série de tarefas fora dos limites do assentamento para justamente continuar trabalhando dentro deste. Examinaremos na análise dos dados colhidos em campo, diferentes situações que expressam essa perspectiva.

---

<sup>10</sup> Ver II plano nacional de reforma agrária: Tal documento visualiza o assentado da reforma agrária como um agente que movimenta gerações de empregos dentro dos assentamentos visando um impacto econômico positivo em níveis regionais. Compreendemos, portanto, que se trata de um tipo ideal tratado como um agente que opera dentro de um território limitado.

## 2.2 – Comunidades rurais, camponeses e assentamentos

A luz de Weber, apoiamo-nos em um conceito capaz de articular com mais clareza “a balança identitária que pende para o ‘nós’” de Mello (2008). Pantoja (2011) utiliza o termo neologista “comunitarização” para expressar a noção de relação comunitária (Vergemeinschaftung) do clássico sociólogo alemão, a fim de evocar melhor o caráter processual evocado pela palavra alemã. O autor nos explica que, por “comunitarização”, não basta a existência de traços herdados em comum, mas a produção de relações sociais produzidas pelo sentimento de co-pertencimento, produto da comunidade. Em outras palavras, Weber expressa da seguinte maneira o que se necessita para se produzir uma comunidade:

Uma relação social surge somente quando eles de alguma maneira orientam seu comportamento uns para com os outros – não apenas cada um deles face ao mundo circundante – com base nesse sentimento; é só na medida em que esta relação evidencia um sentimento de co-pertencimento é que surge uma “comunidade” (WEBER, apud Pantoja et al, p. 25)

A reflexão de características comunitárias se faz importante aqui, pois estas são centrais para a compreensão de estratégias de permanência ou fatores de evasão no assentamento Francisco Julião. No que diz respeito a uma comunidade camponesa, encontramos uma vasta literatura acerca da relação entre família, comunidade, indivíduo e terra. Para Ianni (1985), o camponês é um agente que se encontra numa condição de subalternidade. Tratam-se de posseiros, colonos, sitiantes, parceiros, meeiros, arrendatários, moradores, agregados, mulatos, índios e etc. Em outras palavras, trabalhadores rurais que carregam um enorme leque de variedades. Muitas vezes, esses trabalhadores carregam consigo valores da sociedade nacional e da modernidade. Entretanto, lado a lado desses valores, encontram-se laços de comunidade e afeição pela terra:

A relação do camponês com a terra é transparente e mítica; a terra como momento primordial da natureza e do homem, da vida. É aí que se demarca o espaço da família, parentes, vizinhos. Todos são membros da mesma comunidade de laços e prestações, favores e obrigações. Apoiados na terra e trabalho, todos participam de um mesmo e único nós. As desavenças, brigas e vinganças não rompem a comunidade; rompem apenas os laços de um ou outro com os seus; e recolocam as obrigações recíprocas, a teia das dependências entre semelhantes, iguais. (IANNI, 1985, p. 28).

Ora, mas estamos tratando de uma comunidade regulada através de políticas públicas. Há como caracterizar isto como “campesinato”? Maria de Nazareth Wanderley (2003) nos traz pertinentes reflexões no que diz respeito ao termo “agricultor familiar” e “camponês”. Ora, de acordo com a discussão apresentada pela autora, há uma posição teórica de separação conceitual entre camponês e agricultor familiar, pautando-se na perspectiva “de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado” (WANDERLEY, 2003, p.44). Sem entrar no mérito da discussão de existência ou não do campesinato, ou da defesa de uma perspectiva evolucionista, que coloca o campesinato como um estágio anterior à esses agricultores familiares, “capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado” (ibidem, p.43), nosso foco aqui se limita a discutir uma categoria social do campo que resulta de uma “atuação do Estado” e de outra que carrega um processo de “comunitarização” (Pantoja, 2011), dotada de relações sociais particulares com seu espaço social.

Diante desse quadro, e seguindo um fio condutor de raciocínio semelhante, Woortmann (1990), através de uma leitura de uma série de etnografias, lado a lado de duas etnografias próprias, centra suas preocupações em uma leitura do que é a identidade camponesa. O autor trabalha através de uma perspectiva onde a percepção do campesinato, em oposição a uma perspectiva estritamente Chayanoviana (1981), não é meramente econômica, mas compreendendo o trabalho como valor ético. O ordenamento moral do mundo camponês, portanto, estaria associado à terra, família e trabalho.

Essas categorias se vinculam estreitamente a valores e princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado; em outras palavras, pode-se opor uma ordem moral a uma ordem econômica. Neste último tipo de sociedade, as três categorias acima referidas [terra, família e trabalho] existem, naturalmente, mas elas podem ser separadas umas das outras: a terra não é pensada em função da família e do trabalho, mas em si mesma, como uma coisa, ou como uma mercadoria; a família é também pensada em si, sem relação com o trabalho ou a terra, o mesmo acontecendo com o trabalho, que pode mesmo ser pensado como uma abstração, como um “fator”. Temos, então, no primeiro caso, um modelo relacional e, no segundo, um modelo individual, tanto no plano das categorias, como no plano das relações e das pessoas: estas são, nas sociedades camponesas, seres relacionais

constituídos pela totalidade e, nas sociedades modernas, seres individuais constituintes da totalidade, vista esta como agregado de indivíduos “em contato” (WOORTMANN, 1990, p. 23 e 24).

Esta longa, porém importante citação de Wortmann leva-nos ao seguinte questionamento: seria uma comunidade camponesa um grupo descolado da modernidade? Ora, Simmel (2005) nos diz que diante de uma cidade moderna que se alimenta da produção para o mercado, os egoísmos econômicos dos indivíduos “não têm a temer nenhuma dispersão devida aos imponderáveis das relações pessoais”, gerando assim, uma atitude “blasé”, uma atitude que “poderia ser denominada do ponto de vista formal, como reserva” (Simmel, 2005, p.582) onde,

Os nervos descobrem a sua derradeira possibilidade de se acomodar aos conteúdos e à forma da vida na cidade grande renunciando a reagir a ela — a autoconservação de certas naturezas, sob o preço de desvalorizar todo o mundo objetivo, o que, no final das contas, degrada irremediavelmente a própria personalidade em um sentimento de igual depreciação. (SIMMEL, 2005, p. 582).

Em oposição a isto, Simmel refere-se à vida no campo como um espaço de oposição ao estilo de vida que gera a atitude blasé nas cidades. Para o autor, as grandes cidades são o palco da economia monetária, pois, diante da multiplicidade e concentração da troca econômica em si, este meio fornece uma importância à troca econômica que não existiria no campo. Mais uma vez, portanto, nos remetemos às reflexões de Wortmann (1990) a respeito de uma ordem moral no campo que encara a terra, a família e o trabalho através de uma ótica de economia moral. Dentro dessa perspectiva, os camponeses nos casos etnográficos por ele analisados, enxergam o comércio (um valor moderno), como uma relação assimétrica, onde alguém sempre sairia perdendo. Esta troca, portanto, seria capaz de ferir a moralidade camponesa, baseada em fatores de reciprocidade. A família seria um elemento puro, em oposição ao negócio e o lucro, impuro. Portanto, “com parente não se neguceia” (Ibdem).

Seria então o camponês um agente coletivo que bate de frente com o individualismo moderno? Santos (1999), através de uma pertinente discussão acerca de dualismo entre Estado e sociedade civil, tece uma interessante perspectiva acerca deste dualismo. Tal como Simmel, o sociólogo português diz que na modernidade, diante da tensão entre subjetividade individual e subjetividade coletiva, o triunfo fica nas mãos da individual. Dessa forma, Boaventura Sousa dos Santos nos sugere que para se afirmar

essa subjetividade (propulsionada, tal como na perspectiva de Simmel, pelo princípio do mercado), é necessário que haja um “super-sujeito” que regule e autorize as ações dos indivíduos circunscritos nessa subjetividade. Esse super-sujeito seria o Estado. Diante deste quadro, Boaventura nos diz:

Desta polarização entre indivíduo e Estado quem sai perdedor é o princípio da comunidade propugnado por Rousseau, que visava, em vez da contraposição entre indivíduo e Estado, uma síntese complexa e dinâmica entre eles, um modo moderno de reconstituir a *comunitas* medieval agora destrancendentalizada. (SANTOS, 1999, p.121)

Ora, se tratando do nosso objeto de pesquisa aqui proposto (comunidades camponesas em assentamentos), ressaltamos, diante dessas reflexões de Boaventura Sousa dos Santos, uma das conclusões de Eric Wolf a respeito das lutas camponesas no século XX:

A utopia camponesa é a aldeia livre, livre de coletores de impostos, de recrutadores de força de trabalho, de grandes proprietários e funcionários. Governados, sem jamais governar, falta-lhes a familiaridade com a complexa máquina das operações estatais, que apenas percebem como "um monstro frio". Contra essa força hostil, eles haviam aprendido que mesmo os tradicionais detentores do poder eram um escudo de pouco valia, embora, em certas ocasiões, desde que fosse do interesse deles, estivessem dispostos a defendê-los. Para o camponês, portanto, o Estado é uma quantidade negativa, uma mala a ser substituída a toque de caixa, por sua própria ordem social "feita em casa". Acreditam que essa ordem pode funcionar sem o Estado, pois os camponeses rebeldes são anarquistas inatos. (WOLF, 1984 p.225).

Ora, mas o leitor deve estar, neste momento, portanto, se questionando: “Se os camponeses são comunidades que veem no Estado um mal inato, porque estamos falando de assentados, comunidades que respondem e existem através de uma política de Estado?”. Chegamos, portanto, caro leitor, a um paradoxo: se as comunidades camponesas buscam autonomia e sua coesão e espírito de co-pertencimento respondem a uma lógica às avessas da tutela do Estado, como podemos, portanto, analisar isso em assentamentos; comunidades que são diretamente tuteladas por políticas públicas vindas de um governo central de uma enorme república federativa como é o Brasil? Aliás, podemos, inclusive, chamar o assentado de camponês? Questionamento este, muito pertinente que o leitor provavelmente já o fez. A partir deste, teceremos a questão



central desse trabalho: a relação entre comunidade camponesa e permanência na política pública de assentamento.

Diante da dimensão da problemática colocada em questão, voltamos nossas atenções para pensar no funcionamento de uma comunidade rural em um assentamento através das seguintes reflexões: quem é o camponês assentado? Que agente social é esse? Quais são suas particularidades, seus valores? Até que ponto eles estão integrados com a modernidade e até que ponto vivem um estilo de vida próprio? O questionamento central que permeia esse trabalho, portanto, articulado com uma série de questões que vão desde o funcionamento de políticas públicas até relações interacionais no assentamento Francisco Julião, centra-se em pensar que tipo de *campesinidade* se produz nesse assentamento e, como esse tipo de *campesinidade* distinta contribui para a permanência ou evasão dos beneficiados.

Lerrer (2008), ao fazer um estudo sobre a trajetória de militantes sulistas do MST no nordeste, foi capaz de identificar uma série de características pertinentes para as nossas reflexões. A autora identifica uma série de diferenças entre a maneira sulista de ser com a nordestina no que diz respeito aos padrões de ambição. Ao serem “girados” para o nordeste, com a missão de para lá expandir o MST, esses militantes sulistas puderam observar que o trabalhador rural desta região não internaliza, como os sulistas, a ambição de se trabalhar para acumular, mas a preocupação em “se viver o momento”.

Esse conflito cultural responde não só a diferenças inerentes à ambição e acumulação. Tratam-se de uma série de elementos – graus de ambição econômica e social, visão estratégica de longo prazo e capacidade técnica - que revelam o caráter do MST como um agente modernizador que, de certa forma, insere esses agricultores do nordeste em valores e dinâmicas sociais da modernidade marcada, “em linhas gerais, no racionalismo programático, no interesse monetário e na funcionalidade, o que acaba integrando mais esses assentados na sociedade de consumo, e, portanto, no capitalismo.” (Lerrer, 2008, p 165 e 166).

Essas concepções modernas, seriam, aos olhos das lideranças do MST, necessárias para se fortalecer seu projeto político, onde esses camponeses necessitariam assimilar e se inserir em “categorias solidárias ao sistema capitalista”, uma consciência

temporal que exige atitudes e previsibilidade em relação ao futuro. Trata-se da inserção na lógica caracterizada por Karl Marx:

A rotação contínua das duas metamorfoses opostas das mercadorias ou o incessante revezamento da venda e da compra transparece no curso ininterrupto do dinheiro, no seu movimento contínuo na circulação. Interrompida a série de metamorfoses, não se complementando as vendas com as compras, imobiliza-se o dinheiro ou transforma-se (...) de móvel em imóvel, de moeda corrente em dinheiro de modo geral. (Marx, 1988, p.144)

Em outras palavras, o autor alemão nos descreve o processo de acumulação, responsável pela produção de capital, inerente ao sistema capitalista. Trata-se da diferença entre o pôr de lado parte dos bens para consumo futuro (ou entesouramento) para a lógica de acumulação.

A sociedade antiga denuncia o dinheiro como elemento corrosivo da ordem econômica e moral. A sociedade moderna que já nos seus princípios arranca Plutão pelos cabelos das entranhas da terra, saúda no ouro o Santo Graal, a resplandecente encarnação do princípio mais autêntico de sua vida (Marx, 1988, p.147)

Vimos aqui, portanto, o camponês assentado como um agente moderno, em contraposição à uma série de elementos tratados anteriormente, essencialmente por Woortman (1990) como não modernos. Trata-se, de acordo com Lerrer (2008), de uma “modernização emancipadora”, capaz de inserir os camponeses ao acesso dos direitos básicos da sociedade capitalista para poder então disputá-la.

Separadas as diferenças entre o objeto de estudo de Lerrer do nosso, compreendemos que essas características também se fazem presentes no assentamento Francisco Julião, distante da atuação de militantes sulistas ou de terras nordestinas. No entanto, não temos a pretensão de descobrir como se deu a chegada dessa ética moderna em nosso objeto de pesquisa.

Destarte, nos chama atenção o fato de observarmos, além da ética moderna de trabalho e acumulação, aspectos essencialmente camponeses – ou caipiras, nas palavras de Cândido (2009) – neste assentamento. Diante de uma série de dificuldades por conta de insuficientes recursos, políticas e apoio dos órgãos públicos, os assentados recorrem a relações vicinais de reciprocidade (conforme veremos mais detalhadamente adiante) para viabilizarem a produção, manutenção dos lotes e uma

série de outros afazeres. Enfim, para tornar viável a manutenção de suas vidas no assentamento, contribuindo assim com estratégias de permanência.

Tratam-se de laços constituídos através de uma lógica não só construída através do *habitus* militante, emanado pelo MST (LERRER, 2008), mas também por laços de amizade, parentesco, enfim, laços morais. Guardadas uma série de diferenças entre o assentamento e os bairros caipiras descritos por Cândido (2009), identificamos a seguinte característica em comum:

A necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola, e a sua retribuição automática determinavam a formação duma rede ampla de relações ligando os habitantes do grupo de vizinhança uns aos outros e contribuindo para sua unidade estrutural e funcional (Ibdem, p. 194)

Ora, o presente objeto de estudo, portanto, seria um grupo com características modernas e tradicionais, típicas de comunidades camponesas, conforme apresentadas anteriormente? Apoiamo-nos à luz de Otávio Velho (2009), que se propõe a discutir, a partir de um “caso-limite” encontrado no sul do Pará, o conceito de camponês. Tratava-se de uma área até então pouco ocupada, onde a extração de castanha foi o fator inicial da ocupação do lugar. Mas, com o tempo, a atividade agrícola torna-se o principal fator de fixação no local. Há aqui, portanto, três importantes fatores para o autor que dão alma para condição de camponês na área: Abundância de terras, escassez de mão-de-obra e pouca integração ao sistema produtivo nacional (e internacional), fornecendo assim, “o grau máximo de autonomia camponesa possível no Brasil” (Ibdem, p. 94). Otávio Velho, portanto, apresenta que o “caso-limite” oposto, expressaria o grau máximo de “proletarização” através do inverso dos mesmos fatores: Escassez de terras, abundância de mão de obra e total integração ao sistema produtivo nacional. A investigação dessas categorias, portanto, não se trataria de simplesmente observar uma oposição entre camponeses e proletários, mas de se investigar uma questão empírica, verificando como se dão as ocorrências concretas.

Isso chamaria atenção para a possibilidade de encarar a questão não em termos de oposição pura e simples entre camponeses e proletários, mas como um *continuum* com dois casos-limite entre os quais teriam de ser colocadas todas as situações em que parceiros, meeiros, arrendadores etc., podem ser encontrados (...) em graus diversos de autonomia de trabalho. Dada a

variedade dessas ocorrências, parece mais justo situá-las como pontos em um *continuum*. (Ibdem, p.95).

De fato, parece-nos mais justo nos apegarmos a esse tipo de análise para caracterizarmos nosso objeto de pesquisa. Bem sabemos que nossas categorias de análise não são as mesmas de Otávio Velho, mas nos identificamos com sua concepção de graus máximos de *campesinidade* (no caso de nossas reflexões, aquilo que carrega signos tradicionais) e de *proletarização* (que carrega signos modernos). O nosso caso, estaria, de fato, em algum ponto dentro desse *continuum*.

Trata-se de uma comunidade “inventada” por movimentos sociais e regulada pela ação do próprio Estado (Wanderley 2003), entretanto, ainda assim, carrega características essencialmente camponesas, conforme descritas e caracterizadas anteriormente.

## CAPÍTULO III: O ASSENTAMENTO FRANCISCO JULIÃO

Discutimos anteriormente sobre questões conceituais e teóricas acerca de nosso objeto de estudo. Nos questionamos sobre o que se trata de fato uma comunidade rural dentro do contexto de um assentamento de reforma agrária.

Aumentemos agora nossa lupa, nos aproximando mais ainda de nosso objeto de estudo propriamente dito, discutindo a questão de evasão e permanência no assentamento Francisco Julião, tal como seu histórico.

### 3.1 – Histórico do Assentamento

Conforme nos descreve Belo (2012), assim como seu assentamento vizinho, Chico Mendes, o assentamento Francisco Julião foi criado nas terras da antiga fazenda São José. A ocupação teve seu início no dia 4 de fevereiro de 2006, mobilizando mais de 100 famílias oriundas de municípios da região e também dos estados do Espírito Santo e Bahia. De acordo com as entrevistas realizadas em nosso trabalho de campo, muitas dessas famílias estavam ocupadas em outros acampamentos do MST, tendo sido “giradas” para o Francisco Julião. Além dessas 100 famílias, a ocupação na fazenda São José contou também com o apoio de integrantes dos assentamentos Madre Cristina, Dandara dos Palmares, Paz na Terra, Zumbi dos Palmares e Josué de Castro (Belo, 2012). De acordo com os assentados, foi uma desapropriação “fácil”, pois

O proprietário da fazenda já não queria mais as terras. Essa terra foi a mais rápida a sair no estado do Rio de Janeiro, só oito meses. A fazenda tinha uma dívida muito alta e o dono não tinha condições de pagar. Já tava praticamente procurando sem-terra pra ocupar (risos). Seria mais caro pagar a dívida do que perder a terra por causa do acúmulo de dívida. Ele nem reclamou da ocupação. Não teve nada, não teve polícia... Não teve nada. (Entrevista com Marcos e Tânia)

Inicialmente o local de ocupação foi às margens da BR-356, que corta o assentamento, num espaço conhecido como “morro do telefone”. Após a desapropriação da fazenda, em novembro do mesmo ano, as famílias se mudaram para uma área próxima à sede, onde dispunham de melhor estrutura de luz, água, galpão e curral. Mas

somente em 2007 que começaram a vender sua produção (iniciada somente após a imissão da posse de terra pelo INCRA) nas margens da rodovia (Belo 2012).

Devido à demora do INCRA para realizar a divisão dos lotes, dois anos após a ocupação inicial, os assentados decidiram dividir estes por conta própria, com a contratação de um topógrafo particular. Sandra, uma das assentadas, reclama da demora do parcelamento da terra por parte do INCRA: “Se a gente esperasse, íamo ter ficado acampado lá até o ano passado!”. De fato ficariam, pois o parcelamento oficial do INCRA ocorreu apenas em meados de 2013. Belo (2012) nos revela, através de um trecho de entrevista com Renato, então presidente da associação dos moradores, um dos principais motivos que levaram os assentados a dividirem os lotes por conta própria:

“(…) Tava havendo um problema por que quem tinha trator na mão e mais recurso plantava em lugar melhor e maior e outro ficava um pouquinho pra trás. Aí pensamos a ideia de dividir o terreno, porque aí você vai comandar a sua área, você vai plantar as coisas na sua área, não vai prejudicar ninguém, nem tirar de ninguém.” (ibidem, p.61)

A história da vida política do assentamento diz respeito a uma desagregação de pessoas até então ativas em sua vida pública, enquanto acampadas. De acordo com as entrevistas feitas em campo, existia mais “união” entre as pessoas nos tempos do acampamento em seus breves oito meses. Essa época política, dos tempos do acampamento e pré-assentamento<sup>11</sup>, é reconhecida pelos assentados como a “época das coordenações”. O período posterior a este, é referido como o tempo da “associação”.

Trata-se de estruturas políticas com métodos organizacionais diferentes. A primeira com uma base participativa mais ampla e a segunda mais restrita. Entretanto,

---

<sup>11</sup> Sobre os termos “acampamento” e “pré-assentamento”, entenda-se: o primeiro como o período onde as terras ainda não foram desapropriadas, mas passam por um processo jurídico iniciado antes das ocupações pelo MST que, por sua vez, operam como uma estratégia de pressão política para que a desapropriação de fato aconteça. O segundo termo, “pré-assentamento”, refere-se ao período após a desapropriação do imóvel e sua conversão em assentamento para a reforma agrária, porém, antes da divisão dos lotes feita pelo INCRA. Entretanto, a divisão dos lotes no assentamento Francisco Julião foi executada somente em fins de 2013, cinco anos depois dos assentados terem feito o loteamento por conta própria. Diante desse quadro, o período compreendido como “pré-assentamento” aos olhos dos assentados não responde aos termos oficiais, após o loteamento executado pelo INCRA, mas refere-se ao período anterior ao loteamento feito por eles mesmos, quando eles efetivamente abandonaram o acampamento e passaram a morar em seus respectivos lotes, em 2008, cinco anos antes do loteamento ser executado pelo INCRA. O termo “pré-assentamento” será utilizado neste trabalho conforme a visão dos assentados, ou seja: período posterior à desapropriação e anterior ao loteamento feito por eles mesmos em 2008.

não houve um fechamento político deliberado, mas um processo de esvaziamento das organizações por desânimo dos assentados.

Nos tempos do acampamento e do pré-assentamento, quando o MST era bem mais presente no dia a dia do Francisco Julião, os assentados (então acampados) se organizavam através de quatro núcleos submetidos a uma assembleia soberana. Essa estrutura, que responde a uma linguagem ritualizada de ocupações de terra desde os anos 60 (Sigaud et al, 2008), é responsável por inserir os acampados em uma vida comunitária, através de um processo de conflito educativo, colocando novas rotinas e práticas de vida entre os acampados. Isso se dá devido à organização auto-gestionária dos acampados através dos núcleos, colocando-os em face de uma experiência emancipadora (Vendramini 2005). O que Sigaud, (2004) denomina como *forma acampamento* têm um papel importante nessa reconstrução cognitiva. Nas palavras da autora, os acampamentos compreendiam

Técnicas ritualizadas para realizar a ocupação, uma organização espacial, uma etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras para ali conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo como a bandeira do movimento e a lona preta, que constituíam os marcos distintivos de um acampamento. Esta combinação de aspectos modelares constitui uma forma, a forma acampamento. Trata-se de um modelo engendrado no Sul do país, ao longo do processo que desembocou na constituição do MST. (Sigaud, 2004, p. 14)

Cada núcleo era composto por cerca de dez famílias, com dois coordenadores em cada. Obrigatoriamente sendo um homem e uma mulher, os coordenadores e coordenadoras exerciam um papel de mediadores entre os núcleos. Essa mediação se dava através de uma reunião semanal onde todos esses se reuniam para socializar as demandas de seus respectivos núcleos e, em via de mão dupla, repassar os informes das reuniões dos coordenadores para seus respectivos núcleos. Além dos coordenadores dos núcleos, o então acampamento Francisco Julião era dotado também de coordenadores responsáveis por pautas gerais (saúde, finanças, segurança, etc). Entretanto, a posição de coordenador não se tratava de um cargo fixo (com exceção dos coordenadores de assuntos gerais). Diferentemente disso, o núcleo era livre para decidir quem seriam os coordenadores para representá-los semanalmente.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Para mais detalhes sobre estruturas organizativas de acampamentos do MST, ver Oliveira (2009)

Os núcleos, por sua vez, respondiam pelo organismo de base mais dinâmico que se estruturava nesse modelo. Seu papel era de se reunir com mais periodicidade do que a reunião dos coordenadores, com um recorte de pautas das mais amplas possíveis. Tratava-se, portanto, do meio de participação de base mais elementar dos acampados (ou pré-assentados, no breve período posterior) nessa estrutura política. Esse era o espaço onde a participação política se dava de forma direta, dada sua pequenez.

Além desses dois espaços, fazia-se presente também o espaço mais soberano do acampamento ou do pré-assentamento: a assembleia. Esta, ampla e irrestrita, tinha como pauta questões das mais importantes que os coordenadores e núcleos julgavam ter que decidir em conjunto com a discussão de todos. Além de seu papel como espaço deliberativo máximo, servia também para dar os informes mais importantes.

Essa experiência organizativa durante o período de acampamento é decisiva para a criação da comunidade do assentamento que está para nascer. Trata-se de processo de politização e compreensão em relação às suas condições do passado e posição de assentado no presente. Agora, essas pessoas se veem obrigadas a repensar sua nova condição e aprender a organizar-se politicamente. Conforme nos demonstra Neves, em seu estudo sobre a formação do assentamento Novo Horizonte, vemos aqui também um processo que pressupõe a elaboração e relativização acerca das representações do mundo no qual estavam inseridos. “Obrigados a refletir sobre as condições de existência e de funcionamento do sistema de poder a que estavam submetidos, também impuseram novas elaborações e relativizações aos demais agentes dessa atividade econômica.” (Neves, 1997, p 406).

Após o fim do período de pré-assentamento, quando as coordenações decidiram por dividir os lotes por conta própria, através da contratação de topógrafos, esta estrutura organizativa desmanchou-se, dando espaço para uma associação de moradores. O que motivou os assentados, naquele momento, a se organizarem a partir de uma associação, foi o fato de obter mais legitimidade com o poder público. De acordo com as entrevistas, quando procurado, os espaços do Estado exigiam uma associação registrada na justiça para diversos fins.

Não se trata de uma situação incomum para assentamentos. Arriscamos dizer que esta realidade responde ao comportamento esperado de um assentamento diante



dessa realidade. Vejamos o quadro encontrado em um estudo que abrange assentamentos nas mais variadas regiões do país:

A precariedade identificada com relação à infra-estrutura, aliada às dificuldades de estabelecimento na terra e àquelas mais gerais de reprodução da agricultura familiar, faz com que a criação do assentamento, ao invés de ser um ponto final de um longo processo de lutas, seja um ponto de partida para novas demandas para sua viabilização econômica e social. (HEREDIA et al. 2002. P.92)

Deu-se, portanto, a troca entre um fórum político permanente para uma estrutura representativa com respaldo legal. Ora, não somente a formalidade jurídica desta se modificou, como também sua forma de organização. O que antes era uma estrutura política de mediação desde um núcleo de base até uma assembleia ampla, passou para uma estrutura representativa com cargos fixos através de mandatos de direção. Nessa nova estrutura organizativa, portanto, a contribuição direta dos assentados é bem menor e alguns, antes bem mais ativos na vida política, chegam até mesmo a alegarem não se sentirem representados por esta.

A grande mudança aqui não diz respeito apenas ao método de organização ou à formalidade jurídica que se deu no momento dessa mudança, mas à distinta forma de participação política que se dá entre a “época das coordenações” e a “época da associação. Não se trata de um fenômeno novo no que diz respeito a assentamentos da reforma agrária. Oliveira (2009), em um estudo sobre acampamentos e assentamentos no Rio Grande do Sul, compreende essa mudança da dinâmica social de um acampamento para assentamento como uma mudança de pontos convergentes, face a diversidades dos agentes envolvidos, na forma de uma ampulheta (figura 3):

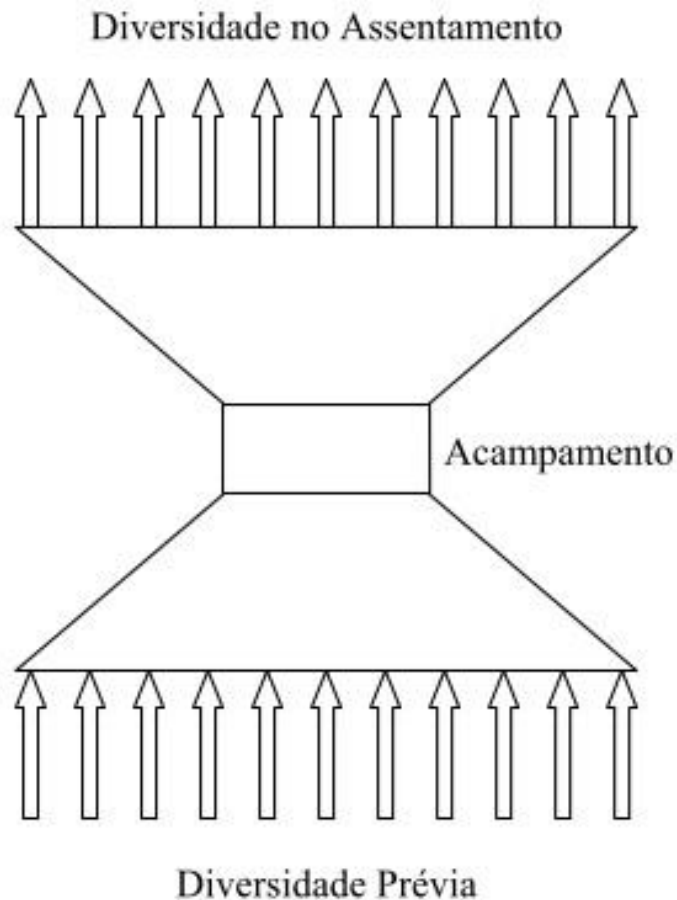


Figura 3

A imagem expressa que os acampamentos, dotados de características prévias, encontram no acampamento maior convergência por conta de uma única referência política (em nosso caso, o MST) e um objetivo em comum: a conquista pela terra. Uma vez conquistada a terra, essas pessoas envolvidas com, agora, um assentamento, passam a expressar mais diversidade entre si e buscam a solução de interesses mais diversos.

Ilustrativamente, pode-se imaginar que a sociabilidade estabelecida no acampamento se caracteriza por uma dinâmica centrípeta, ou seja, tudo converge para um centro aglutinador das informações, decisões, representações e poder. Na medida em que se distanciam, no espaço e no tempo, desse centro aglutinador e se estabelecem “autonomamente” em seus lotes, a dinâmica que se gera se caracteriza por sua força centrífuga. Ou seja, pulveriza-se aquele centro aglutinador em vários pequenos centros de coesão em torno de interesses específicos. Enquanto no acampamento a vida está muito mais exposta e tudo se

conjuga com a luta (...), nos assentamentos a vida está menos exposta e todas essas questões ganham curso próprio, ou com lideranças e referências específicas, como aquelas da religião, do esporte e lazer, da produção e mesmo da política. (Oliverira, 2009, p.130)

Nada mais pertinente que esta citação em nosso estudo de caso. A maneira como os assentados do Francisco Julião caracterizam a pulverização desse centro aglutinador para “pequenos centros de coesão em torno de interesses específicos” é diversa: “cada um quer agora cuidar de seu próprio bico”, “as pessoas se tornaram mais individualistas” ou “todos desanimaram, pois não dava em nada o que a associação lutava”. De fato, esse fator foi responsável para que várias lideranças se afastassem da associação, visto que poucas conquistas foram efetivadas para com o poder público.

Recentemente, por exemplo, com a troca de mandatos da prefeitura de Cardoso Moreira, o assentamento deixou de contar com o uso dos tratores da prefeitura por um largo período. De acordo com os assentados, isso se deu pelo fato do prefeito “não gostar de sem-terra”, pois este é um grande proprietário de terras. Diante desse quadro, as pressões da associação para com o poder público para a volta dos tratores se demonstraram insuficientes: não só estes demoraram muito para operar, como muitos assentados reclamam de que nem todos do assentamento são avisados de quando eles estarão disponíveis. Além disso, passou-se a se exigir que os assentados pagassem o combustível dos tratores, o que outrora não era necessário. “Isso desanima a gente”, diz Seu Zeca, que já foi bem mais ativo na associação em tempos pretéritos.

Destarte, é importante ressaltar que do período de assentamento e pré-assentamento, não foi apenas uma estrutura política que se modificou, mas a dinâmica social de todo o assentamento mudou radicalmente, conforme vimos acima.

Em primeiro lugar, onde outrora os assentados viviam lado a lado, acampados próximos à sede, agora passam a viver em casas erguidas em seus próprios lotes. A configuração espacial de muitos lotes impede um encontro eventual dentro do assentamento. Há, por um lado, uma área, mais próxima à sede, onde casas de assentados se dispõem ao longo de uma trilha, com uma leve distância. Outra região do assentamento, mais próxima da pista, dispõe de casas mais isoladas umas das outras, tendo, algumas vezes, uma trilha que dá para apenas um lugar: a casa de uma família.

Claro, não se trata de um aspecto geral, pois uma das trilhas próximas da estrada desembocam em cinco casas, entretanto, bem distantes umas das outras.

De qualquer forma, esse novo arranjo espacial impede que os assentados se encontrem ocasionalmente, dando margem apenas para encontros deliberados ou de visitas. Entretanto, ainda assim necessitam de continuar se organizando politicamente, ainda que de maneira diferente dos tempos do acampamento, para fins diferentes. Oliveira compara essas mudanças da seguinte maneira:

O acampamento (...) se caracteriza por sua coesão interna. Tanto física quanto organizativamente, os acampados estão submetidos a uma dinâmica de convivência controlada por uma série de “tecnologias” de organização que impede a ocorrência de comportamentos muito contrastantes. O que não significa homogeneidade (...) sua organicidade, como costumam se referir, é muito mais eficiente e incorporada por todos. (...)

Já no caso do assentamento novo ocorre um processo que se caracteriza pela tensão de se reunir em um espaço que busca se apresentar de forma unitária, uma diversidade de público (...). Devido ao fato de viverem um momento de recente organização, os ajustes entre os grupos ainda não estão consolidados. Vivem numa fase na qual ainda necessitam estarem organizados para reivindicarem os créditos e serviços necessários ao conjunto dos assentados. (Ibidem, p.129)

Entretanto, no que diz respeito à vida política do assentamento Francisco Julião, não se trata do único polo de agregação social existente no assentamento. Vejamos breves reflexões de Elena Calvo-Gonzalez sobre a situação de comunidade em um assentamento por ela estudado:

Definições antropológicas de “comunidade” normalmente fazem referência à existência de interesses em comum, criando vínculos que unem as pessoas. No caso do assentamento Novo Mirante, o fato dos vínculos serem recentes e os interesses em relação ao assentamento variados, significava que nem todos os assentados identificavam o assentamento como “sua” comunidade. Se os assentados escolherem identificar sua principal lealdade com os parentes, os outros assentados ou até mesmo uma comunidade imaginada mais ampla de pessoas sem-terra é crucial para compreender o senso de deveres e obrigações, e têm impacto substancial sobre seu conceito de comunidade. (CALVO-GONZALES, 2010. P.358)

Nada mais pertinente que essa citação para refletirmos diante da situação que estamos discutindo. Vejamos:

O grupo da associação, portanto, acaba se apresentando para a comunidade do Francisco Julião como um grupo social como qualquer outro. Observando mais atentamente à configuração de grupos de interesse e afinidade no assentamento, encontramos diferentes grupos, os quais, muitas vezes se interligam em pontos de interseções.

Como vimos anteriormente (e veremos com mais detalhes na sessão seguinte), ao tomarmos a casa de Nei como um exemplo, observamos que há, não só um grupo de amigos próximos a ele no assentamento (a maioria de origem local) que frequenta sua casa, como também o “povo de São Joaquim”, conhecidos de longa data do local de origem de Nei e de outros frequentadores de sua casa. Trata-se de um grupo que, como vimos anteriormente, alguns de seus membros extrapolam não só os limites do assentamento como até mesmo do estado do Rio de Janeiro, nos remetendo ao que Guedes (2013) chama de “área cultural”.

Temos a hipótese de que as relações no assentamento não vão além daquelas já estabelecidas, encontrando fortes dificuldades para se expandirem. Por exemplo, a família X, cujo filho mais velho é marido da filha mais velha da família Y, tecem uma rede de relações entre si. Entretanto, a família Z não se encontra com nenhuma das duas senão em uma situação excepcional, como por exemplo, em uma reunião que presenciei, onde representantes do INCRA dialogaram com a associação para tratar do loteamento. Diferente das demais reuniões da associação, esta teve quórum de todas as famílias, como nos tempos das assembleias. De qualquer forma, compreendemos as relações entre núcleos familiares como uma configuração de casas ligadas a relações de criação e recriação de laços de cooperação, conforme descrito por Marcelin:

A configuração de casas não se refere a um conjunto imediatamente localizável. Ela não corresponde ao conceito de “família extensa”. Trata-se de uma conceptualização, por meio da categoria cultural “casa” de processos relacionais entre agentes familiares originários de várias casas (...) a configuração de casas dá conta de um espaço cujas fronteiras são paradoxalmente confusas (do ponto de vista do observador) e nítidas (do ponto de vista dos agentes), no qual se dá um processo contínuo de criação e recriação de laços de cooperação e de troca entre entidades autônomas (as casas). (MARCELIN, 1999, p.37).

Ora, nos utilizamos da concepção de casas e rede de casas de Marcelin não estritamente vinculada às redes necessariamente familiares, mas entre casas diferentes. Quando nos referimos a “casa”, não nos referimos diretamente à um espaço físico, mas a um espaço social, onde “a casa é ao mesmo tempo um lugar de passagem e uma referência permanente. Como lugar de passagem, ela recebe periodicamente alguns dos seus membros que circulam entre duas ou mais casas da mesma rede social” (Ibdem, p.36).

Entretanto, identificamos também pessoas que circulam em mais de uma rede social, encontrando pontos de interseção entre elas. Luís, por exemplo, frequentador da casa de Nei, é um capixaba, que tem familiares também capixabas no assentamento, que se encontraram em diversos acampamentos ao longo da luta pela terra. Além das famílias capixabas, há também as famílias Baianas e as de origem local. Não se tratam de três grandes famílias, mas de famílias que – em cada um dos três grupos distintos – se conheceram em ocasiões anteriores, na maioria das vezes, no decorrer da luta pela reforma agrária. E esses grupos têm um convívio mais enraizado, gerando muitas vezes relações de reciprocidade de trabalho.

O mesmo ocorre com o grupo das pessoas que são mais próximas à associação de moradores e produtores. Tratam-se de mais um grupo com pontos de interseção que, diante de relações de amizade de longa data, estabelecem também relações de reciprocidade e ajuda vicinal.

### **3.2 – Trajetórias de vida dos assentados**

Vimos anteriormente um breve histórico sobre o acampamento e posterior assentamento Francisco Julião. Mas seria esse o primeiro contato com a reforma agrária para essas pessoas? E como é visto por seus próprios olhos a questão da evasão e permanência dentro do assentamento Francisco Julião. Em outras palavras, que lugar o assentamento tem na vida dessas pessoas?

A fim de termos uma melhor compreensão didática nas sessões seguintes, pretendemos, aqui, expor algumas trajetórias de vida dos assentados, podendo assim, situar melhor sobre quem é quem dentro das próximas questões que pretendemos discutir. Estas trajetórias foram escritas a partir de diversos relatos gravados em trabalho

de campo. Tais relatos foram coletados não só através de uma entrevista com a própria pessoa em questão, como também com dados cruzados de relatos de terceiros.

## **Leila:**

Leila é mãe de Janice e Tânia, ambas casadas e com filhos. A primeira dividiu o lote com a mãe e a família da irmã por um tempo, agora morando em Curitiba. A segunda ainda mora no mesmo lote da mãe, junto de seu marido Marcos e seus filhos. Leila, que estudou até a sétima série do ensino fundamental, é um dos quadros militantes do assentamento Francisco Julião, sendo uma pessoa que exerce o papel de intermediária (Feldman-Bianco e Lins Ribeiro, 2003) entre o assentamento e a associação com o MST, logo, para com a sociedade nacional mais ampla onde Eric Wolf – apresentado por estes dois autores – identifica:

Nesse jogo de tensões e contradições entre detentores do poder em nível nacional e local, identifica os intermediários, isto é, “indivíduos capazes de atuar em termos de expectativas tanto orientadas para a comunidade quanto para a nação”. Tal identificação permite que os antropólogos façam observações diretas sobre as interações entre o nível local e os outros, pois os “intermediários controlam as articulações ou sinapses cruciais das relações que ligam o sistema local ao todo mais amplo”. (Ibidem, p.29)

Natural do município de São Gabriel da Palha (norte capixaba), Leila morou em Colatina (também norte do Espírito Santo), dos 6 aos 16 anos. Em outro momento, aos 30 anos, viveu também em Vitória e em Cuiabá, Mato Grosso, logo em seguida. Além disto, posteriormente, morou ainda em Vila Velha, onde tinha um escritório de venda de planos de saúde.

O pai de Leila era meeiro e, até seus 16 anos (antes de se mudar para Vitória), ela sempre trabalhou na roça com seu pai, produzindo café. Antes de acampar no Francisco Julião, com dois anos e meio de militância no MST, Leila passou pelo acampamento José Marcos de Araújo em Muqui-ES, posteriormente no acampamento da COAF, em Campos. Sua entrada no MST deu-se após um assalto, em 2002, em seu escritório de vendas de planos de saúde, perdendo um cofre mais um cartão de crédito/débito com senha anotada.

Falida, foi morar no município de Serra (ES) junto de sua irmã. Foi nesse momento de sua vida que Leila se envolveu com o MST. Sendo uma amiga próxima da coordenadora geral do acampamento José Marcos de Araújo (Luana, que hoje é também assentada no Francisco Julião), Leila recebeu um convite desta liderança para ir por lá acampar. E assim o fez, deixando suas duas filhas sob os cuidados de sua irmã.

Acumulando muitas tarefas do movimento em pouco tempo, Leila tornou-se rapidamente uma liderança do MST: em três dias de acampamento, assumiu a coordenação de segurança; em um mês, além dessa coordenação, tornou-se coordenadora de um núcleo (conforme o modelo de núcleos que vimos anteriormente) e, após a saída da mesma liderança que lhe fizera o convite para acampar, assumiu a tarefa de, além dessas duas coordenações, ser a coordenadora geral do acampamento.

Após essa experiência, decidiu mudar-se de acampamento (dessa vez com suas filhas), indo para Campos, na usina Santa Maria. Era o assentamento da COAF, vizinho do acampamento São Roque – na mesma usina – este, liderado pelo MST. Por lá, Leila fora novamente coordenadora destes dois acampamentos. Nesta época ela ficou com a “cabeça a prêmio”, sendo ameaçada anonimamente por alguns meses.

Paralelo a isso, houve um grande problema com uma liderança do MST que, a contragosto dos outros coordenadores, ateou fogo à bandeiras, camisas e bonés do movimento e, posteriormente, hasteou uma bandeira branca em São Roque. Após a expulsão deste militante do MST, descobriu-se que era ele mesmo um dos responsáveis pelas ameaças anônimas de morte que Leila estava sofrendo. Boatos diziam que o mandante era o proprietário do imóvel, oferecendo 30 mil por – literalmente – sua cabeça. Entretanto, o atentado nunca se consumiu, pois o que garantiu a vida de Leila foi um documento perdido do filho do proprietário, que os assassinos não sabiam onde se encontrava.

Após esse incidente, ambos acampamentos foram despejados pela Polícia Militar, sob ordem da justiça. A grande maioria das famílias foi embora, mas algumas decidiram ocupar pequenas áreas próximas à usina, sem a presença do MST. De acordo com Leila, por lá eles se encontram até hoje.

Ora, após o incidente da pira das bandeiras, hasteamento da bandeira branca no acampamento e posterior expulsão do autor desses eventos, o MST afastou-se desse



acampamento, abrindo espaço para uma atuação de liderança da FETAG. Foi dessa forma, portanto, que Leila se envolveu com essa frente sindicalista, tendo participado – após o despejo do acampamento – de um curso de formação de quadros uma semana após o despejo.

Apesar dessa experiência, Leila acabou optando por não se aproximar mais da FETAG, por divergências políticas e foi se aproximando novamente do MST. A convite da coordenação estadual, foi chamada para participar da ocupação do acampamento Francisco Julião. Leila conta que no dia da ocupação não havia acampados efetivamente dispostos a tornar-se assentados. Com exceção dela, Wanderson e sua irmã, que acabou não permanecendo no acampamento por muitos meses, todas as outras cem famílias estavam exercendo a função de apoio, para ajudar a ocupar a área. Diante desse quadro, Leila mais uma vez assumiu rapidamente um papel de liderança. Por dois anos, junto de seu Reginaldo, assumiu a tarefa de coordenação política do acampamento – mais tarde assentamento – por dois anos e, posteriormente, foi para a coordenação regional do MST.

Leila relata que, como coordenadora regional, fora muito oprimida como mulher por dirigentes estaduais do MST. De acordo com ela, sofria muita pressão política em muitas situações, “tudo isso porque eu não quis me deitar com o Chico” (um desses dirigentes estaduais). Esse emaranhado de relações conflituosas desembocou em uma articulação de lideranças do assentamento Chico Mendes, lado a lado de Chico para tentar expulsá-la da coordenação regional. “Tudo isso foi feito na surdina, a direção estadual nem sabia de nada do que eles planejavam fazer comigo”.

Dessa forma, Leila entrou em contato com a direção estadual do MST relatando a articulação desses militantes contra ela, o que foi mediado por essa instância, fazendo Chico ter que pedir desculpas a ela. Diante de um quadro conflituoso entre militantes do movimento e enfraquecimentos “por causa de vícios e desvios”, o MST enviou de membros da direção nacional para o norte do estado do Rio de Janeiro afim de coordenar todos os acampamentos e assentamentos da região. Dessa forma, essas lideranças nacionais sugeriram que Leila fosse para Governador Valadares-MG em um curso de formação de quadros da região sudeste, conhecido como o “prolongado”. E por lá ela ficou duas semanas.

“Foi o pior curso que eu fiz na vida”, diz Leila. “Ficava o tempo todo, um monte de gente mais jovem, um sacaneando com o outro. Acabei comprando a briga de um rapaz capixaba com uns meninos de São Paulo”. Um quadro conflituoso se instalou no curso, resultando na expulsão de dois militantes e, posteriormente, na de outro por conta de um suposto roubo.

Leila vivia uma época de um enorme desgaste emocional, um atrás do outro. Entretanto, quando voltou do curso prolongado, foi recebida pelo acampamento Francisco Julião com uma enorme “pedra”<sup>13</sup>, pelo fato dela ter se tornado uma dirigente estadual do MST. “Isso ergueu muito minha auto-estima”. Leila ficou, portanto, junto de outro assentado, como dirigente estadual da região norte, sendo bastante reconhecida e admirada no assentamento Francisco Julião, onde já havia erguido sua casa e morava com suas duas filhas. Continuou nesse cargo até 2012, quando o militante do MST Cícero Guedes foi assassinado.

Nessa época, Leila como dirigente estadual do norte do estado, representava a frente de massas do MST, responsável para realizar os “trabalhos de base” do movimento. Dessa forma, atuou na articulação de diversos acampamentos pela região. Após ter atuado bastante com essa função no MST, Leila foi chamada por Cícero e mais um militante, o ‘Mineiro’ para conversar. “Ele me disse que eu, ele e o ‘Mineiro’ estávamos sendo ameaçados de morte”. A orientação que o finado quadro do MST lhe deu foi de se afastar, pois ela morava com as duas filhas e suas netas na mesma casa. “Mas ele teimou em dizer: ‘mas eu e Mineiro somos homem, a gente sabe se virar. Você que tá nessa situação aí com suas filhas e um monte de criança, é melhor se afastar porque é perigoso’”

Após um período de afastamento, Leila recebeu, através de uma ligação de sua filha a notícia de que Cícero havia sido assassinado. “Fiquei sem chão”, conta. Leila foi a pessoa que reconheceu seu corpo no Instituto Médico Legal. “Foi uma coisa horrível de se ver. Ele morreu por 23 tiros. Só na cabeça foram 11. Tinha só a metade do rosto dele.” Após o incidente, Leila começou a receber uma série de telefonemas anônimos de madrugada ouvindo apenas suspiros da pessoa que ligava. “Entrei em pânico. Falei com o movimento, falei com advogados que eu estava sendo ameaçada. Aí começou a parar de noite carro e moto aqui na BR (sua casa situa-se a cerca de 100 metros da rodovia).

---

<sup>13</sup> Termo que os assentados utilizam para se referirem à churrasco.

Teve um dia que desceram quatro homens e ficavam horas conversando, dando gargalhada, fumando... E a minha filha aqui grávida de cinco meses. Fiquei sem chão. Duas semanas depois, mataram a dona Regina a facadas lá no Zumbi dos Palmares. Troquei de número quatro vezes e continuaram me ligando.”

Para despistar os assassinos, Leila ficou um mês fora de sua casa em vários lugares diferentes. Alguns meses depois, motos voltaram a aparecer na frente de seu lote, ficando paradas e fazendo barulho, afim de intimidá-la. Mais uma vez, Leila se exilou de seu próprio lar para despistar os que lhe ameaçavam, indo para São Paulo, na escola Nacional Florestan Fernandes, por 42 dias, em um curso de frente de massas do MST. “Foi o melhor curso que fiz em toda a minha vida.”

Diante desse quadro altamente complicado, Leila deixou de ir a Brasília, em 2013, em um acampamento do MST. De acordo com ela, o MST lhe fornecia uma ajuda de custo que fora cortada por conta disso. “Na época que eu mais precisei, tinha acabado de voltar do curso de frente de massas da escola Florestan Fernandes. Fiquei com a corda no pescoço. Na hora que eu mais precisei, o movimento me deu as costas. Agora quem vai dar as costas sou eu.” Leila, portanto, abandonou o MST. A militante tem críticas severas ao movimento por conta disso.

Leila, entretanto, não desistiu nem parou com a militância em sua vida. Após sua quebra de relações com o MST, entrou para o Fórum de Economia Solidária, tornando-se rapidamente parte da direção nacional deste.

## **Sandra**

Sandra é natural de Vitória – ES e tem sua escolaridade até a quarta série do ensino fundamental. Apesar de ter passado parte de sua vida (tal como seu marido, Seu Caiçara) em trabalhos urbanos, tanto ela quanto o marido têm raízes rurais por conta da reforma agrária. Tanto o pai de Sandra, quanto a mãe de Caiçara viviam assentados em Conceição da Barra, no Espírito Santo, desde 1984 no mesmo assentamento.

Seu Caiçara foi pião de trecho por bastante tempo, posteriormente tendo trabalhado em diversos serviços em Vitória. Foi trabalhar no lote de sua mãe no mesmo ano em que ela conseguiu a terra através do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Por lá conheceu Sandra e casaram-se em 1986, morando em uma casa no lote do pai de Sandra. Por nove anos por lá viveram, onde seus quatro filhos nasceram.

A gente já tinha essa ideia de se tornar pequeno produtor, de ter a nossa própria terra desde essa época, porque meu pai é assentado também. Então a história disso tudo aqui começou porque meu pai era assentado. Foi uma conquista muito abençoada conseguir essa terra, muito sofrida. Nós corremos até risco de vida em São Roque, mas conseguimos nossa terra aqui no final. (Entrevista com Sandra)

Trata-se, portanto, de três gerações de assentados nessa família e, desde que seus pais conseguiram um lote de reforma agrária, o casal, sempre teve como horizonte a possibilidade de terem sua própria terra, espelhando-se na experiência de seus pais.

Após se mudarem para Vitória em 1995, tentaram conquistar definitivamente uma terra na reforma agrária e se mudaram, em 2000, para o acampamento José Marcos de Araújo em Muqui – ES. Posteriormente, em 2003, mudaram-se para o acampamento São Roque, na usina Santa Maria de Campos, vizinho do acampamento da COAF, que Leila coordenava.

Na mesma época dos incidentes de tensões políticas neste acampamento, relatados por Leila, – onde uma liderança ateou fogo nas bandeiras do MST e posteriormente foi expulso do movimento – a barraca da família de Sandra fora incendiada por não se sabe quem.

Não foi porque a gente teve problema, não foi por que a gente brigamos, não porque a gente tinha problemas com ninguém. Eu não sei o que aconteceu, mas botaram fogo na minha barraca, lá em Santa Maria de Campos, com meus filhos pequenos dentro. Naquela época, meus dois filhos menores tinham 11 anos e quase que eu perco um deles. Ele acordou com o cabelo todo queimado e o pai deles já tava desmaiado dentro da fumaça.

Eu estava lá em Nova Iguaçu, eu e minha filha, o filho mais velho tava trabalhando lá em Campos com o tio dele e o Luís (filho do meio) estava lá na casa do vizinho dormindo. Só meu filho mais novo e o meu marido na barraca e botaram fogo lá, de covardia mesmo, pra tentar matar. Só na nossa barraca (Entrevista com Sandra)

Quatro meses antes do incidente, já havia um convite do MST para a família acampar no Francisco Julião, se assim optasse. Por conta do incidente do fogo, sob mediação do MST e a convite dos próprios acampados do Francisco Julião (que

buscavam mais famílias para ocupar a terra), Sandra e sua família se mudaram para o acampamento Francisco Julião em 2006.

Importante ressaltarmos a existência de relações de longa data entre as famílias que acamparam no Espírito Santo no passado. No acampamento José Marcos de Araújo, onde Sandra acampou em maio de 2003, existiam outras famílias de atuais assentados do Francisco Julião, que já se conheciam desde essa época: A famílias de Diego, Seu José, Sandra, Seu Barba, Luana e Pedro. Além disso, Wanderson conheceu Leila posteriormente no acampamento da COAF, na Usina Santa Maria de Campos, em Campos dos Goytacazes. Após saírem do José Marcos de Araújo, antes de entrarem no Francisco Julião, as famílias de Sandra e Carlos (seu irmão) acamparam no assentamento de São Roque, no Rio de Janeiro, divisa com Espírito Santo, próximo também do acampamento da COAF.

Sandra, portanto, dispõe de familiares (um neto que vive parte da semana no lote da mãe, outra parte da semana com o pai, filho de Sandra), seu irmão Carlos e amigos que vieram de outros acampamentos, conforme narrado acima. Sandra foi coordenadora de um dos núcleos nos tempos do acampamento e, posteriormente, acompanhou a associação dos moradores de longe, nunca tendo ocupado um cargo, mas participando de reuniões periodicamente.

## **Seu Zeca**

Natural de Campos dos Goytacazes e com o ensino fundamental completo, Seu Zeca nasceu em uma zona rural onde seu pai fornecia mão de obra e matéria prima para a usina Sapucaia. Desde esses tempos de infância, já trabalhava:

Na época em que eu comecei a trabalhar, eu era criança, nessa época a gente plantava cana e no meio dela a gente plantava um feijão, plantava um milho... às vezes eu tento me lembrar, mas na época eu acho que era diferente do que é hoje. Porque a lavoura, os agricultores na época enviava pra usina, era diferente de agora. Eu tenho pra mim que era separado: cada um era dono do seu pedaço e vendia cana pra usina. Morava lá no Parque São José (Entrevista com Seu Zeca)

Trabalhou em diversas áreas diferentes: “Trabalhei em roça, usina, depois fui pro comércio, depois voltei pra usina, depois voltei pro comércio de novo...”. Trabalhou

como vendedor, motorista e, posteriormente, trabalhou para o plantio da usina Sapucaia como “clandestino”<sup>14</sup>. A opção de Seu Zeca de se tornar um pequeno produtor assentado, deu-se, portanto, justamente por conta dessa constante instabilidade em suas atividades: “É bom isso daqui, me estabilizo mais ao invés de ficar sempre trocando de serviço. Me sinto mais seguro”, ele nos conta.

A aproximação de Seu Zeca com movimentos sociais se deu por conta de sua irmã, que era da FETAG. Juntos, acamparam em um acampamento desta frente sindical em Campos. Saindo da FETAG e entrando no MST, sua irmã teve um papel protagonista, junto com Daniel (atual presidente da associação dos moradores) de organizar o acampamento Francisco Julião, trazendo diversas famílias “da FETAG” para lá. Nesse movimento de sua irmã, Seu Zeca veio para o Francisco Julião junto da irmã e de uma sobrinha, entretanto, ambas desistiram antes da terra ser desapropriada, sendo o único da família que mora atualmente no assentamento.

Seu Zeca sempre foi bem ativo como militante no assentamento Francisco Julião. Já sendo um militante experiente da FETAG, Seu Zeca não só acompanhou vários núcleos nos tempos do acampamento como, posteriormente, atuou como 1º secretário da associação.

A partir do momento que entrei aqui, eu passei a trabalhar em prol de desenvolver as nossas áreas. De trabalhar pra melhores condições. E começamos a trabalhar mesmo pra desenvolver o acampamento e pra gente se tornar assentado. Então todas as nossas lutas tavam voltadas contra os nossos problemas. (Entrevista com Seu Zeca)

Como um militante bastante ativo na fase de pré-assentamento e, posteriormente, como 1º secretário da associação, Seu Zeca teve um papel importante em dividir o assentamento por conta própria. Ele conta que, a princípio, o motor dessa ideia foi o fato de que os acampados precisavam aumentar a lavoura e, nas condições que se encontravam, isso não era possível por conta de muitos bois vagando pela área. A luta foi primeiro para se retirar os bois de terras vizinhas, impedindo que eles entrassem no assentamento. Assim, começaram a produzir na baixada com o uso de um trator que os próprios acampados organizados conseguiram arrumar.

---

<sup>14</sup> Trabalhador não regularizado.

Nessa época, Seu Zeca conta que participou de várias passeatas e visitas e ocupações ao prédio do INCRA no Rio de Janeiro e, em oito meses conseguiram a conquista da desapropriação da terra.

Dava muita briga nessa época por conta da lavoura. E aí nessa época a gente teve a ideia, por conta do atraso, de dividir por conta própria. Mas a gente não queria dividir com corda. Se dividisse com corda, aí a coisa ia ficar errada. Então nós corremos atrás de um profissional e pagamos a ele, na época, 300 reais cada um, mais os dias trabalhados. Aí nós dividimos os lotes, todo mundo veio pros lotes e aumentou a roça. (Entrevista com Seu Zeca)

Seu Zeca passou por sucessivas rupturas com movimentos sociais e espaços de militância: Primeiro, afastou-se da FETAG quando se aproximou do MST. “Eu me sentia muito pressionado”, conta. Sua aproximação com o MST se deu pelo fato de ver neste movimento o poder distribuído de forma bem menos centralizada que na frente sindical que anteriormente militava. “Hoje eu sou MST”, diz ele, apesar de estar acompanhando bem menos que nos tempos do acampamento. Mas, ocasionalmente, quando convocado, participa de passeatas e viagens.

Após passar mais alguns anos como membro bastante ativo da associação, Seu Zeca acabou rompendo com esta. Em sua visão, a associação é uma espécie de “panelinha. Só cinco pessoas constroem a associação todos os dias. Ela é bem fechada”. Ele reclama de pouca comunicação com suas bases, resultando em informações privilegiadas para o “bem de poucos”, como, por exemplo, “poucos sabem quando o trator da prefeitura está por aqui. Eu mesmo quase não fiquei sabendo dessa última vez.” Outra crítica ferrenha que Seu Zeca tem a respeito da associação se dá pelo fato de que eles deram carta verde para que novas pessoas entrassem no assentamento sem discussão prévia alguma.

Para além das críticas com a associação, Seu Zeca também critica firmemente a maioria dos assentados que, depois da fase do acampamento “só querem saber de si mesmos” e não acompanham a associação. “Eles não fazem ideia de como é importante que participem. Se não, a gente sozinho não consegue fazer muita coisa. Aí fica uma ‘focaiada’ pra cá e pra lá, sem ninguém fazer nada e eu decidi parar”, ele conta. Entretanto, após esse rompimento, Seu Zeca, em suas palavras, ajuda “quando pode”,

sem pegar nenhum cargo fixo ou responsabilidades maiores na associação, limitando-se a realizar pequenas tarefas ocasionalmente.

## **Renato**

Renato é natural de Cardoso Moreira, foi criado na região de Valão dos Pires e estudou somente até a quarta série do ensino fundamental. Sempre trabalhou na terra, tanto na lavoura, quanto na diária, nesta mesma região. “Eu vim de lá (Valão dos Pires) e já trabalhava com lavoura. Agora, aqui eu continuo.”, conta. Seu filho não o acompanhou para viver no assentamento, pois já havia se casado e erguido uma casa na terra de seu tio, no Valão dos Pires.

Renato não tinha terra no Valão dos Pires e trabalhava na terra de seu tio, um pequeno agricultor. Sua entrada no acampamento Francisco Julião não foi a convite do MST, mas por conta própria. “Quando eu vi isso daqui, eu decidi vim pra ver se eu consigo uma terra pra mim trabalhar”. Chegando na ocupação na segunda semana, fez contato com lideranças e montou uma barraca sozinho, enquanto o restante da família permanecia em Valão dos Pires. “Olha como minha luta era: Eu trabalhava fora, trabalhava na lavoura e vinha a noite pra cá. Era uma luta terrível. Além de trabalhar o dia todo, ainda vinha pra cá a noite pra vigiar.”

O grande problema que Renato nos conta a respeito da plantação no período anterior da divisão por conta própria se dá pelo fato de que “muitos queriam poder plantar na mesma área, que era boa de plantar.”, o que causava muitas brigas entre os assentados. Dessa forma, a divisão por conta própria, “pode ficar cada um em seu terreno sem discussão dessas coisas aí. E aí erguemos essas casas aqui sem o crédito de habitação. Você imagina se a gente espera pras coisas acontecerem? A gente ia tá debaixo de lona até hoje!”, conta.

“Deus me enviou esse lote aqui!”, conta Renato a respeito de seu lote, onde vive atualmente, por conta do sorteio ocorrido quando dividiram por conta própria. Ele nos conta que seu lote é muito melhor do que outros em áreas montanhosas, e passa uma quantidade boa de água, capaz de alimentar seus gados (que ele, inclusive, já tinha na época). Primeiro ergueu uma casa pequena (onde vivia só) com dois cômodos e um



banheiro e, quatro anos depois, expandiu-a, com cozinha, sala e outro quarto, para trazer sua esposa e filha adulta, com quem mora até hoje.

Após a divisão por conta própria dos lotes, “achamos por bem que deveríamos organizar uma associação, por que tudo era mais difícil. Com a associação, a gente tem mais força, se tiver tudo documentado certinho”, nos conta.

Renato ficou dois anos com o cargo de presidente da associação. Ele nos conta que, durante esse período, não conseguia cumprir com eficiência as tarefas de sua vida pessoal por conta de muito trabalho com este cargo. Por isso, por iniciativa própria, decidiu deixar o cargo há dois anos (em 2012). Renato acha que a associação não é perfeita e tem suas contradições, entretanto, em suas palavras,

Não tá tudo funcionando, assim, conforme era pra funcionar, sabe? Mas tá organizada. Com CNPJ, diretoria, tesouraria, tudo certinho. É sempre estatutária... Tudo certinho. Só que era pra ter reunião todo mês, mas não tá tendo reunião todo mês. Mas tão correndo atrás de muita coisa, como por exemplo esse negócio das casas, tão ajeitando com o rapaz aí, que eu acho que é do INCRA<sup>15</sup> (Entrevista com Renato).

Nos últimos quatro anos, Renato começou a trabalhar em parceria com outros assentados. Como veremos mais adiante, trata-se de uma estratégia de permanência no assentamento, uma vez que estes trabalhos ou otimizam sua produção ou lhe garante mais possibilidades de investir no próprio lote:

No meu sítio, tem a vargem aqui, que tem as vaca. E no morro era meio difícil pra plantar lavoura, e lá tava sobrando e essa foi a questão: eu continuava com as vaca aqui e plantava lavoura lá com a ajuda dele (Adilson). Isso dá pra aproveitar mais e ter uma renda melhor durante o ano. Então a gente tanto ajudava ele quanto ele ajuda a gente.

O outro (Seu João) tem mais idade e eu ajudo ele a trabalhar lá. Não tem como ele tocar o sítio sozinho. Então eu planto um pedaço, a outra pessoa planta outro pedaço. A terra vai produzir, e vai ficar bom pra nós dois.

Com Eduardo, eu trabalho de diária pra ele. Eu trabalhei dois anos em seguida a diária: Eu trabalhava uma semana pra mim,

---

<sup>15</sup> Renato está se referindo ao crédito fornecido pelo programa “minha casa, minha vida”, que a associação estava – durante o período em que eu estava em campo – ajeitando de se reunir com um responsável por isso em uma reunião com os moradores do assentamento, reclamando de constantes atrasos. Diferente do que ele relatou, não se trata de um crédito habitacional fornecido pelo INCRA, mas pela Caixa Econômica Federal.

uma semana pra ele, e esse dinheiro me ajudava a investir aqui.  
(Entrevista com Renato)

Hoje Renato se mostra satisfeito em estar no assentamento ao invés de morar no Valão dos Pires. Seu lote tem um acesso direto à rodovia, onde é possível montar uma barraquinha para venda direta. Ele nos conta, esse acesso facilita bastante a vida de sua filha, que trabalha como professora em Campos dos Goytacazes, pois quando vivia em Valão dos Pires, morava dez quilômetros de distância da pista, onde havia transporte para Campos.

Entretanto, suas idas à Valão dos Pires é constante para visitar amigos, frequentar a igreja e fazer visitas ao seu filho, que hoje mora em um pequeno pedaço de terra, que “não serve pra criar gado nem plantar, só pra morar mesmo”, outrora propriedade do tio de Renato, que recentemente passou a propriedade para ele. Dessa forma, como vimos anteriormente, Renato frequenta tanto a comunidade moral do assentamento quanto do Valão dos Pires e sua esposa e filha, por sua vez, apesar de viverem no espaço físico do assentamento, fazem mais parte da comunidade moral do Valão dos Pires do que do assentamento Francisco Julião.

## **Pepe**

Pepe é natural de Cardoso Moreira, mas quando era criança, mudou-se para Saquarema, onde permaneceu durante boa parte de sua vida e estudou até a quarta série do ensino fundamental. Atualmente, mora só no assentamento Francisco Julião, por conta da morte de sua esposa há oito anos. Seus familiares mais próximos residem em Campos dos Goytacazes.

Já fazendo parte de ocupações de terra lado a lado do MST há mais de dez anos, Pepe é um dos assentados mais antigos do Francisco Julião, estando presente desde o início da ocupação em 2005. Antes disso, Pepe passou por outros três acampamentos pelo estado do Rio de Janeiro, tendo inclusive tido a possibilidade de ser um beneficiado em um assentamento em Cantagalo, mas preferiu continuar procurando um local melhor para se assentar, até chegar ao então acampamento Francisco Julião, há quase dez anos. Pepe só tem um parente assentado, seu irmão, que mora no assentamento Zumbi dos Palmares.

Antes de ingressar na vida de luta junto do MST, Pepe trabalhava em Arraial do Cabo, em construção civil e, ao mesmo tempo numa firma que trabalha com tubos, chamada ALCA. A convite de um amigo seu, Pepe decidiu ingressar no MST:

Ele disse que nós tem direito a um alqueire e meio de terra, que nem casa nós ia ter. Ia ter que erguer tudo nós mesmo. Aí eu falei “tá bom”, e vim. (risos) (Entrevista com Pepe)

Pepe diz que uma das maiores dificuldades em seu lote é o de não ser sequer beneficiado pelo trator da prefeitura. De acordo com o assentado, o trator sequer chega em seu lote por conta da área montanhosa que o cerca (figura 3), com exceção de uma pequena área de baixada.

O entrevistado nos relata da necessidade que ele tem de estar constantemente trabalhando fora do assentamento por conta de suas dificuldades, principalmente em períodos de seca, pois é muito difícil trabalhar sem família. Entretanto, Pepe conta que recebe aposentadoria, que é crucial para sua renda.



Figura 4: Caminho para a casa de Pepe

## Seu João

Seu João é, sem dúvida, o morador mais antigo da área. Quando se diz “área”, não nos referimos ao assentamento, mas ao que era essa área antes da existência do próprio assentamento Francisco Julião. Já de idade e com um casal de filhos crescidos (24 e 34 anos) que passam tempos em Campos dos Goytacazes e tempos em seu lote, Seu João mora atualmente com sua esposa. Nascido e crescido na fazenda, com o ensino fundamental incompleto, filho de meeiros onde hoje é o assentamento, o velho assentado nos conta que já testemunhou dois diferentes proprietários da fazenda, antes do assentamento ser criado.

Até seus 8 anos de idade, Seu João nos conta que o proprietário da fazenda era o Dr. Hélio Peixoto, um advogado que trabalhava somente com lavoura de café, arroz e feijão no imóvel. Nessa época, a fazenda contava com uma infraestrutura bastante distinta dos tempos de hoje. Com cerca de 40 famílias de meeiros, havia uma igreja e uma escola.

Em 1955, Dr Hélio Peixoto vende o imóvel para Seu Carlos. Esse novo proprietário, com o passar do tempo, modificaria bastante a atividade produtiva da fazenda, trocando aos poucos a lavoura para atividade agropecuária. Em determinado momento, o filho de Seu Carlos morreu, seguido da morte do próprio Seu Carlos, resultando em sua Nora como proprietária da fazenda que, de acordo com o velho assentado, não soube gerir direito a criação de bois, levando a fazenda a falência.

Seu João nos conta que em determinado momento, “a fazenda aqui criava só boi e mais nada, Seu Carlos nem deixava ninguém plantar”. Por conta disso, tanto Seu João quanto outros meeiros foram aos poucos abandonando a fazenda. Ele foi trabalhar em outra fazenda até o dia em que começou a ocupação de terra pelo MST.

Por ser da região e conhecer, em suas palavras “quase todo mundo daqui da região”, Seu João rapidamente tomou conhecimento da ocupação através de conhecidos que estavam envolvidos. Dessa forma, ele decidiu também acompanhar a ocupação no Francisco Julião e vive desde essa época no assentamento.

Atualmente, Seu João vive apenas com sua esposa. Seus filhos já crescidos (a filha mais nova está na faculdade) moram em Campos dos Goytacazes, mas sempre passam pela casa dos pais. Ele nos conta que ambos trabalham e suas rendas

complementam e ajudam na produtividade do lote, assim como sua própria aposentadoria. Além disso, por já ser um senhor de idade, Seu João nos diz necessitar da ajuda e parceria de outros assentados para continuar produzindo em seu lote, relações essas que veremos nos próximos tópicos.

## **Pedro**

Pedro faz parte do grupo de assentados cuja origem é da própria região norte do estado, especificamente, do município de São Fidelis e estudou só até a segunda série do ensino fundamental. Dessa forma, já conhecia de longa data outros “da região”, como Nei, Jair, Pepe e Sérgio (seu primo) com quem até hoje trabalha em parceria, trocando uma série de serviços.

Antes de tornar-se assentado, Pedro já havia passado por diversas experiências de trabalho em áreas rurais, sempre como um trabalhador “sem terra”, genuinamente falando. Trabalhou em diversas fazendas tirando leite, plantando e cortando cana e limpando arroz. Passou por diversos outros trabalhos, como em fábrica de doce, casa de farinha e, antes de ingressar no movimento dos sem-terra, trabalhava como vendedor ambulante em Campos dos Goytacazes, onde morava.

Nessa época, Pedro era próximo da FETAG. Foi convidado por seu primo Sérgio para compor o MST em uma reunião no assentamento vizinho do Francisco Julião, Paz na Terra. A partir daí, Pedro passou a não só compor o MST como ajudou, junto de Sérgio, na ocupação do acampamento Zumbi dos Palmares e, posteriormente, no próprio Paz na Terra, para depois chegar ao Francisco Julião como ocupante interessado em se tornar assentado. “Eu nem morava lá não (Zumbi dos Palmares). Mas eu colava junto lá com o pessoal, pra ajudar mesmo”, conta.

Além de seus amigos, com quem divide muitas vezes trocas de trabalhos, no assentamento vivem também uma irmã, um irmão, um tio e um primo. No assentamento vizinho, Chico Mendes, há também um primo e uma prima. Trata-se, portanto, de uma figura rodeada de relações locais de longa data. Tanto como em seu grupo de amigos, ou “comunidade moral” local (da mesma forma que o descrito a respeito de Nei, conforme vimos anteriormente, no capítulo dois) quanto com seus familiares, que vivem por perto, dentro ou fora do assentamento.

Pedro vive em uma das regiões mais desfavorecidas do assentamento, em um dos pontos mais distantes da estrada, onde muitas vezes (em tempos de chuva), o trator nem chega. A trilha até sua casa foi feita por ele mesmo junto de seu grupo de amigos, assim como sua casa. Além disso, quando o assentamento foi loteado pela segunda vez (o loteamento feito pelo INCRA), Pedro perdeu um bananal para o vizinho “eu nem precisava trabalhar pra ninguém, mas agora preciso trabalhar pros outros”. Dessa forma, ele está constantemente trabalhando como diarista na região e também troca trabalho por trabalho entre seu grupo de amigos e familiares dentro do assentamento.

## **CAPÍTULO IV: EVASÃO E PERMANÊNCIA NO ASSENTAMENTO FRANCISCO JULIÃO**

### **4.1 – Evasão no Assentamento Francisco Julião**

Diante de relatos através de entrevistas e a convivência cotidiana dentro do espaço do assentamento, tivemos acesso às histórias a respeito de pessoas que desistiram de por lá continuar vivendo.

Todos esses relatos apresentam um denominador comum: dificuldades de se trabalhar na terra e falta de apoio por parte do Estado. Trata-se de uma diversidade de problemas reconhecidos pelos assentados que, quando não atingidos por um, são atingidos por outro. Por isso, os assentados afirmam a impossibilidade de viver só da agricultura familiar, sendo obrigados a, pelo menos, um membro da família, trabalhar fora do assentamento. Todos entrevistados o fazem e afirmam que sem isso, não seria possível continuar no Programa Nacional de Reforma Agrária. Seu Paulo depende de sua aposentadoria para sobreviver, tal como a ajuda de seu neto Mário – que é do assentamento Josué de Castro, em Campos dos Goytacazes – para não sair do assentamento:

Pra ficar aqui tem que botar a cara, trabalhar fora também. Por que viver só daqui não tem como! Você não consegue viver nem uma semana! Olha, vamos supor hoje: Se hoje você precisar de um quilo de açúcar ou um pacote de feijão, se hoje você não sair fora pra trabalhar, só daqui de dentro você não tira não. O plantio que tem aí tá morrendo de tudo por causa dessa seca. Vai viver de que? (Entrevista com Seu Paulo)

Uma das reclamações mais recorrentes diz respeito à dificuldade por conta da irrigação. Os assentados que vivem na baixada apresentam a enorme dificuldade que se têm em períodos de chuva, pois há enchentes na área de produção, chegando algumas vezes a ficarem ilhados dentro de suas casas. Em períodos de chuva, portanto, suas plantações alagam e em períodos de seca, perdem a produção devido ao problema da irrigação:

Aqui agora tá assim: Quando é um meio de sol, é um meio de sol que pega mesmo e o plantio morre. Quando é pra chover, dá enchente rapaz. Isso aqui, quando chove, a água vem até a beira

aqui (aponta para a porta da casa). A água acaba com tudo. E além de acabar com tudo, nós fica ilhado aqui, não tem nem como sair de casa. Já teve até que vir helicóptero vindo até aqui pra trazer comida pra gente. O negócio é brabo! (Entrevista com Mário)

Existem também recorrentes reclamações quanto aos atrasos dos tratores da prefeitura para fazerem seu serviço no assentamento. De acordo com os assentados, quando se mudou a gestão da prefeitura, dois tratores ficaram meses parados em Cardoso Moreira sem atender o assentamento. Além disso, alguns assentados de regiões mais montanhosas não recebem o trator em boa parte de seu lote. Dois entrevistados também relataram que os tratores, quando vêm, são para poucas famílias e que eles mesmos às vezes nem ficam sabendo.

Além disso, as famílias que escoam a produção para o PAA, reclamam do enorme atraso para o pagamento que, apesar de melhor remunerado que outras formas de escoamento, causam enorme prejuízo para a economia familiar devido aos atrasos.

Tanto os entrevistados quanto as conversas que tive no dia a dia, relatam também um sentimento de abandono por parte das instituições públicas para com o assentamento. Foram sete anos de espera para que os lotes fossem divididos oficialmente pelo INCRA e, nesse meio tempo, receberam apenas o fomento inicial de crédito no valor de R\$3500,00. Devido ao atraso do loteamento por parte do INCRA, os créditos de habitação, alimentação e até mesmo o PRONAF conseqüentemente também atrasaram. Até a última visita a campo, esses três benefícios ainda não haviam sido liberados, causando, mais uma vez, uma sensação de abandono e desesperança por parte dos assentados.

Nos chama atenção como esse quadro de demora dos créditos de instalação no assentamento Francisco Julião destoa de assentamentos em diversos cantos do país. Em um estudo realizado de assentamentos em seis grandes *manchas*<sup>16</sup> no Sul da Bahia, entorno do Distrito Federal, Sertão do Ceará, Sudeste do Pará, Oeste catarinense e Zona Canavieira do Nordeste, constata-se o seguinte:

A fase inicial de chegada ao assentamento (...) é bastante difícil, pois tudo no lote está por fazer, inclusive o local de moradia. Para dotar as famílias de um mínimo de condições iniciais para sua inserção social, econômica e produtiva, tem grande

---

<sup>16</sup> Ver nota de rodapé nº3.



importância o acesso aos créditos de instalação ou implantação administrados pelo Incra através de três modalidades: fomento, habitação e alimentação. Nos assentamentos estudados, verificase que 81% das famílias foram atendidas com crédito-fomento, 72% com crédito-habitação e 74,63% com crédito-alimentação, o que revela um grau razoável de cobertura.

No entanto, é necessário relativizar esses dados, em função do atraso na liberação dos créditos. Se for considerada a data de criação oficial do projeto, os créditos-fomento e alimentação levaram em média nove meses para serem recebidos, enquanto o crédito-habitação levou mais de dois anos, tornando mais penosa a fase inicial e comprometendo a capacidade posterior das famílias no desenvolvimento de suas atividades. (Heredia et al. 2002, p.88)

Embora essas realidades acima sejam retratadas como dramáticas, no assentamento Francisco Julião o quadro é ainda pior. Não se tratam de dois anos para a liberação do crédito-habitação, mas oito anos sem acesso tanto ao crédito-habitação quanto ao crédito-alimentação.

Diante de todos esses problemas, foram relatados casos de evasão e rotatividade das unidades de produção dos seguintes titulares: Gilmar, Denise, José “onça” e dona Tina.

O caso de Denise responde à dificuldade prática de estar solteira e, por isso, ter que trabalhar sozinha em seu lote. Esta dificuldade, combinada com as outras dificuldades que todos os outros passam no assentamento, de acordo com os relatos a respeito dela, foram os motivos que ocasionaram sua desistência. Uma vez sem condições de cuidar de seu lote e, ao mesmo tempo, de não conseguir dinheiro para investir em sua produção, acabou optando pela saída diante da impossibilidade de se produzir no lote sozinha.

O caso de Dona Tina é particularmente distinto dos outros. Algumas entrevistas apontam o fato de ter se casado com outro assentado, passando a morar com ele em seu lote, deixando o seu próprio lote vago. Isso teria acontecido pouco antes do loteamento feito pelo INCRA, quando estavam os lotes divididos “por conta própria”. Após isso, separou-se e, uma vez sem seu lote, viu-se apenas com a opção de deixar o assentamento. Os relatos não explicaram o que de fato ocorreu com seu lote (antes de se casar).

Trata-se de uma história controversa, que, diante da legislação, ela não perderia o direito de obter um lote, mas é o que muitos assentados relatam em entrevistas. Renato, diferentemente destes, por exemplo, diz que simplesmente não sabe porque ela desistiu, mas que a única coisa que sabe é que isso se deu durante o processo de divisão de lotes pelo INCRA.

Gilmar, por sua vez, era um rapaz jovem, casado, mas se separou antes de sua evasão. De acordo com relatos, ele se mostrava bastante ativo nos espaços organizativos do assentamento e frequentava reuniões tanto das coordenações quanto da associação. Entretanto, um belo dia seu lote estava vazio e, posteriormente, ocupado por “Serrote”, que comprara suas terras. Ninguém sabe o que exatamente lhe motivou a ir embora, pois ele não falou com ninguém que sairia tampouco o motivo. Entretanto, alguns relatos apontam que, uma vez separado, havia desistido pelos mesmos motivos de Denise.

O caso de José “onça”, de acordo com as entrevistas, seu deu por falta de apoio. Seu lote era em uma área montanhosa, onde a maior parte de seu sítio não era contemplada pelo trator da prefeitura.

Tânia: A gente mora aqui na frente [da rodovia]. Temos umas duas baixadas pequenas. É só onde o trator ara. Quem tem morro aí pra cima, o trator nem chega perto.

Gabriel: E era lá que o José morava?

Tânia: Ah, o sítio que ele pegou era morro. Aí eles acusam de que? “Degradação ambiental”. Ele vai fazer o que se não pode arar a terra? Como é que vai plantar? Com a terra dura?

Marcos: Aí eles botam que você tem que arar de lado. Como que o trator vai andar de lado? É uma lógica sem noção. Ele não pode cortar a terra assim, tem que cortar assim. (mostra com as mãos uma superfície íngreme), senão tem deslizamento. Vai fazer um carro andar na parede? Não tem jeito.

Relatos apontam, portanto, que por ser um lote distante da estrada (e conseqüentemente das banquinhas de venda que por lá existem), onde o trator da prefeitura não chega, só restava a opção para José de “pagar trator particular”. Diante disso, José trocou seu lote com um assentado do assentamento Paz na Terra, que nunca apareceu. Após isso, seu lote havia sido ocupado por outra pessoa.

Curiosamente, os titulares dos quatro casos de evasão acima citados ainda aparecem na relação de beneficiados como assentados e, além desses quatro casos, tal

documento revela mais uma desistência e uma transferência, ou rotatividade (Mello, 2006).

Além dos casos acima relatados, como vimos anteriormente, ouvi durante meu trabalho de campo que existem muitos “andorinhas”, isto é, assentados que “não saem, mas que também não ficam”. Tratam-se de assentados que são titulares, entretanto, não moram no lote, optando por morarem em áreas urbanas, como a sede municipal de Cardoso Moreira ou em Campos de Goytacazes.

Mais uma vez, o termo “andorinha” responde por uma classificação bastante desprestigiada entre os assentados. Uns dizem que são pessoas de “cabeça fraca”, que não têm coragem de tentar viver da terra. Outros dizem que o INCRA deveria fiscalizar melhor, mas não o faz, mesmo com o lote estando com um aspecto de claro abandono. Outros até chegam a opinar de que estes deveriam ser expulsos, pois

Tem um bucado de gente por aí querendo um pedacinho de terra, querendo trabalhar com a terra e aí tem essa gente que não planta nem um pé de banana. Eu acho que tinha mais é que tirar eles e colocar outra família no lugar pra poder trabalhar aqui. (Entrevista com Diego)

Os andorinhas talvez sejam uma categoria chave para nossa análise. Mais uma vez, voltando à Palmeira e Almeida (1977) onde, a partir de um estudo crítico de análise de diversos artigos sobre o termo migração, os autores sugerem uma abordagem distinta a respeito do termo: “o que antes só era pensado a partir de um ponto a ou b (como “entra em” ou “saídas de”) passa a ser pensado como o próprio objeto de análise, de que a e b fazem parte como pontos de partida e chegada”. (ibidem, p.15). Essa proposição se faz aqui importante diante do termo andorinha, pois esta categoria não se enquadra como um fenômeno separado e dualista entre “permanência” x “evasão”. Compreendemos que não existe um hiato entre essas categorias, mas uma relação contínua entre uma categoria e outra. Woortmann (1990b), nos apresenta uma interessante contribuição para a nossa própria compreensão da categoria dos andorinha e, ao mesmo tempo, do fato de praticamente todos os assentados entrevistados (com exceção de poucos que contam com aposentadoria) alegarem a essencialidade de se trabalhar fora para poder se investir em seu lote:

Camponeses não são apenas agricultores. A existência de atividades “não camponesas” no campesinato já havia sido ressaltada por Chayanov, um dos construtores da teoria do

campesinato; essas atividades são mesmo um componente central de sua teoria. (...)

Assim, ao longo de sua carreira migratória, o campesinato dissolve a dicotomia rural-urbano (quando se dirige para a cidade), unificando em sua experiência de vida e as experiências da cidade e do campo. (ibdem, p.51)

Ora, vimos anteriormente, que em todas as famílias entrevistadas, há pelo menos uma maneira de se gerar renda por fora do lote: ou pelo menos um dos membros da família trabalha fora, ou o beneficiado conta com sua aposentadoria. Os assentados alegam de que essa renda é essencial para se investir no lote e continuar produzindo. Em outras palavras, é necessário estar sempre “trabalhando fora” para “continuar dentro”, o que problematiza mais ainda as categorias “evasão” e “permanência”, dado a essencialidade de estar constantemente circulando para além das fronteiras físicas do assentamento para por lá continuar morando. “Ah, esse daí não é nem mais andorinha não. Esse daí já virou gavião de tão sumido que tá!”, disse-me Nei, ao referir-se a um dos assentados que não mais sequer produzia em seu lote, por conta de estar trabalhando na UENF, em Campos dos Goytacazes. Ora, mas o que diferencia um andorinha então de um assentado que trabalha fora constantemente? Pois ambos estão constantemente circulando dentro e fora do assentamento em busca de melhores condições de sobrevivência.

O que talvez desprestigie tanto os andorinhas entre os assentados seja o fato de não serem produtores em uma terra cuja memória coletiva está associada a um esforço igualmente coletivo. Essa memória associada à luta pela terra, talvez seja o fator que explique a proposta de Diego, no trecho de entrevista logo acima, de que os andorinhas deveriam sair da terra, pois mais sem-terra estariam necessitando da mesma. Vergara-Camus sugere que há uma compreensão coletiva pairando em corações e mentes no MST sobre a terra como valor de uso, associada à luta pela terra, ou como valor de troca:

These interventions speak of two understandings of land, one of land as use-value and the other of land as exchange-value, which most of the time coexist in the minds of settlers. Nonetheless, land as use-value was much more prominent in the minds of settlers who lived in MST encampments. In contrast, land as exchange-value was the principal way of looking at land for those who had not been MST activists. Moreover, in parallel to these two conceptions of land, a third one developed out of the

struggle for land itself, one which relates land with a personal and a collective achievement and which carries with it a broad range of emotions, memories, suffering, joys, and so on. (Vergara-Camus, 2014, p.183)

Um caso de rotatividade nos chama atenção para essa discussão. Embora consideremos aqui como “evasão” o caso de uma família inteira abandonar o lote, deixando-o vago, temos aqui um caso que nos permite observarmos um exemplo concreto do que leva alguém a desistir de viver em um assentamento de reforma agrária.

Leila, a ex-militante do MST, mãe solteira de duas filhas crescidas, morava junto das duas que, por sua vez, moravam com seus maridos e filhos. Todos no mesmo lote, com um “puxadinho”. Uma das filhas (junto de seu marido e filhos) desistiu do assentamento e foi morar em Curitiba. A outra (com marido e filhos) fez o mesmo, mas para Campos dos Goytacazes. Entretanto acabaram voltando para o lote de Leila, pois esta, com problemas de saúde, disse que não conseguiria mais trabalhar com a terra. Dessa forma, ela preferiu deixar o lote nas mãos da família de sua filha.

Esta filha, Tânia (que, assim como seu marido têm o ensino médio incompleto), havia saído junto com seu marido e filhos para morar em Campos. Desistiram completamente de trabalhar com a terra. Entretanto, preferiram tentar a vida em outro acampamento, a fim de conseguir um lote para eles, devido à violência da cidade. “Morar em Campos não dá não. Meus filhos pequenos já ficam pegando esse mal exemplo de violência, brincando de que ‘tem que matar’. Quero uma vida mais tranquila pra eles”, diz Tânia. Após essa experiência, Tânia, Marcos e seus filhos, retornaram para o assentamento Francisco Julião para novamente viver no lote de Leila.

Como visto anteriormente, trata-se de um caso de rotatividade (Mello, 2006). Entretanto, seus relatos se fazem importantes aqui não só para compreendermos o processo que os levou a desistir naquele momento, mas também como mais um caso que nos contribui para o entendimento da constante mobilidade camponesa em busca de melhores condições de vida, o que nos leva, novamente à compreensão de que os termos “evasão” e “permanência” não são definitivos. Mais uma vez, recordemo-nos do estudo de Woortmann (1990b) que contribui para essas reflexões em nosso estudo:

Camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores de migrantes. Por isso, áreas camponesas já foram chamadas de “celeiros de mão-de-obra”. A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de

existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa (ibdem, p.35)

O caso de Marcos e Tânia não é uma exceção ao que Woortmann está discutindo. O motivo principal da saída do casal não é de se surpreender. Nas palavras de Marcos, é “por causa de falta de apoio” e suas conseqüentes dificuldades. E a volta ao assentamento é igualmente ocasionada por outras dificuldades (a violência, como motor da decisão, apontada por Tânia). De qualquer forma, a grande reclamação do casal se dá pelas dificuldades de irrigação, pois seu lote está em uma área alta, em uma das regiões mais distantes do rio Muriaé no assentamento:

Plantar é fácil. Você pode conseguir um dinheiro pra arar uma terra. É fácil. O difícil é você ter irrigação, fazer um poço pra irrigação. Porque a gente tá “do lado de lá” do rio. Porque nesse sítio tem água, só que pra isso tem que entrar com um dinheiro pra poder vir cavar um. A gente já tá esperando a máquina da prefeitura já tem o que? Três meses pra vir poder cavar o poço. A gente já tá lá embaixo com horta toda pra trocar (...) mas sem água! Usando a água de beber! (Entrevista com Tânia)

Marcos reclama também das condições que a EMATER exige para se aplicar políticas de apoio:

A EMATER te dá a oportunidade pra você comprar vaca parcelado, mas só que você já tem que ter cana. E aí, no caso, eles te dão também a oportunidade de você pegar uma irrigação. Só que pra você pegar uma irrigação, eles implicam que você já tem que ter cana. Mas como que você vai ter cana sem irrigação? (...) Eles imaginam que se você plantar uma cana, ela vai crescer e você vai produzir, pra você pedir um motor. Mas como que você vai plantar se tudo depende da água pra crescer? Não tem como né? (Entrevista com Marcos)

Trata-se da problemática apresentada por Neves (1997) ao discutir problemas de relação entre poder público e assentamento, em seu estudo sobre o processo de criação do assentamento Novo Horizonte. A autora afirma que “o projeto de reforma agrária elaborado pelos titulares do Estado se baseia numa idealização sustentada em múltiplas reificações” (Neves, 1997, p.82), baseando-se em uma idealização de uma série de práticas e na suposta inexistência de efeitos inesperados diante dos fins desejados. Trata-se de uma problemática não muito distante da apresentada por Marcos logo acima:

Aos assentados, em face da presença de técnicos de campo, são transferidos relatórios, diagnósticos, proposições inviáveis, porque seus autores desconhecem as condições reais a partir das quais os assentados se apropriam da terra, basicamente, e do crédito, esporadicamente. Ou imaginam sua ação sobre um mundo idealizado de problemas e de resoluções, realidade perfeita ou mundo onde haverá o encontro de possibilidades objetivas e favoráveis. Por isso mesmo, os técnicos se portam e escrevem a partir da crença numa história intencional e falam dos assentados como reificações ou beneficiários inintencionais. (Ibdem, p.82)

O caso de Tânia e Marcos não responde a um motivo de evasão – mesmo que temporário – ligado diretamente à desagregação social da comunidade do assentamento Francisco Julião, à primeira vista. Diferentemente disso, imediatamente se percebe que o casal chegou a desistir de viver em um assentamento de reforma agrária por conta de dificuldades que poderiam ser contornadas caso existissem políticas públicas adequadas. Mas um olhar mais atento percebe que o caso deste casal responde também à falta de coesão social (Mello, 2006). Este será o tema discutido no próximo tópico: coesão social entre vizinhos que se reflete em formas de reciprocidade como estratégias de permanência.

#### **4.2 – Estratégias de permanência e estruturas de reciprocidade no Assentamento Francisco Julião**

Mesmo diante de tantos problemas para se continuar vivendo no assentamento Francisco Julião e de um enorme quadro de insatisfação para com o poder público misturado com uma sensação de abandono, apenas um entrevistado, Daniel, diz ter se arrependido de estar morando no assentamento. “Se pudesse voltar no tempo, não viria pra cá não. Isso aqui é pior que o inferno”, diz. Por outro lado, todas as outras entrevistas revelam que a vida de fato melhorou após estarem no Programa Nacional de Reforma Agrária:

A vida melhorou, aqui é bom. Mas o que desanima nós, produtor de lavoura é falta da chuva. Dá uma pancada de chuva, você pega e joga uma semente na terra. Aí você empata seu dia, seu serviço, empata seu tempo ali, e quando a bichinha já tá um metro, meio metro, vem um sol estalando e acaba com tudo. Meu vô aqui já investiu todo o dinheiro que tinha e perdeu tudo. Aí tem mais prejuízo do que ganho. Não vou falar que aqui é

ruim. Não. Aqui é uma bênção, mas às vezes dá prejuízo.  
(Entrevista com Mário)

Essa postura paradoxal – um grande quadro de insatisfação, mas também de valorização da conquista de seu lote – se repete. Seu Zeca afirma que jamais sairá de lá, pois tem mais estabilidade do que na cidade, onde sempre troca de emprego. Sandra diz que “só morta sai de seu lote”, pois tem uma terra garantida para sua família para as próximas gerações. Discutimos anteriormente motivos que geram evasão ou rotatividade no assentamento. Agora discutiremos o contrário: como os assentados, diante de tantas dificuldades, fazem para permanecer em suas terras? Quais são suas estratégias de permanência? Leandro Vergara-Camus, abre-nos a discussão a respeito do desafio da permanência da seguinte maneira:

If winning land comes after a very long and extremely difficult struggle, remaining on the land is also far from being an easy task. Becoming a settler means, first and foremost, a battle to secure survival within a very hostile market of agricultural production controlled by large farmers and large agribusiness enterprises. To archive this survival goal, MST settlers families have to start by reinserting themselves within the circuits of agricultural production. (Vergara-Camus, 2014, p.191)

Para se inserirem nesses circuitos de produção agrícola, tal como fazer a manutenção produtiva de seus lotes, os assentados, carentes de suficiente apoio do poder público, contam com o apoio uns dos outros. Ora, se por um lado, o assentamento se desagregou no que diz respeito às suas instituições de organização e representação política, por outro, se agregou com novas formas de interação e reciprocidade, que servem como estratégias de permanência no assentamento. Como vimos anteriormente, as formas políticas de agregação comunitária no assentamento se apresentam com uma estrutura frágil e cada vez mais desagregada. Vimos também que muitas vezes, estas formas de interação se dão de forma limitada entre grupos sociais: famílias, grupos de amizade, religiosos e até mesmo a própria associação. O que chamamos atenção, neste momento, diz respeito às formas de agregação referentes à reciprocidade. Estamos falando aqui de troca recíproca de trabalho, compartilhamento de terras para maior otimização da produção, mutirões para construções de diversas coisas, tais como cercas, cisternas, trilhas e comercialização interna. Essas relações são importantes porque constituem fatores decisivos para a viabilidade da reforma agrária no local.



Esse quadro se assemelha um pouco com o estudo de Mintz (1961) sobre formas de reciprocidade econômica no Haiti. Trata-se de um processo de troca conhecido como *pratik*, em que mulheres, intermediárias desse processo, possuem clientes fixas, as quais compram seus produtos por um preço menor ou pelo mesmo preço, mas em uma quantidade maior do que no mercado aberto. Além disto, essas intermediárias recusam-se a vender o estoque de algum produto ou ocultam a sua existência até que tenha se encontrado com sua compradora da *pratik*.

Tais ações parecem, à primeira vista, dotadas de irracionalismo econômico. Mintz, portanto, desmistifica essa visão de suposto irracionalismo, demonstrando-nos o que está por trás dessa forma de venda entre intermediárias. Para Mintz, esse fenômeno surge justamente porque as intermediárias compreendem muito bem a economia do Haiti, que é sazonal e inconstante. Portanto, sua racionalidade econômica está voltada para um uso adequado de meios para atingir um fim específico: a garantia de lucro e manutenção de atividades econômicas diante de uma economia marcada por tecnologia limitada, inadequados métodos de preservação, transporte precário e uma série de outras dificuldades. Diante dessas circunstâncias, as relações de *pratik* estabilizam sequências de transações de uma economia em pares. Tomadas em conjunto, estes arranjos permitem uma maior demanda do sistema distributivo como um todo.

Embora separados por contextos e práticas bastante diferentes, o que nos chama atenção para a semelhança de nosso estudo com as relações de *pratik* é o ponto central de ambos: dificuldades estruturais contornadas por um uso adequado de meios de reciprocidade para se atingir o fim desejável da manutenção das atividades econômicas. Essas relações de reciprocidade que são capazes de movimentar uma série de atividades produtivas em lotes no assentamento, tornam-se um fator importante para a manutenção da permanência do assentado em seu lote da reforma agrária.

Leandro Vergara-Camus, em um estudo sobre alternativas camponesas do MST e dos zapatistas ao neoliberalismo, é capaz de nos ajudar a compreender melhor a lógica dessas relações. Para o autor, as relações sociais camponesas encontradas tanto entre os assentados do MST quanto entre os zapatistas, muitas vezes não são totalmente mercantilizadas.

Diante de uma situação de pobreza extrema e escassez alimentar entre pessoas sem terra, a produção de autoconsumo nos assentamentos do MST representam uma

enorme vantagem, pois possibilita que eles não dependam de dinheiro para cobrir essa necessidade fundamental. Entretanto, “they still have to enter on the market to satisfy a variety of other needs. Hence, in their struggle to remain on the land, MST settlers are faced with a major challenge: having to create economic mechanisms that will generate secure sources of income” (Vergara-Camus, 2014, p.194). Dessa forma, citando Friedman, o autor nos explica que estes camponeses não são atores de competição dentro dos padrões do mercado, da mesma forma que fazendeiros capitalistas pois

While some commodity production is often part of the definition of the peasantry, competition does not exclusively or even principally define the relation of peasants to each other or to outsiders. Peasants households have important communal relations, including local exchange and reciprocal sharing of labour. For this reason, the village is typically the immediate arena of reproduction. Even asymmetrical relations, such as credit and tenancy are with particular persons, not banks or corporations, and are not governed by marked prices ... Peasants households typically do not relate to product markets individually and competitively (Friedman apud Vergara-Camus, 2014, p.167)

Ferreira (2013), em seu trabalho sobre circuitos mercantis no assentamento Francisco Julião, identifica redes de comercialização dentro do próprio assentamento. Trata-se de uma prática onde ambos os lados saem beneficiados em relação a outras possibilidades. Vejamos:

Esses intercâmbios colocam em jogo lógicas distintas de operação, onde existem aqueles agricultores mais consolidados, que alegam vender os produtos para outros agricultores como forma de ajudar aqueles que estão passando maior dificuldade. Têm aqueles agricultores que investem mais na comercialização direta e, dessa forma, recorrem aos demais produtores do assentamento visando garantir a oferta mais diversificada de produtos, seja nos pontos de venda da pista, na cidade ou na feira. Porém, o que ocorre, independentemente de quem compra ou quem vende, é que por trás desse mercado existe uma racionalidade distinta envolvendo a formação dos preços, e que acaba, de certa maneira, possibilitando algum tipo de distribuição dos resultados gerados pela comercialização entre os próprios assentados, bem como o fortalecimento de uma rede interna no PA (...). Quem vende recebe preços melhores do que pagos pelos atravessadores, e quem compra consegue revender na pista por um preço melhor do que os praticados nos supermercados e estabelecimentos comerciais da cidade (FERREIRA, 2013. P.155)

Belo (2012) também nos chama atenção para uma sutil (embora importante, diante da perspectiva de se escoar mercadorias) forma de ajuda vicinal:

Uma das principais formas de escoamento de mercadoria adotadas pelos assentados (...) é o transporte desta mercadoria em carros próprios, principalmente para a cidade de Cardoso Moreira. Alguns assentados que não possuem um veículo próprio se associam com outros que possuem e realizam o transporte da mercadoria em conjunto. (Belo, 2012, p.77)

Essas formas de ajudas recíprocas, facilmente escapam ao nosso olhar, pois em uma primeira aproximação, os assentados muitas vezes sequer as reconhecem como tal. Diferentemente disso, muitos deles alegam que hoje em dia (no pós-coordenações), “as pessoas se tornaram mais individualistas”. Entretanto, um olhar mais atento nos revela que não apenas a ação política da atual associação é uma tentativa de se contornar os problemas ocasionados pelo abandono de políticas públicas, como há também relações de reciprocidade entre vizinhos.

Entretanto, em nosso trabalho de campo, identificamos outras relações que possibilitam a permanência no assentamento. Tratam-se de formas de reciprocidade que não acontecem de modo explicitamente deliberado. Diferentemente disso, embora respondam por estratégias econômicas e sociais que viabilizam a permanência de famílias no assentamento, tratam-se de relações que muitas vezes passam despercebidas aos olhos do pesquisador, pois os próprios assentados muitas vezes nem chamam isso de ajuda ou parceria. Ao contrário, costumam categorizar (quando incitados ao tal) das mais diversas maneiras essas relações. Florence Weber, em uma rica discussão acerca da distinção entre racionalidades epistêmicas (isto é, modelos científicos) e as racionalidades práticas (as racionalidades cotidianas do nativo em questão), nos elabora a seguinte reflexão:

É seguramente ilusório acreditar que esses raciocínios nativos são sempre explícitos, sempre formulados em um discurso coerente, sempre conscientes. Uma parte expressiva de nossos raciocínios são automáticos e infracoscientes, e encarna-se mais em objetos e em procedimentos do que em exposições. Isto é tanto mais verdadeiro quando nos aproximamos da vida cotidiana, da administração ordinária dos problemas de todos os dias, no universo profissional como no universo doméstico, onde vigora o que Pierre Bourdieu chamou de “senso prático”. (Weber, 2002, p.151)

Diante desse paradigma, voltemos nossos olhos agora para essas formas de reciprocidade que, muitas vezes, surgem como fatos cotidianos nas vidas de nossos assentados estudados.

Começemos por Renato e Joseane, casal que mora em um lote próximo a uma área mais montanhosa. Eles plantam aipim, cana, mamão, banana e hortaliças. A maior parte da escoação de sua produção se dá na feira em Cardoso e para parentes. Quando em maior escala, vendem para a CONAB através do PAA. Entretanto, por estarem em um lote montanhoso, não conseguem plantar feijão em grande quantidade. Além da venda de sua produção, a família também conta com o trabalho da filha que é professora. Seu trabalho como docente em Cardoso e Campos ajuda a família a se manter no lote.

Seu João, por sua vez, que mora apenas com sua esposa, vive em lote mais plano e fresco. Como ambos são idosos e não vivem com os filhos, não conseguem aproveitar todo o potencial produtivo de suas terras. Seu João, portanto, para potencializar sua capacidade produtiva, precisa de alguém para trabalhar junto. Dessa forma, nas palavras de Joseane,

Meu esposo também precisa. Porque aqui, nossa área aqui é morro. E lá é um lugar mais fresco, onde vai dar melhor a mercadoria pra gente. E no morro, aqui, se plantar um milho, já não vai dar um feijão. Aqui a gente até plantou, num pedacinho ali, mas é pouca coisa. Às vezes, se precisa de uma quantidade maior, trabalha junto.

Temos, portanto, uma relação de reciprocidade onde o primeiro, por um lado, tem a possibilidade de continuar a produzir culturas em épocas que não são possíveis de se produzir em sua área e, por outro lado, o segundo consegue aumentar seu potencial produtivo. No fim, ambos dividem pela metade a produção. Joseane explica como isso é importante para ela e seu marido:

A gente que vive da roça tem que plantar pra poder viver e sobreviver, né? Então, por exemplo, agora é época do feijão. Então, se a gente não plantar o feijão no terreno da gente ou, se a pessoa não ceder, a gente vai ter que comprar.

Além de trabalhar junto com Seu João, Renato também trabalha ocasionalmente junto de Adilson, outro assentado que, por viver sozinho, precisa também de ajuda para

otimizar sua produção. Com este, o casal divide às vezes 25% e outras vezes meio a meio.

Seu João, por sua vez, conta bastante com apoio vicinal para estar sempre produzindo. “Não dou conta de fazer isso sozinho”, diz ele. O assentado nos conta com mais detalhes a respeito de sua rede de relações de reciprocidade. Além de Renato, trabalha junto também com outros assentados: Mariano, Daniel, Luís, Marcos e Anderson para diversos fins. Por exemplo, no que diz respeito ao abastecimento de água, Seu João reclama da dificuldade de falta de fornecimento de água, como muitos outros assentados. Para contornar esse problema, ele precisaria de uma cisterna para começar a produzir coco, conforme já planejava há bastante tempo. Para o tal, contou com a ajuda de Daniel, Renato, Mariano e Anderson. Juntos, fizeram algo não muito distante do que Candido (2009) descreve como mutirão: após comprar todo o material, os cinco dedicaram alguns dias para construir uma cisterna no lote de Seu João. Nas palavras do próprio assentado,

Isso vai resolver o problema da água e eu vou começar a produzir coco. Aí você vê gente falando ‘Ah, mas sem terra é tudo ruim!’ Ruim se não trabalha. Aqui é assim que dá pra superar a dificuldade, porque se ajudando, ninguém passa ruim (Entrevista com Seu João)

Além disso, esse grupo opera em conjunto também para arrancar aipim, para plantação, limpar mato e erguer cercas. Seu João nos explica que eles administram esses serviços cobrando diária, ocasionalmente. Mas, na maioria das vezes, eles “não cobram nada”. Ao contrário, os vizinhos “pagam” seu trabalho uns aos outros com outros trabalhos. Nas palavras de Seu João, eles “trocam serviço”.

Os trabalhos “sem cobrar nada” aos quais Seu João se refere, ocorrem também entre outros assentados e em outras ocasiões: Pepe e Jair são vizinhos e moram em uma das regiões mais distantes da rodovia no assentamento, passando por uma área montanhosa, que dificulta a chegada de tratores aos seus lotes.

Além de enfrentarem essas dificuldades geográficas, ambos vivem sozinhos e não têm família dentro do assentamento. Jair, que é natural de Campos e chegou ao assentamento a convite do atual presidente da associação, através do sindicato que fazia parte na época, nos explica a importância que a ajuda vicinal tem em sua vida:

Quando eu saio pra trabalhar, eu peço pro vizinho cuidar da roça. “Fica aí, dá uma olhada...” Um tem que ajudar o outro. Se não fizer isso, meu amigo, não vai não. Se você for inimigo do seu vizinho... O seu vizinho mais próximo é o seu parente mais próximo. Pra quem não tem parente aqui, se você não for amigo do seu vizinho, você não tem nada.

Jair e Pepe nos contam que não só trabalham apenas um para o outro. Esses dois assentados nos contam que fazem parte de uma rede um pouco maior de reciprocidade com outros assentados a partir de laços de amizades. Jair nos conta:

Tem que se ajudar, aí aqui você procura as pessoas que tem mais afinidade. Aqui tem eu, Pepe, Nei, Pedro, Luís... Nós temos mais afinidade, somos mais próximos. Aí o que faz: Nós temos um serviço aqui, aí chama a gente. Vamos lá, ajudamos ele. Quando nós temos um serviço aqui que não dá pra fazer, vamos lá e chamamos o Nei, chama o Sérgio, chama o Luís e vem aqui e ajuda a gente. O negócio é assim. Por exemplo, você vai fazer uma cerca. Você chama a pessoa que tem mais experiência e faz a cerca junto. Quando ele vai plantar alguma coisa na casa dele e eu sei um pouquinho mais, eu vou lá, planto ramo de aipim. Se precisar plantar uma cana, ele chama a gente e nós vamos lá e ajudamos ele. Um dia, três dias, quatro dias... Não importa. Enquanto tiver serviço, nós estamos lá ajudando. Isso sem ganhar nada. Com o interesse de que? De quando a gente precisar de um serviço, ele vem aqui ajudar. Aqui nós somos dependente um do outro.

Tratam-se, portanto, de relações que, assim como a *pratik* de Mintz, se desenvolvem contornando relações capitalistas para que seu circuito mercantil e produtivo continue operando. Como afirmara Polanyi (2000), mercado não é necessariamente um mercado capitalista. Existem mercados capitalistas, mas existem outras formas de mercado, troca e permuta. Mais uma vez, diante das reflexões de Vergara-Camus, observamos que:

There is, however, a widespread theoretical practice (...) namely, the tendency to assume that capitalist relations predominate in every corner of the world. Following from this assumption, scholars would have no need to analyse the daily practices of production, reproduction and market exchange, because they are assumed to be capitalist relations, which are often deemed to be identical across societies and communities. As is evident at this point, I have contested this idea and have shown how today, in the context of the neoliberal crisis, several types of peasants rely, to a greater or lesser extent, on non-capitalist practices to cope with the damaging effects of neoliberalism and have built

development alternatives for their families and communities.  
(Vergara-Camus, 2014, p.290)

Ora, em *Camponeses do Brasil: Entre a Troca Mercantil e a Reciprocidade* (Sabourin, 2009), a partir de um estudo sobre diversas realidades camponesas no Brasil, incluindo assentamentos rurais do MST, o autor nos esclarece sobre alternativas camponesas na reforma agrária que envolvem relações de reciprocidade.

Seguindo a premissa de Vergara-Camus a respeito da prioridade com autoconsumo e segurança alimentar do MST e de sua proposta de construções de alternativas camponesas face ao mercado neoliberal, Sabourin nos esclarece como que o desenvolvimento de um projeto camponês formulado “pelos movimentos rurais mais ativos e organizados” (ibidem, p.281) está ligado intimamente à práticas e relações de reciprocidade:

Bastante legítima, essa reivindicação visa o desenvolvimento de um projeto camponês moderno para o século XXI, construído em torno de três características-chave. São elas as noções de *autonomia* (segurança alimentar, autoconsumo, dispositivos próprios de aprendizagem e de produção e inovação etc.), de *cooperação* (cooperativas de crédito, fundos de crédito mutualizado, empreendimentos e projetos de economia solidária, etc.) e de *qualidade de vida* (produção mais sadia e ecológica, proteção dos recursos naturais renováveis, qualidade dos produtos, acesso à saúde e à educação pública etc.). A tentativa de diferenciação com o desenvolvimento fundado na troca capitalista é clara: essas três noções se opõem, respectivamente, às de *dependência, concorrência e exploração* (do trabalho e do meio-ambiente). Envolve práticas e relações de reciprocidade: ajuda mútua, compartilhamento, redistribuição; mas se fundamentam também em valores éticos de responsabilidade, dignidade e prestígio. (ibidem, p. 281 e282)

Identificamos que existem estes tipos de relações de reciprocidade em nosso estudo de caso, entretanto, estas surgem mais de uma forma espontânea (diante das dificuldades e debilidades de se inserir em circuitos capitalistas de mercado) do que a partir de uma reivindicação do MST. Pepe e Jair nos dão mais detalhes sobre estas alternativas de desenvolvimento, construídas por eles próprios, diante de sua marginalização num mundo neo-liberal:

Pepe: Nós troca serviço. A gente trabalha três dias pra um, que depois trabalha pro outro... A gente vai trocando. Cê, inclusive (Jair), tá me devendo uma semana, hein! (risos).

Gabriel: Mas é que tipo de serviço?

Pepe: É de tudo: é cerca, é horta... Agora mesmo, esses dias, nós temos que plantar cana lá pra ele. Nós troca serviço. Nós planta, nós junta três, quatro amigos e planta. Aí depois vamos lá e faz a dele também. Semana que vem vou mexer na cerca desse aí (Jair)

Gabriel: Mas vocês não cobram nada?

Pepe: Não, não. Nós não cobra nada. É tudo na base da amizade mesmo.

Jair: Nós já não temos dinheiro. Como que vamos cobrar um do outro? Nós se ajuda no trabalho.

Gabriel: E vocês plantam tudo junto?

Pepe: Nós planta tudo junto! Acabamos de plantar o dele, vamos plantar o meu, depois vamos plantar o dele. Nós vamos plantando assim. Não tem limite. Nós vamos fazendo qualquer coisa, em obra... Se for pra mexer num animal brabo que um não consegue, nós junta vários, vai lá e pega. É tudo assim. Eu, ele aí e mais uns três juntos.

Essas formas não monetarizadas de troca constituem não só formas camponesas não capitalistas para lidar com efeitos danosos do neo-liberalismo, conforme analisado por Vergara-Camus, mas também formas de reciprocidade camponesa analisada por Eric Sabourin em seu estudo sobre camponeses do Brasil. O autor aponta que existe uma diferença entre troca e reciprocidade. Citando Temple, Sabourin identifica que “a operação de troca corresponde a uma permutação de objetos, ao passo que a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos” (Temple apud Sabourin, 2009, p.56). Seguindo as reflexões de Temple, citado por Sabourin, parte-se da reflexão que a reciprocidade cria um valor ético, redobrando a consciência do outro:

Portanto, a reciprocidade pode ser uma estrutura que subjaz a outras relações que não sejam a troca, em particular a prestações cujo objetivo consiste em reproduzi-la para ela própria, de forma a gerar sistematicamente mais sentido, ou em produzir valores que não podem ser reificados, em particular os valores éticos, mas também outras economias, desde que a produção do material esteja vinculada ao espiritual. (ibidem, p.65)

Constatamos que a produção do material aqui relatada por esses assentados está vinculada, de fato, a relações de amizade (o espiritual, nas palavras de Temple). Compreensão essa pelo fato de que observamos que esses relatos exprimem diferentes grupos de amizade que executam essas relações de reciprocidade: Anteriormente,



analisamos os relatos do grupo que constitui Seu João, Adilson, Renato, Daniel, Mariano, Anderson, Marcos e Luís. Posteriormente, vimos os relatos de Pepe e Jair, que se reconhecem como parte de outro grupo, constituído por Sérgio, Pepe, Jair, Pedro, Luís, e Nei. Ambos grupos com membros majoritariamente locais (com exceção de Luís, que faz parte de ambos os grupos).

Entretanto, apesar de se reconhecerem como diferentes grupos, pude constatar em uma das minhas andanças no trabalho de campo, Jair trabalhando junto de Daniel e Anderson em uma ocasião. O fato deles se diferenciarem, talvez se dê pelo fato de que o primeiro grupo é reconhecido como “o pessoal da associação”. De fato, a figura de Seu João, Renato e Daniel são intimamente ligadas à figura da associação e esses três, pela recorrência da citação entre uns aos outros, nos dão a entender que trabalham juntos com mais frequência e mais tempo.

Encontramos também outros casos de ajuda vicinal dentro do assentamento. Castor nos relata que, ao ver que sua primeira casa estava prestes a cair por conta de um barranco, amigos do assentamento simplesmente o ajudaram sem nem mesmo trocar serviço, como vimos acima. Neste caso, trata-se de um assentado “de idade”. Assim, Daniel, Nei, Sérgio, Edson, Wanderson e Pedro Henrique ajudaram-no por pura solidariedade, não esperando uma troca de serviço. Caso contrário, Castor ficaria simplesmente desabrigado. Entretanto, o próprio assentado ajudado, nos conta que sempre participa de trabalhos de ajuda mútua entre os vizinhos, porque assim “nós não precisa tirar dinheiro do bolso. Quando me chamam um tô indo, porque é o jeito. Eu mesmo se tiver machucado e arreventado, eu tô indo junto!”, nos conta.

Observamos que existem também trocas de serviço para além das fronteiras do assentamento, conforme relatadas por Pedro. Este assentado não só troca bastante trabalho com outros assentados como também exerce essa relação de reciprocidade com outros conhecidos da região de São Joaquim, sua região de origem:

Pedro: Essa estrada que tem aqui, eu fiz na inchada. Nei me ajudou... Veio uma galera aí. Com os vizinhos, se precisou, a gente tá aí pra ajudar um ao outro. Muitas vezes a gente nem troca serviço. Se o outro precisou lá, a gente vai lá e dá uma mão.

Tô também pagando o rapaz que tombou o mato todo lá do outro lado lá. Aliás, pagando não. Tô trabalhando pra ele pra ir

pagando do jeito que puder. Aí eu vou pagando assim. Trabalho um dia pra ele e aí vai resolvendo...

Gabriel: Ele é daqui do assentamento?

Pedro: Não. Ele é lá de São Joaquim.

Gabriel: Você conhece o povo lá, de São Joaquim, né?

Pedro: Bastante! Um bocado de gente.

Gabriel: E você troca trabalho só na roça com eles?

Pedro: Troco qualquer um que eu achar na reta.

Gabriel: Você costuma trocar trabalho só com o povo de São Joaquim?

Pedro: Não. Aonde eu achar. Conheço o povo tudo aqui da região. Aí eu sempre tô trabalhando em fazenda aqui da região também. E serviço aqui dentro, a gente sempre troca um com o outro.

Mais uma vez, observamos a existência de uma “comunidade moral” (Guedes, 2013), onde as fronteiras de relações não respondem por limites geográficos. Diferentemente disto, temos aqui uma série de relações de reciprocidade e ajuda mútua dentro do assentamento, que ocorrem pelo fato dos assentados compartilharem das mesmas necessidades e problemas; mas, ao mesmo tempo, como Pedro nos expõe, hora ou outra, essas relações – com bases “espirituais” (Sabourin, 2009) forjadas a partir de relações de amizade – extrapolam os limites geográficos do assentamento Francisco Julião, a partir das mesmas bases espirituais que possibilitam sua existência dentro do assentamento.

Comprendemos aqui um longo processo de reciprocidade e solidariedade nascido através da luta pela terra e a posterior luta pela permanência nesta. Mais uma vez, voltamos com a questão levantada por Mello (2006) onde o autor defende que laços comunitários e coesão social em um assentamento evitam que o fenômeno da evasão de um projeto de reforma agrária aconteça.

Diante de problemas ocasionados pela posição marginal que esses camponeses enfrentam, portanto, não lhes restam alternativas senão procurar métodos distintos das convencionais relações de mercados capitalistas para contorná-las. Nos aproximamos muito, portanto, da visão de Leandro Vergara-Camus ao analisar relações de comunidades camponesas zapatistas no México e Sem-Terra no Brasil:

Understanding development as an endogenous and community-based process also means that, as the proponents of the alternative development approach have argued, the MST and the EZLN build their development alternative partly around non-capitalist practices such as solidarity, reciprocity and collectivism. (...) the case of the MST shows that such practices (...) can also be developed through the process of struggle itself, which encourages the reinforcement of certain practices over others. What both cases actually show, with particular salience in the case of the difficult transformation of traditional gender roles, is that cultural values are not static and are constantly subject to the struggle of different agents. (Vergara-Camus, 2014, p.292)

Todos esses casos nos revelam um aspecto importante para a questão central deste trabalho: não só ocorrem desistências de se viver em assentamentos de reforma agrária por novas oportunidades de vida (BRUNO e MEDEIROS 2001), como também ocorrem permanências pela inexistência de outras possibilidades de vida mais atrativas que a dura vida no assentamento e, por outro lado, diante da sensação e efetivo abandono do Estado e a ocasional possibilidade de se abandonar o lote, os assentados buscam contornar esses problemas que deveriam ser superados pelo suporte estatal por conta própria, através de relações de reciprocidade.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que existem inúmeras adversidades para que a reforma agrária se viabilize em um assentamento. Entretanto, essas adversidades – talvez, a discussão da reforma agrária como um todo – são apresentadas de forma simplificada pelos principais veículos de comunicação no Brasil. No início de 2015, ao comparar as visões da ministra da Agricultura Kátia Abreu e do ministro do Desenvolvimento Agrário Patrus Ananias, o editorial do jornal O Estado de São Paulo nos deixa bem clara sua posição a respeito do tema:

Normas claras, respeito a regras, cumprimento de contratos e tribunais rápidos, previsíveis e acessíveis a todos cidadãos fazem enorme diferença em matéria de investimento, competição e produção econômica. Inversamente, normas jurídicas cujo alcance é comprometido por princípios vagos e indeterminados como “função social”, seja que for, inibem investimentos, estimulam comportamentos oportunistas e alimentam movimentos sociais – como é o caso do Movimento dos Sem-Terra – que vivem à custa da violência predatória e da afronta à ordem.<sup>17</sup>

Nos questionamos, portanto, se o “Estadão”, assim como o jornal “O Globo”, citado na introdução desta dissertação, não estariam apresentando problematizações acerca da reforma agrária – principalmente no que diz respeito ao tema de evasão em assentamentos – de uma maneira simplista por conta de, no fundo, ter um posicionamento político contrário à reforma agrária em si.

A intenção deste trabalho foi, desde suas primeiras páginas, se afastar desse tipo de interpretação simplista, aprofundando-se e problematizando o tema no que diz respeito às categorias “evasão” e “permanência” em assentamentos rurais. Entretanto, com o crescimento da problemática de nossas análises, não pudemos deixar de notar que por trás dessas categorias – e também do discurso midiático antirreforma agrária – existe um pressuposto no senso comum erudito a respeito da essencialidade da migração do campo para a cidade. Não só foi verificado que até mesmo o termo “êxodo rural” é comumente abreviado pelo simples “êxodo”, carregando um caráter de naturalidade

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,riscos-de-uma-agenda-anacronica-imp-,1616427> (acessado em 22/03/2015)

deste (Palmeira e Almeida 1977), como também o pressuposto de que as condições de vida na cidade são necessariamente melhores que no campo (Silva, 1979).

Entretanto, nossas entrevistas revelam não só que a maioria dos assentados não desejam abandonar seus lotes como também, muitas vezes, eles se referem à cidade como um espaço hostil para suas possibilidades de trabalho. Isso fica claro ao observarmos a escolaridade e experiências de trabalho dos entrevistados cujas trajetórias foram traçadas:

	<b>Escolaridade</b>	<b>Experiência com agricultura antes do assentamento?</b>	<b>Experiências anteriores com trabalhos não agrícolas?</b>
<b>Leila</b>	Ensino fundamental incompleto.	Sim.	Sim.
<b>Sandra</b>	Ensino fundamental incompleto.	Sim.	Sim.
<b>Seu Zeca</b>	Ensino fundamental completo.	Sim.	Sim.
<b>Renato</b>	Ensino fundamental incompleto.	Sim.	Não.
<b>Pepe</b>	Ensino fundamental incompleto.	Não.	Sim.
<b>Seu João</b>	Ensino fundamental incompleto.	Sim.	Não.
<b>Pedro</b>	Ensino fundamental incompleto.	Sim.	Sim.

A tabela fala por si só. Tratam-se de pessoas com o ensino fundamental ou médio incompleto e, com exceção de um caso, experiência com agricultura antes de tornar-se um assentado. Esses dados não são pouco importantes, pois demonstram como que essas pessoas, uma vez na cidade, encontrariam um mercado de trabalho hostil para um pequeno agricultor que sequer tem o ensino médio completo. Ainda que existam experiências anteriores com trabalhos não agrícolas, a dificuldade de conseguir

empregos estáveis na cidade persiste. Seu Zeca, diga-se de passagem, o assentado com maior escolaridade entre os sete dos quais traçamos suas trajetórias, foi justamente quem disse preferir a vida como assentado do que como trabalhador urbano por conta de que, quando morava na cidade, trocava constantemente de emprego e entre um trabalho e outro, passava um tempo desempregado. Uma vez no assentamento, Seu Zeca diz ter uma vida melhor, mesmo com todos os problemas da reforma agrária, por ter sempre com o que trabalhar.

Destarte, buscamos uma análise capaz de entender melhor esse processo, fora dos paradigmas colocados pelos jornais acima citados. Ao longo da elaboração deste estudo, constatamos que a compreensão das causas de evasão em um assentamento de reforma agrária é insuficiente para compreendermos esse processo se não buscássemos compreender como e por que as pessoas permanecem. Para isso, nosso trabalho buscou compreender, a partir de uma visão mais aproximada dos beneficiados pela reforma agrária em um estudo de caso no assentamento Francisco Julião, que significado o assentamento tem na vida dessas pessoas.

Ora, vimos anteriormente que o assentamento Francisco Julião, fundado em 2006, é composto de uma variedade de grupos que muitas vezes, alguns indivíduos encontram-se em pontos de interseção entre eles. Esses grupos, não só chegam a extrapolar as fronteiras do assentamento – tanto no que diz respeito a laços de amizade quanto a formas não monetarizadas de troca de trabalho – como também há pessoas que têm o assentamento em suas vidas como mero local de moradia, relacionando-se mais com grupos de fora do assentamento do que de dentro. Essas relações estabelecem o que Bailey (1971) chama de “*moral community*”, comunidades que não possuem fronteiras com marcos estritamente geográficos.

Além disso, foi também discutido anteriormente que todas as famílias entrevistadas alegam a necessidade de algum tipo de renda extra, gerada fora do assentamento, para se continuar investindo no lote. Com exceção dos aposentados – que garantem essa renda extra com sua própria aposentadoria e também, ocasionalmente, com ajuda de parentes mais jovens –, todas as famílias pelas quais fizemos uma entrevista tem, pelo menos um de seus membros sempre “trabalhando fora pra se investir dentro”. Em outras palavras, observamos em nosso estudo de caso não só o que Woortmann (1990b) classifica como a dissolução da dicotomia rural-urbano ao longo da

experiência migratória do campesinato, como também a necessidade dos beneficiários da reforma agrária de trabalharem fora do assentamento. Esta constatação contraria o tipo ideal de assentado caracterizado pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária:

O princípio geral do PNRA é incluir uma significativa parcela da pirâmide social na economia agrária, regida por um novo marco de regulação dos mercados agrícolas, de sorte a garantir crescimento da renda, do emprego e da produção desse setor. Essa mudança se dará com geração de excedentes de renda familiar relativamente às necessidades básicas de consumo, e dos custos primários de produção, a todo o espectro da população rural atingida pela Reforma. (Brasil, 2004, p. 19)

Note-se que essa passagem do Plano Nacional de Reforma Agrária, de fato, não se refere ao assentado diretamente como um agente que deve trabalhar exclusivamente em seu lote. Entretanto, chamamos atenção à sentença “essa mudança se dará com geração de excedentes de renda familiar relativamente às necessidades básicas de consumo, e dos custos primários de produção”. O que vimos em nosso estudo de caso foi o contrário desse pressuposto. Os custos primários de produção, em nosso estudo, são garantidos através de trabalhos fora do assentamento, justamente com o objetivo de se atingir excedentes das necessidades básicas de consumo. Vejamos esta outra passagem do PNRA:

Um investimento específico nas áreas de Reforma Agrária é a garantia para transformá-las em espaços produtivos de acesso a direitos e de qualidade de vida.

Esse investimento consiste basicamente no dispêndio para a obtenção de terras e para construção de moradia, de caráter ressarcível no longo prazo e realizado por ações orçamentárias específicas da União. Abrange, ainda, um gasto não-ressarcível por família assentada, correspondente à dotação inicial de meios produtivos, imprescindíveis a propiciar o exercício da função social da terra. (...)

Há outros investimentos que não requerem ação orçamentária vinculatória, mas são imprescindíveis ao objetivo de geração de produção, renda e emprego no processo de Reforma Agrária. São eles que garantirão as condições para uma estratégia de longo prazo de viabilização econômica e de consolidação produtiva do assentamento. (ibidem, p.21)

Esta outra passagem demonstra que o PNRA pressupõe que as famílias contarão com “outros investimentos” que são “imprescindíveis ao objetivo de geração de produção, renda e emprego no processo da Reforma Agrária”. Ora, bem vimos que os

beneficiados no Assentamento Francisco Julião, de fato, receberam o fomento inicial, no valor de R\$ 3500,00 para a compra de instrumentos de trabalho. Entretanto, não receberam apoio nenhum posterior, como previsto no PNRA, caracterizados como “imprescindíveis” para a geração de “produção, renda e emprego”. Para “tapar esse buraco”, vimos que os assentados buscam cooperar entre si através de relações de reciprocidade (Sabourin, 2009) afim de criar “economic mechanisms that will generate secure sources of income” (Vergara-Camus, 2014, p.194).

De qualquer forma, o importante de ressaltar aqui, é que o PNRA trabalha com diretrizes que pressupõem um tipo ideal de assentado que, uma vez beneficiado pela Reforma Agrária, teria em mãos a “geração de emprego” proporcionada pelo programa. Entretanto, nosso estudo de caso nos revela que, uma vez não beneficiados por esses investimentos posteriores à implementação do assentamento citados acima pelo PNRA, os assentados necessitam estar constantemente circulando em trabalhos fora do assentamento. Além disso, existem aqueles categorizados como andorinhas, um termo nativo que se refere ao assentado que não utiliza de seu lote para produzir, sequer morar, mas como uma espécie de “casa de campo”, uma vez que estes estão presentes apenas ocasionalmente no assentamento.

O caso discutido no capítulo 4 sobre Marcos e Tânia nos revela um importante aspecto para essa discussão: O casal só não é classificado como “andorinha” ou “evadido” por ainda haver a mãe de Tânia no lote quando eles desistiram de viver da terra. Entretanto, quando chegaram a desistir de viver da terra uma vez – mas voltaram atrás – o fizeram justamente por conta de dificuldades de se manterem como pequenos produtores.

Além disso, observamos também, a partir das trajetórias de vida dos assentados, que se tratam, na maioria dos casos, de pessoas cuja história de vida está marcada por intensa mobilidade vinculada à luta pela terra, o que nos permite compreender melhor que lugar o assentamento tem na vida dessas pessoas. Tratam-se de pessoas cuja história de vida está muitas vezes ligada a atividades tanto agrícolas quanto urbanas ligadas a constantes mobilidades. Há até mesmo casais cujos pais são assentados em assentamentos de outras localidades. Mais uma vez voltando à Woortmann (1990b), “A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas



condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução.” (Ibdem, p.35)

O termo “evasão”, portanto, teria um caráter político, referindo-se à saída do assentado à política de reforma agrária (Mello, 2006). Este termo que emana do Estado (importante lembrarmos que a primeira pesquisa encontrada afim de discutir o fenômeno da evasão foi feita a partir de uma demanda do MDA) é constantemente usado pela mídia, aparentemente por razões políticas, com um fim bem claro: desvalorizar a reforma agrária, os assentamentos e os assentados, levando muitas vezes o leitor a concluir não só, mais uma vez, a essencialidade da migração definitiva do campo para a cidade como também o suposto essencial fracasso da reforma agrária em si.

Entretanto, mesmo diante desses problemas que existem na reforma agrária encontrados em nosso estudo de caso – que a mídia faz uma tentativa de apresentar como de caráter natural – existe também um enorme esforço feito pelos assentados de não abandonar seus lotes de forma alguma, dando um enorme valor à sua conquista. Mas para por lá permanecerem, os assentados precisam contornar uma série de problemas (como a ausência das políticas previstas pelo próprio PNRA) afim de tornar a reforma agrária viável na área.

Os meios encontrados pelos assentados para viabilizar a reforma agrária no local respondem a relações de reciprocidade vicinais feitas de diversas maneiras. Em nosso trabalho de campo, encontramos relatos de ajuda mútua entre os assentados para diversos fins: construções de cercas, casas e cisternas; aberturas de trilhas e até mesmo produção em parceria em seus lotes. Além disso, os assentados muitas vezes trocam esses serviços uns com os outros pagando seus semelhantes com outros serviços. Trata-se de relações não monetarizadas de trabalho, onde o trabalho entre os assentados, muitas vezes é pago com outro trabalho.

Essas formas de troca de trabalho são encontradas também para além das fronteiras do assentamento, conforme nos relata Pedro, que diz estar constantemente tendo esse tipo de relação de trocas de trabalho “pro primeiro que aparecer”, seja dentro do assentamento, seja fora do assentamento.

De qualquer forma, é importante ressaltar que tanto o fato de trabalhar fora para se investir dentro do assentamento, quanto as formas de reciprocidade identificadas em nosso estudo de caso existem por uma razão comum: viabilizar a atividade produtiva no lote, pois sem estas iniciativas os assentados do Francisco Julião simplesmente não conseguiriam usufruir do lote da maneira pela qual ele é destinado através da reforma agrária. E esse imenso esforço para viabilizar a reforma agrária no assentamento se dá pelo fato de que, mesmo com todas as dificuldades, os assentados preferem continuar suas vidas como beneficiados pela reforma agrária. Em outras palavras, trava-se, dentro do assentamento Francisco Julião, um enorme esforço por parte dos assentados para permanecer na terra como pequenos produtores.

Essa constatação nos revela que, pelo contrário do que muitas vezes se fala em grandes meios de comunicação, os assentados não só não têm a intenção de vender suas terras para supostamente melhorar de vida, como procuram, de todas as formas possíveis, se manter no assentamento justamente para não voltarem a uma condição pior. Enquanto isso, setores conservadores da mídia brasileira insistem em afirmar isso:

Os assentamentos são verdadeiras favelas rurais, incapazes de manter sequer a autossuficiência dos produtores sem subsídios estatais. Muitos “camponeses” não passam de oportunistas do meio urbano seduzidos pela chance de ganhar uma terra grátis e depois revendê-la.<sup>18</sup>

Observamos que a questão da evasão e permanência nestes assentamentos, não só responde a uma realidade bem diferente daquela apresentada por grandes setores da mídia, como também se mostra de uma forma mais complexa. Ao invés da suposta investidura por se ganhar dinheiro vendendo lotes, os assentados buscam, de todas as formas possíveis, se manterem por lá. Isso se dá através de diversas formas de ajuda mútua e reciprocidade.

---

<sup>18</sup> Rodrigo Constantino, Veja abril. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/economia/o-mst-pertence-ao-museu-ou-quem-ainda-leva-a-serio-essa-reforma-agraria/>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAILEY, Frederick George. The Peasant view of the bad life. In: SHANIN, Theodor (ed). *Peasants and peasant societies*. Middlesex: Penguin Books, 1971

BELO, Diego Carvalho. *O processo de formação dos acampamentos e seus impactos no desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária na região norte fluminense*. Dissertação de mestrado. Campos dos Goytacazes: UENF, 2012

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Partilha da Vida*. Taubaté: CEIC/Cabral Editora, 1995.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Princípios e Diretrizes do Programa Crédito Fundiário*. Brasília, 1997.

BRUNO, Regina & MEDEIROS, Leonilde. Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais. In: *Cadernos da Terra*, nº9. Brasília: INCRA/MDA, 2001

CALVO. GONZÁLEZ, Elena. Construindo a comunidade: Um assentamento do MST no Nordeste. In: CARTER, Miguel. *Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CANDIDO, Antonio. As formas de solidariedade. In: *Camponeses brasileiros vol. 1. Leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009. Coleção História Social do Campesinato brasileiro.

CHAYANOV, T. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: Silva, J.G, Stolcke, V. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981

FELDMAN-BIANCO, Bela e LINS RIBEIRO, Gustavo. 2003. "Introdução". In:\_\_\_\_(orgs) *Antropologia e Poder. Contribuições de Eric Wolf*. Brasília: UnB e São Paulo/Unicamp, pp. 11-59

FERREIRA, Pedro. *Entre estrutura e ação: as interações entre produtores e circuitos mercantis no assentamento Francisco Julião*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: CPDA, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo. As Implicações da Relatividade. In: Revista Ciência Hoje / jan 2010.

GUEDES, André Dumans. O Trecho, as Mães e os Papéis. Movimentos e Durações no Norte de Goiás. Tese de Doutorado. PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 2013

HEREDIA, B. et al. Análise dos Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 18, p. 73-111, Rio de Janeiro, 2002

IANNI, Octávio. Revoluções Camponesas na América Latina. In: Santos, José Vicente Tavares dos (org). Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo: Ícone e Unicapmp, 1985.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação. Rio de Janeiro: Campus, 2000

LEITE, Sérgio Pereira. Mitos Sobre a Reforma Agrária Brasileira. *Em publicação: Artigos mensais do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura*. No.1. CPDA; OPPA. 2007

LEITE, Sérgio Pereira. Orçamentos familiares e estratégias socioeconômicas em Assentamentos rurais. Estudos, Sociedade e Agricultura, nº21, p.118 – 151. Rio de Janeiro, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003

LERRER, Débora Franco. *Trajetória de militantes sulista: Nacionalização e modernidade do MST*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: CPDA, 2008.

LOPES, Raquel Miranda. Etnografia de um saber disciplinar: *Um Olhar por Sobre a Sociologia e a Antropologia do Campesinato*. Campinas, 1999. Tese de doutorado do Programa de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

MARCELIN, L. A linguagem da casa entre negros do recôncavo baiano. In: Mana. Estudos de Antropologia Social, 5/2. 1999

MARX, Karl. O Capital: *Crítica da economia política livro1, vol1*. Rio de Janeiro: Beatrand Brasil, 1988

- MEDEIROS, Leonilde.; LEITE, Sérgio. Os Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões Econômicas, Políticas e Sociais. Rio de Janeiro: Convênio CPDA-FINEP, 2002.
- MELLO, Paulo Freire. *Coesão Social e Evasão em Assentamentos Rurais no Extremo-Sul do Brasil*. In: Caderno CRH, Salvador, v.21, nº54, Set/Dez. 2008
- MELLO, Paulo Freire. *Evasão e Rotatividade em Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2006. Dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento rural da UFRGS.
- MINTZ, Sidney - 1961 - "Pratik: Haitian personal economic relationships". Proceedings of the Annual Spring Meetings, American Ethnological Society, 1961: 54-63.
- NEVES, Delma. *Assentamento rural: Reforma agrária em migalhas*. Niterói: EDUFF, 1997.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever. Revista de Antropologia. São Paulo. USP. 1996, V.39 nº 1. p. 15-37.
- Oliveira, Valter Lucio. *A Ironia da Realidade e os Paradoxos da Razão Política: Diversidade, sociabilidade e dinâmicas político-religiosas em espaços de luta pela terra no Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: CPDA, 2009.
- PALMEIRA, Moacir; ALMEIDA, Alfredo W. B. A invenção da migração. Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste (Relatório de Pesquisa). Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ (mimeografado), 1977
- PANTOJA, Mariana et al. Teoria e Prática da Etnicidade no Alto Juruá Acreano. Revista de Ciências Sociais e Econômicas- Raízes. Vol. 31. Nº 01. Jan/jun 2011.
- RIBEIRO, Michelli Medeiros Cabral et al. Análise das Causas da Evasão em Assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Tocantins. *Revista Extensão Rural, DAER/PPGExR – CCR – UFSM*, Ano XVIII, °22, p: 103 – 132, jul-dez, 2011.
- SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

- SAMPAIO, Plínio. 2008. Prefácio à 2ª edição. In: SILVA, Lúcia Osório. 2008. *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora Unicamp.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice. O Social e o Político Na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- SIGAUD, Lygia. Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. *Cuadernos de Antropología Social*, 20: 11-23, 2004
- Sigaud, Lygia; ROSA, Marcelo e MACEDO, Marcelo Hernandez. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: Uma análise em perspectiva comparada. *Dados* [online], vol.51, n1, pp. 107-142, 2008
- SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: Efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora Unicamp, 2008
- SILVA, Nelson do Valle. "As Duas Faces da Mobilidade". *DADOS*, no 21, pp. 49-67, 1979
- SIMMEL, Georg. *As Grandes Cidades E a Vida do Espírito* (1903). *Mana*, no 11(2), 2005.
- VELHO, O. G. A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. In: *Camponeses brasileiros vol. 1. Leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009
- VENDRAMINI, Célia Regina. *A experiência coletiva como Fonte de Aprendizagens nas Lutas dos Movimentos Sem Terra no Brasil*. *Revista Lusófona de Educação*, n6, 67-80, 2005
- VERGARA-CAMUS, Leandro. *Land and Freedom: The MST, the zapatistas and the peasant alternative to neoliberalism*. Londres: Zed Books, 2014.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosacnaify, 2009.
- WANDERLEY, M.N. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. *Estudos, sociedade e Agricultura*, no. 21, out. 2003.
- Weber, Florence. Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo. *Mana*, Out 2002, vol.8, no.2, p.151-182.

- WHYTE, William Foote. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- WOLF, Eric. Guerras camponesas no século XX. Rio de Janeiro: Global, 1984
- WOORTMANN, Ellen. Método comparativo, família e parentesco: Algumas discussões e perspectivas. Revista ANTHROPOLÓGICAS,, ano 9, vol16(1). 2005
- WOORTMANN, Klass. Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87. Ed Univ Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.
- WOORTMANN, Klaas. Migração, Família e Campesinato. Revista Brasileira de Estudos de População. Vol 7, No 1, 35-53, 1990b